



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade Técnica de Lisboa



A TURQUIA E OS CRITERIOS DE COPENHAGA: A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO POLÍTICA

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais

Mestrando: Abílio Cláudio de Jesus Figueiredo

Orientadora: Carla Guapo Costa

**Lisboa
2011**

INTRODUÇÃO

a) Justificação do Tema.....	4
b) Metodologia Aplicada.....	5
c) Definição do Problema.....	7
d) Objectivos e Hipóteses de Investigação.....	8
e) Introdução aos Capítulos.....	9

Capítulo I O PESO DOS ARGUMENTOS

1.1 Introdução.....	12
1.2 O Longo Percurso em Direcção às Instituições Europeias.....	13
1.3 Os Principais Argumentos inerentes à Adesão.....	15
1.3.1 O Argumento Geográfico.....	17
1.3.2 As Diferenças Culturais.....	18
1.3.3 O Equilíbrio Institucional da União.....	19
1.3.4 O Receio dos Imigrantes turcos.....	20
1.3.5 Os Custos do Alargamento.....	21
1.3.6 O Argumento Geoestratégico.....	21

Capítulo II DESAFIO E RESPOSTA

2.1 Introdução: Os <i>Critérios de Copenhaga</i>	27
2.2 A Importância das Reformas Políticas.....	28
2.2.1 Liberdade de Expressão.....	32
2.2.2 Liberdade de Associação.....	33
2.2.3 Liberdade de Assembleia.....	34
2.2.4 Abolição da Pena de Morte.....	34
2.2.5 Prevenção da Tortura e dos Mal Tratos.....	34
2.2.6 Direitos das Minorias.....	35
2.2.7 Protecção Internacional dos Direitos Humanos.....	35

Capítulo III A IGUALDADE SEXUAL NA TURQUIA

3.1 Introdução.....	38
3.2 Enquadramento Legal.....	39
3.3 A Tradição Religiosa e o tema da Igualdade Sexual.....	41
3.4 A Acção Governamental.....	43

Capítulo IV A QUESTÃO CURDA

4.1 Introdução.....	46
4.2 A Acção Separatista do PKK.....	48
4.3 A Resposta Governamental.....	49
4.4 Um Problema ainda sem Solução.....	50

Capítulo V
A INFLUÊNCIA DAS FORÇAS ARMADAS NA POLÍTICA NACIONAL

5.1 Introdução.....	56
5.2 As Relações Político – Militares na Turquia.....	57
5.3 A Acção do AKP.....	62
5.4 Um Futuro Incerto.....	64

Capítulo VI
A BARREIRA RELIGIOSA

6.1 Introdução.....	66
6.2 O AKP, um partido islâmico?.....	67
6.3 A Turquia, um Estado Secular?.....	70
CONCLUSÕES.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ELECTRÓNICAS.....	86

Introdução

a) Justificação da Importância do Tema

Estando a questão do Tratado de Lisboa finalmente resolvida, a União Europeia (UE) tem agora de focar-se sobre uma questão que, em nossa opinião, tem vindo a ser adiada há já demasiado tempo: a hipotética adesão da Turquia à União Europeia.

Esta questão, levantada pela primeira vez em 1963, conheceu um grande desenvolvimento quando, em Outubro de 2005, as instituições europeias iniciaram as negociações formais com vista à adesão.

Desde então, temos assistido a períodos de francos avanços, resultando na abertura de alguns capítulos que constituem o chamado *Acquis Comunitário*, mas também a longos períodos de estagnação, que se traduzem no congelamento, por várias razões, de vários desses capítulos.

A Europa assistiu, em tempos recentes, a vários levantamentos populares, que aconteceram em países próximos das suas fronteiras (Líbia, Egipto, Tunísia) com vista ao afastamento de dirigentes políticos autoritários, numa região onde exerce tradicionalmente um certo poder de influência e onde possui interesses estratégicos vitais. Esta situação veio reavivar a antiga questão acerca da compatibilidade do modelo social e religioso turco com as práticas comunitárias. Desde a fundação da República da Turquia (1923), o país tem vindo a divergir substancialmente dos seus vizinhos árabes e muçulmanos, pelo que procuraremos avaliar, através de vários indicadores políticos, o estado da democracia turca e o seu compromisso para com a dimensão política dos *Critérios de Copenhaga*.

Entre os principais argumentos concernentes à adesão da Turquia, encontram-se a própria essência do projecto europeu e o famoso dilema aprofundamento/alargamento (e o conseqüente futuro das instituições comunitárias); a peculiar relação da Turquia com a ilha de Chipre e com a Grécia; o seu posicionamento geográfico; a sua economia; a questão dos Direitos Humanos (com destaque para o papel das Forças Armadas na política do país e a situação da população curda) e, por fim, a diferença cultural (religiosa) que separa os dois parceiros.

Os critérios estabelecidos para condicionar esta adesão à União – *Critérios de Copenhaga* – têm desta forma estado no centro do debate.

Assim, o cerne desta dissertação basear-se-á no *statu quo* das reformas que deverão levar à satisfação dos *Critérios de Copenhaga*, com especial ênfase para a dimensão política, as suas conseqüências, desafios e oportunidades para os próprios europeus, Estados – membros e instituições.

b) Metodologia Aplicada

De acordo com a metodologia baseada no trabalho de Carlos Diogo Moreira¹, seguimos algumas das etapas necessárias para a elaboração do presente trabalho. Desta forma, a definição do Projecto, *“o qual passa pela formulação de um problema..., pela escolha dos métodos e pela realização de uma proposta”*², tinha ficado decidido no momento em que elaboramos o plano de pesquisa e, nomeadamente, quais os temas que desejávamos ver aí abordados, uma vez que *“todo o trabalho deve ter um fio condutor e, até nova ordem, é a pergunta de partida que desempenha esta função”*³.

Estes temas foram dinâmicos e, assim, foram evoluindo ao longo da pesquisa prévia, transformando-os nos capítulos que julgamos serem os mais relevantes para analisar a importância dos Critérios Políticos para a Adesão da Turquia à União Europeia. Estes *“Preparativos da Investigação”* constituem, na obra referida, a segunda etapa. Por um lado, a revisão da literatura consiste em detectar, obter e consultar a bibliografia e outros materiais que podem ser úteis para os propósitos do estudo⁴. Por outro lado, as leituras preparatórias servem, antes de mais, para obter informação sobre as investigações já levadas a cabo sobre o tema do trabalho e para situar em relação a elas a nova contribuição que se pretende fazer⁵. Verificou-se que, se a bibliografia em relação a esta questão é extensa, principalmente em países como a Alemanha, França, Reino Unido, Estados Unidos da América e a própria Turquia, por outro lado, esta parece escapar ao espectro português das Relações Internacionais. À medida que as nossas pesquisas foram avançando, verificou-se uma crónica falta de informação oriunda do nosso país acerca do tema. Tal leva *de facto* a concluir que existe um desconhecimento generalizado da sociedade portuguesa em geral sobre este “desafio”. A título exemplificativo, de acordo com o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (<http://www.gpeari.mctes.pt>), não existe qualquer tese de Doutoramento dedicada a este tema.

Os próprios dirigentes turcos têm vindo a queixar-se precisamente deste mesmo desconhecimento em relação aos europeus no seu conjunto. Julgamos, no entanto, que este sentimento não encontra grandes fundamentos, a nível europeu, pelo menos em resultado da quantidade de informação que foi encontrada ao longo do trabalho de campo, verificando-se, uma vez mais, que *“quando um investigador inicia um trabalho, é pouco provável que o assunto tratado nunca tenha sido abordado por outra pessoa, pelo menos em parte ou de forma indirecta”*⁶. Esta premissa foi amplamente verificada ao longo do nosso estudo. Seguindo a metodologia proposta por Hernández (2003), se *“já ficou decidido – uma vez realizada a revisão da literatura – que a nossa investigação vale a pena e que devemos realizá-la, o passo seguinte consiste em eleger o tipo de estudo que efectuaremos”*⁷. Neste âmbito, de acordo com o autor, *“são dois os factores que influenciam em que uma investigação se inicie como exploratória, descritiva, correlacional ou explicativa: o estado de conhecimento acerca do tema de*

¹ Moreira, Carlos Diogo, *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, 1994, p.19 e ss.

² Moreira, Carlos Diogo, *op. cit.*, p.19

³ Quivy, R & Van Campenhoudt, L, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Paris, 1995, p. 52

⁴ Sampieri Hernández, Roberto *et al.*, *Metodología de la Investigación*, México, 2003, p. 26

⁵ Quivy, R & Van Campenhoudt, L., *op. cit.*, p. 85

⁶ Ibidem, p. 50

⁷ Sampieri Hernández, Roberto *et al.*, *op. cit.*, p. 69

investigação que a revisão da literatura nos possa revelar e o enfoque que o investigador pretenda dar ao seu estudo”⁸. Pensamos que o presente estudo representa uma mescla desta tipologia, algo que, de acordo com o autor, pode perfeitamente acontecer, ao incluir características dos quatro tipos supracitados. Desta forma, o trabalho inclui elementos do tipo exploratório, uma vez que “*se um investigador pensa realizar um estudo sobre um tema já previamente estudado mas conferindo-lhe um enfoque diferente, o estudo poderá iniciar-se como exploratório*”⁹. Acreditamos ser este o caso, uma vez que várias das obras consultadas referem-se à compatibilidade das políticas turcas com os critérios de adesão comunitária mas nenhuma destas se debruça em profundidade na análise dos critérios políticos. Também poderemos considerar o presente estudo como descritivo, dado que estes “*procuram especificar as propriedades importantes de pessoas, grupos, comunidades o qualquer outro fenómeno que seja submetido à análise*”¹⁰. Julgamos que esta é uma das características centrais do nosso estudo, uma vez que analisamos em profundidade a resposta e as motivações do Governo turco aos requisitos formulados pelas instituições europeias e a reacção de vários sectores da sociedade perante as alterações introduzidas. Por outro lado, cremos que a nossa investigação também se poderá enquadrar na classe dos estudos correlacionais, cuja “*utilidade e propósito passam por saber como se poderá comportar um conceito ou uma variável ao conhecer o comportamento de outra ou outras variáveis relacionadas*”¹¹. Neste caso, tratar-se-á de analisar a reacção da classe dirigente da Turquia perante as intransigentes imposições apresentadas pelos órgãos europeus, através da análise dos vários conceitos escolhidos para estudar a dimensão política dos *Critérios de Copenhaga*. Por fim, pensamos que o trabalho também poderá ser encarado como explicativo, sendo que estes surgem “*quando a literatura pode revelar-nos que existe uma ou várias teorias que se aplicam ao nosso problema de investigação*”¹². Como veremos na elaboração das hipóteses de trabalho, existem várias correntes de pensamento acerca do cumprimento dos *Critérios* por parte da Turquia e o nosso trabalho justifica-se na análise de cada uma destas correntes, através dos vários conceitos seleccionados, para escolhermos qual será, em nossa opinião, a que melhor se adequa à nossa pergunta de partida.

O Trabalho de Campo – Terceira Etapa – expressa-se na própria recolha da informação relacionada com o tema central¹³ e que leva naturalmente à quarta etapa, isto é, a Codificação, Gestão e Análise de dados. No que concerne à observação e a fim de responder à pergunta: “*De que dados necessita um investigador para testar as suas hipóteses?*”¹⁴, escolhemos uma série de indicadores, directamente relacionados com a dimensão política dos *Critérios de Copenhaga*, para nortear a recolha dos dados documentais preexistentes. Os capítulos que se seguem são dedicados à apresentação do trabalho desenvolvido, culminando com a Quinta Etapa: a Apresentação de um Relatório, sendo esta a “etapa que trata a informação obtida através da observação para

⁸ Ibidem, p. 76

⁹ Ibidem, p. 78

¹⁰ Ibidem, p. 70

¹¹ Ibidem, p. 72

¹² Ibidem, p. 74

¹³ Carlos Diogo Moreira, em *Planeamento e Estratégias da Investigação Social* define estas fontes documentais como “Fontes Primárias”. Já, Hernández, em *Metodología de la Investigación*, para além de classificá-las como “Fontes Directas”, afirma que constituem o objecto da investigação bibliográfica ou revisão da literatura e proporcionam dados em primeira mão, sendo os livros um exemplo destas.

¹⁴ Quivy, R & Van Campenhoudt, L., *op. cit.*, p.155

a apresentar de forma a poder comparar os resultados observados com os esperados a partir das hipóteses”¹⁵

c) Definição do Problema

O processo de integração europeia é um projecto multifacetado, englobando vários sectores da vida nacional e comunitária, tratando-se também de um processo aberto, isto é, ainda sem conclusão pré-datada.

Apesar de ter as suas primeiras origens nos tempos do Império Romano, alguns autores defendem que, consubstanciando-se na partilha de uma cultura comum, o reforço da identidade europeia serviu de base ao primeiro verdadeiro projecto europeu da história: o do rei da Boémia, Georges de Podebrady, que, perante o avanço dos turcos, pediu aos europeus do século XV que se unissem para preservar a sua civilização cristã¹⁶.

Após ter sofrido as avassaladoras consequências de duas longas e duras guerras mundiais, a ideia de integração europeia conheceu um novo impulso, baseando-se novamente na tomada de consciência que apenas ela poderia manter o continente afastado de tais horrores. Uma vez mais, os desejos de paz sustentavam a construção europeia.

Após uma primeira tentativa, bem sucedida, de integração económica europeia – com a instituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – as seis nações, agora “irmãs”, partiram para um grau mais complexo de integração, ao instituir a Comunidade Económica Europeia, com a assinatura do Tratado de Roma (1957) e, mais tarde, a União Europeia, subsequente ao Tratado de Maastricht (1992).

Podemos assim afirmar que o processo de construção europeia constrói-se de acordo com a definição de integração defendida por Santos, uma vez que, segundo o autor, “*a integração processa-se, geralmente, a partir de sectores determinados e de forma sequencial... A sequência geralmente seguida é a da integração de sectores económicos, sociais e políticos, verificando-se que os fenómenos da ramificação ou do spillover acentuam a articulação e as sinergias inter-sectoriais*”¹⁷

Após sucessivas vagas de alargamento, que elevaram o número de membros para 12, os Chefes de Estado e de Governo, reunidos em Copenhaga, em Junho de 1993, formalizaram os critérios que devem reger a entrada de um candidato à União.

Na verdade, ao reconhecer que os argumentos histórico e geográfico não eram suficientes para fornecer os dados relativos à pertença ao projecto europeu dos países candidatos, as instituições europeias criaram uma série de condições que devem imperativamente ser respeitadas para a adesão de um novo Estado-membro, estas condições ficaram conhecidas por *Critérios de Copenhaga*:

- políticas: instituições estáveis que garantem a democracia, o Estado de Direito, o respeito pelos Direitos Humanos e pelos Direitos das minorias.
- económicas: uma economia de mercado viável, capaz de enfrentar os desafios e a pressão da concorrência.

¹⁵ Ibidem, p.211

¹⁶ Faure, J. & Prost, Y., *Relations Internationales – Histoire, Structures, Questions Regionales*, Paris, 2004, p. 181

¹⁷ Santos, Victor Marques dos, *Teoria das Relações Internacionais. Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*, Lisboa, 2009, p. 139

- comunitárias: integração do *acquis* comunitário (isto é, o conjunto dos Tratados, legislação, declarações, resoluções... da UE) e a adesão aos objectivos políticos, económicos e monetários da União.

No fundo, julgamos que estes requisitos formam, na definição de integração de Moreira, “a necessidade de participação em valores comuns, que é também uma condição sociopolítica”¹⁸. Já na acepção de Santos, para além da percepção comum sobre o ambiente relacional, uma segunda condição desejável para o sucesso da integração será “a existência de uma tradição cultural que contenha valores, elementos matriciais e princípios comuns, sedimentados numa anterioridade relacional historicamente comprovada, da qual tenha resultado a aprofundamento gradual do conhecimento mútuo. A esta condição acresce a desejável semelhança entre os tipos de regimes internos dos actores estatais envolvidos”¹⁹.

Apesar de ter formalizado estas condicionantes, em primeiro lugar, para preparar a União a um hipotético grande número de candidaturas oriundas das antigas nações do bloco comunista, os critérios passariam a reger a entrada de todos os candidatos posteriores, inclusivamente da Turquia, que mantinha a sua candidatura, após esta ter sido rejeitada, pela primeira vez, em 1989.

d) Objectivos e Hipóteses de Investigação

Baseando-se na articulação dos vários argumentos concernentes à adesão do país à União Europeia, e partindo da hipótese inicial de que *a Turquia é demasiadamente grande, pobre e muçulmana para aderir à União*, a presente dissertação tem como objectivo principal responder à pergunta de partida: *Será, então, que a Turquia satisfaz a dimensão política dos Critérios de Copenhaga para aderir à União Europeia?*

De acordo com Roberto Hernández Sampieri *et al.*, devemos “colocar perguntas muito específicas”²⁰, tendo sido nosso intuito responder positivamente a este pré-requisito.

Já de acordo com Quivy e Van Campenhoudt, “uma boa pergunta de partida será, portanto, uma verdadeira pergunta, ou seja, uma pergunta aberta, o que significa que devem poder ser encaradas a priori respostas diferentes e que não se tem a certeza de uma resposta preconcebida”²¹.

Um objectivo subjacente a esta resposta passa naturalmente por descrever a dimensão política dos critérios políticos de Copenhaga, através dos vários indicadores escolhidos, para enquadrá-la na realidade política da Turquia. Por outro lado, procuraremos analisar o sinuoso percurso de aproximação do país às Instituições Europeias e os argumentos inerentes às dificuldades que Ankara enfrenta. Estes obstáculos são fruto das acções de alguns actores proeminentes, sendo nossa intenção identificá-los e descrever as motivações que regem a sua acção. Um dos mais proeminentes actores nesta questão é, sem dúvida, o partido que forma Governo na Turquia, partido este que, apesar de frequentemente acusado de possuir uma agenda islâmica secreta, tem dado provas de uma real vontade de responder positivamente ao desafio lançado por Bruxelas. Neste sentido, procuraremos também demonstrar a acção do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) e a sua resposta dada em termos legislativos.

¹⁸ Moreira, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, 1996, p. 414

¹⁹ Santos, Victor Marques dos, *op.cit.*, p. 143

²⁰ Sampieri Hernández, Roberto *et al.*, *op. cit.*, p. 61

²¹ Quivy, R & Van Campenhoudt, L, *op. cit.*, p. 41

Após a leitura de algumas obras sobre o assunto e depois da elaboração da lista de indicadores a serem analisados e da definição dos objectivos, pudemos passar à formulação das várias hipóteses. Uma hipótese é, portanto, uma proposição provisória, uma pressuposição que deve ser verificada²², isto é, as hipóteses propõem, por tentativa, as respostas à pergunta de investigação²³.

A fim de conferirmos tais respostas provisórias, elaborámos três hipóteses de trabalho, às quais se tenta responder ao longo dos capítulos:

I) *A Turquia satisfaz de forma suficiente os critérios políticos de Copenhaga, tendo assim assegurado o seu direito a integrar a UE.* Esta hipótese é defendida pela grande maioria dos autores de origem turca consultados, em conjunto com algumas das mais proeminentes figuras da esfera política europeia, que consideram que o país tem todo o direito de ocupar um lugar na comunidade, não só pelos sacrifícios que fez durante o período da Guerra Fria, pelo conjunto de reformas que introduziu no campo legislativo para conformar-se aos critérios que regem a entrada de um candidato, mas também pelas oportunidades que representa para desmistificar o chamado *choque das civilizações*, provando aos Estados maioritariamente muçulmanos que a UE não é um *clube cristão* e que Islão e Democracia são conceitos compatíveis.

II) *Existem argumentos que levam a acreditar que, na eventualidade da Turquia preencher totalmente os critérios de adesão, a entrada deste país não estará garantida.* Esta hipótese consubstancia-se nas posições de autores como Giscard d'Estaing e Huntington que consideram a adesão da Turquia à UE como um erro. Baseando-se principalmente nas diferenças culturais e no seu posicionamento geográfico, estes autores consideram que o país é demasiadamente diferente para integrar a União. Esta corrente de pensamento é partilhada por algumas das mais proeminentes figuras da cena política europeia actual e, embora reconhecendo que o país deve ser ancorado à construção europeia, recusam uma eventual adesão.

III) *A Turquia encontra-se numa fase de consolidação da sua democracia e, se continuar a responder positivamente ao respeito do Critérios de Copenhaga, poderá obter o seu lugar na família europeia.* Esta hipótese encontra resposta na linha de pensamento que condiciona a aceitação da Turquia ao seu estrito respeito pelos critérios de Copenhaga. Só então depois de ter provado que, em virtude do cumprimento destes, merece o seu lugar na UE, é que a adesão poderá acontecer. Esta é a posição inicial da Comissão Europeia e, na nossa opinião, aquela que melhor norteia a orientação do presente trabalho.

e) Introdução aos Capítulos

O primeiro capítulo, *O Peso dos Argumentos*, tem como objectivo apresentar os principais argumentos que norteiam o debate acerca da adesão do país à União Europeia. Em primeiro lugar, escolhemos as principais etapas do percurso histórico da República em termos de aproximação ao mundo ocidental, culminando na aceitação, em Outubro de 2005, do início das negociações de adesão.

De seguida, apresenta-se o debate que gira em torno do argumento geográfico, evoluindo em termos da sua pertença ao continente europeu e, desta forma, à sua civilização. A hipotética inclusão da Turquia irá alterar as fronteiras da UE, deslocando-

²² Ibidem, p. 136

²³ Sampieri Hernández, Roberto *et al*, *op. cit.*, p. 79

a para junto de uma das mais voláteis zonas do planeta. À semelhança da maioria dos argumentos citados, podemos afirmar que existem aí riscos mas também oportunidades para a Comunidade Europeia. Parte da população comunitária vê nesta aproximação ao mundo árabe e muçulmano um perigo que aumentará exponencialmente os níveis de alerta terrorista nas capitais do *Velho Continente*, ao passo que outra parte considera que a adesão representa uma oportunidade única para tornar a União no tão prezado actor global, equiparando o seu poder económico a uma renovada dimensão política, que poderá assim modelar os seus vizinhos à sua imagem.

O argumento cultural, amplamente ligado às considerações negativas de Samuel Huntington, é introduzido em torno da questão da compatibilidade de uma sociedade muçulmana com um modelo de democracia de estilo ocidental. Na sua obra intitulada “*O Choque das Civilizações?*”, o autor descreveu a Turquia como sendo um *torn country* no qual a autoritária elite estatal tentava ancorar o país ao Ocidente, sem que tal fosse a vontade da absoluta maioria da sua população²⁴. Esta questão, eminentemente relacionada com o espectro religioso do país visado, é aprofundada no capítulo relativo à *Barreira Religiosa*.

As alterações institucionais que a adesão da Turquia introduzirá no sistema europeu, fruto do seu peso demográfico e das disparidades que existem entre as respectivas economias são também muitas vezes citadas entre os argumentos que dividem a sociedade europeia. Desta forma o tamanho e a relativa pobreza da sociedade turca relacionam-se directamente com os receios de uma massiva vaga migratória para os Estados-membros.

O terceiro capítulo debruça-se sobre o desafio lançado em termos legais e institucionais pelos requisitos para a adesão, isto é, os chamados *Critérios de Copenhaga*, estabelecidos pelo Conselho Europeu que se reuniu nessa cidade em 1993 e a resposta dada pela Turquia, através das numerosas reformas políticas. Estas incluem-se nos vários *Pacotes de Harmonização* com a legislação comunitária que Ancara introduziu para fazer face a estes requisitos legais. De forma generalista, este capítulo tem como objectivo apresentar a evolução e o *status quo* no que concerne às liberdades de expressão, de associação e de assembleia, à abolição da pena de morte, à prevenção da tortura e dos mal tratos, os direitos das minorias e, finalmente, à protecção internacional dos Direitos Humanos. Todas estas características democráticas fazem parte do *acquis* comunitário e terão de ser totalmente preenchidas para o país se tornar parte da família europeia.

O quarto capítulo introduz o tema da igualdade sexual na Turquia. Este tema, embora não explicitamente referenciado pelos *Critérios de Copenhaga*, é implicitamente parte de uma democracia madura e socialmente responsável, característica das nações europeias, para além de estar amplamente referenciada em vários documentos comunitários. Desta forma, avalia-se a evolução dos Direitos das mulheres e os esforços legais encetados para alcançar a igualdade do seu estatuto, tendo sempre em consideração que a trajectória encontra-se fortemente condicionada pelo ambiente geográfico, social e religioso que rodeia a evolução da sociedade turca.

O capítulo seguinte analisa a questão da integração da população curda na nação turca. Os curdos, que constituem a mais importante minoria da população, têm vindo a

²⁴ Huntington, Samuel P., *The Clash of Civilizations?*, 1993, disponível em <http://www.polsci.wvu.edu/faculty/hauser/PS103/Readings/HuntingtonClashOfCivilizationsForAffSumm er93.pdf> (visto em 14/04/2010)

pressionar Ankara, através de métodos mais ou menos pacíficos, com vista a um maior reconhecimento legal dos seus direitos. O capítulo procura descrever a acção governamental para solucionar este problema, acção esta condicionada, por um lado, pela pressão comunitária de maiores esforços no que diz respeito aos Direitos das Minorias e, por outro, pelo irredentismo de alguns sectores da sociedade turca que vêem nesta liberalização um atentado ao princípio da indivisibilidade nacional, uma vez que receiam um hipotético separatismo curdo.

A influência das Forças Armadas no sistema político nacional é objecto de análise do sexto capítulo. Ao longo de vários anos, os Relatórios anuais de Progresso, criados pela Comissão Europeia para todos os Estados candidatos, têm vindo a sublinhar a necessidade de redução da participação política dos generais turcos, preconizando uma assimilação às práticas militares europeias. Desta forma, analisamos o alcance das reformas legais introduzidas, com especial ênfase ao nível das alterações introduzidas no poderoso Conselho Nacional de Segurança, e a reacção daqueles que se auto-proclamam os guardiães da República e herdeiros do kemalismo.

Um dos mais importantes desafios que a Turquia terá de enfrentar ao longo da sua caminhada europeia é, sem dúvidas, a *barreira religiosa*. O sétimo capítulo consubstancia-se assim na análise do modelo cultural e religioso turco, através da comparação com as práticas generalizadas nos seus vizinhos muçulmanos. A questão de fundo reside em se saber se tais características são compatíveis com o compromisso em relação ao secularismo de tipo ocidental e à adopção do Estado de direito. Por outro lado, procuraremos analisar a acção do Governo AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento), entidade oriunda de formações com raízes islâmicas, no que concerne nomeadamente à promoção da liberdade religiosa ou, em sentido contrário, às tentativas de introdução de elementos religiosos no enquadramento legal do país.

1

O Peso dos Argumentos

1.1) Introdução

Para a grande maioria do povo turco, a adesão à União Europeia representa mais do que um vantajoso ingresso num bloco político-económico. Na verdade, este projecto é visto como a realização final do sonho de Atatürk²⁵ em aderir à civilização contemporânea. Várias dezenas de países, ao longo do último século, aderiram a numerosas organizações internacionais sem que tal questão se tornasse o ponto central da sua identidade ou a principal controvérsia política. De facto, poderíamos argumentar que a questão da adesão turca à UE é historicamente a mais importante questão deste tipo para qualquer Estado.

A Turquia mantém relações diplomáticas com os Estados europeus desde o período do Império Otomano (1299-1923). Apesar deste ser habitualmente considerado como fazendo parte do conjunto das potências europeias, o Império nunca foi verdadeiramente visto como parte integrante do continente.

Tal ponto de vista deve-se, em grande medida, ao carácter conquistador e belicista da *Sublime Porta*, cujo território, no século XVIII, ocupava um quarto do actual espaço europeu. Vários povos como os Gregos, Sérvios, Búlgaros, Albaneses, Romenos e muitos outros viveram em sintonia com os Turcos durante vários séculos. Apesar da maioria de entre eles ter construído o seu próprio Estado e, por vezes, uma parte da sua identidade em oposição ao invasor otomano, não deixa de ser verdade que a maioria guardou laços profundos com a Turquia. Cengiz Aktar sublinha: “*Historicamente falando, as relações entre a Turquia e a Europa traduzem quase mil anos de fascínio mútuo, dificilmente reduzível à sua expressão belicista... O Império otomano, que é tanto o estandarte do Islão como o herdeiro e prosseguidor de Bizâncio. Império Cosmopolita e pré-moderno, aos antípodas do britânico e do francês, é um factor de estabilidade (pax ottomanica). O império também foi um meio de unir os Europeus que se aliaram para o combater. O Império otomano, durante seis séculos de existência, faz parte do conceito e do imaginário ocidental, de Maquiável a Montesquieu, de Francisco I a Luís XIV, entre outros*”²⁶.

Com o fim do Império Otomano, resultado da sua derrota na Primeira Guerra Mundial enquanto aliado do *Reich*, a jovem República da Turquia, liderada pelo seu primeiro Presidente, Mustafa Kemal Atatürk, passou a encarar a Europa como sendo o modelo político e económico ideal para alcançar a modernização e uma posição definitiva no mundo ocidental. A maioria dos políticos turcos começava a acreditar numa premissa fundamental: “*não existe uma civilização secundária; civilização significa civilização europeia e esta tem de ser importada com ambos as suas rosas e espinhos*”²⁷.

²⁵ Mustafa Kemal Atatürk (« Pai dos Turcos ») (1881-1938) foi o primeiro Presidente da república da Turquia (1923-1938), sendo geralmente considerado o mais proeminente defensor da ocidentalização do país.

²⁶ Aktar, Cengiz, *Bref Argumentaire à l'Attention des Acteurs du Débat Public sur la Turquie en Europe*, 2004, <http://www.dossiersdunet.com/spip.php?article305> (visto em 14/04/2010)

²⁷ Nonneman, Gerd, *Analysing Middle East Foreign Policies and the Relationship with Europe*, New York, 2005, p.201

A Turquia caiu na rede da problemática configuração bipolar da Guerra Fria; a *realpolitik* ditou a sua inclusão no bloco ocidental²⁸.

A posição geoestratégica do país, vital para as aspirações do bloco ocidental, facilitou o seu ingresso no Conselho da Europa (1949) na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO: 1953), na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE: 1960) e na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (1973).

1.2) O Longo Percurso em Direcção às Instituições Europeias

Esta ancoragem às instituições ocidentais leva Ankara a aspirar a uma posição permanente no bloco europeu e, em 1963, torna-se membro associado da Comunidade Económica Europeia (CEE) com o *Acordo de Ankara*. O objectivo deste Acordo Aduaneiro, faseado em três etapas, passava por promover uma intensificação constante e equilibrada do comércio e das relações económicas entre as partes contratantes com o objectivo de estabelecer uma União Aduaneira. O Artigo 28º do Acordo ia ainda mais longe, prevendo a possibilidade de uma eventual adesão da Turquia se e quando estivesse capaz de responder às obrigações necessárias²⁹. Vinte e dois anos mais tarde, após vários períodos de estagnação, em 1995, o Parlamento Europeu aprovava a entrada em vigor deste acordo aduaneiro. Na base desta inércia temporal encontram-se factores como a invasão da ilha de Chipre pelas Forças Armadas turcas e o golpe militar de 1980, o que ditou uma clara deterioração das relações entre os dois parceiros.

Só em 1986, após vários melhoramentos do sistema político turco, a Associação foi reavivada, graças nomeadamente a um encontro do Conselho de Associação em 16 de Setembro desse mesmo ano. No entanto, muito pouco foi conseguido nos tempos que se seguiram, em grande parte devido à oposição da Comunidade quanto a medidas mais arrojadas no campo do Protocolo Financeiro e da livre circulação dos trabalhadores. Nesse sentido, a Turquia desejava melhorar a sua posição geral e avançou para um pedido de adesão à Comunidade em 14 de Abril de 1987.

Este pedido foi submetido pelo Conselho à Comissão em 17 de Abril do mesmo ano e foi examinado por esta última até 18 de Dezembro de 1989. A Comissão recomendou então que não fossem encetadas as negociações com a Turquia antes do fim do ano de 1992, data da entrada em vigor do Mercado Interno³⁰. Por outro lado, invocou razões económicas, democráticas e de ordem humanitária, tal como o problema do Curdistão, pelas quais o pedido deveria ser rejeitado. O Conselho aceitou esta recomendação em 3 de Fevereiro de 1990 e, assim, rejeitou o pedido turco. Esta rejeição foi duramente sentida pelo povo turco. Para os seus políticos, a Turquia, ao longo dos últimos 200 anos, tentou sempre tornar-se “europeia” e, no entanto, a União Europeia tem-se mostrado sempre relutante em aceitar o país como parte natural da Europa³¹.

No início dos anos 1990, a Turquia demonstrou esforços suplementares para encetar uma União Aduaneira com as Comunidades Europeias, implementando numerosas

²⁸ Gordon, Philip and Taspinar, Omer, *Winning Turkey – How America, Europe and Turkey can revive a Fading Partnership*, Washington, 2008, p.25

²⁹ Lovatt, Debbie, *Turkey Since 1970 – Politics, Economics and Society*, New York, 2001, p.221

³⁰ O parecer negativo da Comissão fundamentou-se “no contexto económico e político da Turquia” e “na situação dos direitos humanos e o respeito da identidade das minorias ao longo dos últimos anos [que] ainda não atingiram o nível necessário para uma democracia”

http://www.ifri.org/files/europe/PP_18_Akgonul.pdf

³¹ Özbudun, Ergun and Gençkaya, Ömer, *Democratization and the Politics of Constitution-Making in Turkey*, Budapeste/New York, 2009, p.81

medidas para atingir este fim. A decisão 1/95 do Conselho de Associação UE-Turquia é o resultado deste desenvolvimento. Por esta decisão³², a União Aduaneira, tal como previsto no artigo 5º do Acordo de Ankara, é gradualmente estabelecida para entrar em vigor a partir da Decisão datando de 31 de Dezembro de 1995.

Em 1997, o Conselho Europeu do Luxemburgo decidiu que não convidaria a Turquia a participar nas negociações para o Alargamento com os Estados da Europa Central e Oriental³³.

Este Conselho Europeu *“decide convocar para a primavera de 1998 Conferências Intergovernamentais bilaterais para começar as negociações com Chipre, a Hungria, a Polónia, a Estónia, a República Checa e a Eslovénia [...]. Paralelamente, a preparação das negociações com a Roménia, a Eslováquia, a Letónia, a Lituânia e a Bulgária será acelerada”*.

No que diz respeito à Turquia, certamente *“o Conselho Europeu confirma a elegibilidade da Turquia à União Europeia”*, mas acrescenta que *“as condições políticas e económicas permitindo encarar negociações de adesão não estão reunidas”*.

De forma algo contraditória, a Comissão começa a publicar, em Novembro de 1998, para cada país candidato e para a Turquia, um *“relatório regular quanto aos progressos realizados na via da adesão”*.

Só depois da inflexão da Comissão que passava por incluir a Turquia no processo de alargamento e os consequentes primeiros passos dados pelo Conselho Europeu de Cardiff em 15 e 16 de Junho de 1998 é que a Turquia rompeu com o seu isolamento e reatou o diálogo com a UE.

O Conselho Europeu de Helsínquia de 1999 concedeu finalmente o estatuto de candidato à Turquia.

A Turquia passava a ser, a partir desse momento, parte integrante do processo. As conclusões do Conselho Europeu precisam³⁴: *“O Conselho europeu congratula-se dos elementos positivos que recentemente marcaram a evolução da situação na Turquia, relevados por outro lado pela Comissão no seu relatório quanto aos países candidatos, assim como a intenção da Turquia em prosseguir as suas reformas com vista a satisfazer os critérios de Copenhaga. A Turquia é um país candidato, que tem vocação a juntar-se à União na base dos mesmos critérios que os aplicados aos outros países candidatos. No quadro da actual estratégia europeia, a Turquia, como os outros países candidatos, beneficiará de uma estratégia de pré-adesão visando encorajar e apoiar as suas reformas”*.

Neste quadro, foi concluído em Dezembro de 2000, sob presidência francesa, um partenariado para a adesão – revisto em 2003 – que tem como objectivo oferecer um programa coerente nos domínios políticos e económicos para preparar a Turquia para a adesão.

³² Ver: Decisão n.º 1/95 do Conselho de Associação de 22 de Dezembro de 1995 relativa à execução da fase final da união aduaneira (96/142/CE), disponível em [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:21996D0213\(01\):PT:NOT](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:21996D0213(01):PT:NOT) (visto em 14/03/2010)

³³ Este Conselho Europeu decide *“lançar um processo de adesão englobando os dez Estados candidatos da Europa Central e Oriental e Chipre”*

³⁴ Ver : Conseil Européen d’Helsinki 1999, *Conclusions de la Présidence*, disponível em http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/fr/ec/00300-r1.f9.htm (visto em 14/03/2010)

Por ocasião dos Conselhos europeus posteriores, os Chefes de Estado e de governo notaram regularmente os “*esforços consentidos*” ou as “*importantes medidas tomadas*” pela Turquia para satisfazer os critérios de Copenhaga.

Por fim, por ocasião do Conselho Europeu de Copenhaga de Dezembro de 2002, os Estados – membros tomaram acto da conclusão das negociações de adesão com dez Estados membros que previam a sua adesão efectiva em 1 de Maio de 2004. Paralelamente, afirmavam que “*A União encoraja a Turquia a prosseguir energeticamente o seu processo de reforma*” e fixava-lhe um *rendez-vous*: “*Se, em Dezembro de 2004, o Conselho decidir, com base num relatório e numa recomendação da Comissão, que a Turquia satisfaz os critérios políticos de Copenhaga, a União Europeia encetará sem adiamentos negociações de adesão com este país*”³⁵.

Neste quadro processual, a Comissão Europeia apresentou, a 6 de Dezembro de 2004, três documentos: o relatório anual acerca dos progressos realizados pela Turquia na via da adesão; uma recomendação para o Conselho Europeu acerca do respeito, por parte da Turquia, dos critérios políticos de Copenhaga e um documento apresentando as questões levantadas pela perspectiva desta adesão.

Na sua recomendação, a Comissão Europeia considerava que a Turquia tinha efectuado progressos substanciais nas reformas políticas mas que certas leis, que ainda não tinham entrado em vigor, deveriam ser adoptadas ou deveriam conhecer um adequado começo pelo conjunto das instituições.

No final, a Comissão Europeia concluía que “*a Turquia satisfaz suficientemente aos critérios políticos*” de Copenhaga. Assim, recomendava a abertura das negociações com este país. No seguimento desta recomendação, o Conselho Europeu de 17 de Dezembro de 2004 fixou o objectivo da abertura das negociações para 3 de Outubro de 2005.

1.3) Os Principais Argumentos inerentes à Adesão

A aceitação da candidatura turca assinala um desenvolvimento significativo mas não eliminou todas as dúvidas acerca da orientação política do país.

A perspectiva de entrada deste grande país, com uma população maioritariamente muçulmana que, a médio prazo, deverá tornar-se o mais populoso do espaço comunitário, tem despertado paixões e ódios, receios e esperanças, pelo que nenhum cidadão europeu pode ficar indiferente a esta questão. A Turquia é um candidato que divide a Opinião Pública europeia e os seus líderes, sublinhando as divisões internas que existem na União, minando a sua capacidade em falar a uma só voz³⁶. Sondagens de 2010 mostram que o entusiasmo em torno da candidatura encontra-se em fase descendente, tanto na UE como na própria Turquia. À medida que as pressões causadas pelos problemas da adesão e os seus efeitos na Opinião Pública se tornarem mais visíveis, é muito provável que esta tendência venha a tornar-se mais visível. O declínio de apoio à adesão do país à União Europeia tem sido realmente dramático. Em 2004, 73% do público turco afirmavam que a adesão seria algo de bom, tendo esta opinião baixado para os 38% em 2010. Esta falta de entusiasmo em torno da adesão é equivalente àquela dos cidadãos europeus. Os franceses (49%) e os alemães (44%) são aqueles que afirmam mais veementemente que a adesão da Turquia seria algo de

³⁵ Ver: *Conclusões da Presidência – Conselho Europeu de Copenhaga, 12 e 13 de Dezembro de 2002*, disponível em <http://fd.uc.pt/CI/CEE/pm/LegCE/Conselho%20Europeu%20Copenhaga13-12-2002.htm> (visto em 14/06/2010)

³⁶ Devrim, Deniz *et al.*, *Regaining Momentum: Turkey during the Spanish EU Presidency*, Istambul, 2010, p.28

negativo para a União. Ainda assim, cerca de metade dos cidadãos europeus (51%) ainda acredita que, no futuro, a Turquia poderá aderir à União. Esta previsão não é partilhada pelo público turco, uma vez que 63% acreditam que o seu país nunca irá aderir à União³⁷.

De acordo com Volten³⁸, os Estados-membros dividem-se em quatro grupos em termos de atitude em relação à candidatura turca: 1) Favoráveis: Reino Unido, Espanha, Portugal, Itália Suécia, Finlândia, Irlanda, Bélgica, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Polónia e os Estados Bálticos. Em todos estes países, no entanto, existe uma forte opinião pública contra a adesão turca, principalmente em círculos conservadores; 2) casos especiais: Grécia e Chipre grego apoiam a adesão da Turquia porque acreditam que tal melhoraria as hipóteses de resolver os seus conflitos com este país; 3) os casos “bicéfalos”: na Alemanha, os parceiros de coligação encontram-se divididos, com os Democratas Cristãos a defenderem uma “parceria privilegiada” e os Sociais Democratas a apoiarem a adesão; 4) Opositores: França, Áustria, República Checa, Holanda, Luxemburgo e Dinamarca.

Na base destas posições, encontramos uma série de argumentos, definidos de acordo com as visões estratégicas nacionais e com a imagem do futuro da Europa. Reforçando esta ideia, Pat Cox, enquanto Presidente do Parlamento Europeu, declarava que “*a Turquia é a mais difícil questão de todas. Trata-se de como definimos a Europa!*”³⁹. Desta forma, a paixão e intensidade que a candidatura turca desperta na UE é em grande medida devido ao maior debate acerca da própria natureza do projecto europeu⁴⁰.

Assim, existem muitos argumentos desfavoráveis à adesão da Turquia. Estes argumentos baseiam-se na percepção de que a Turquia é “demasiadamente grande, pobre e muçulmana”, isto é, não pertencendo geograficamente à Europa, não fazendo parte da história da civilização europeia. Argumenta-se que, no caso da Turquia aderir, tal iria diluir a identidade comunitária: tem uma cultura política diferente que levará a problemas na tomada de decisão em Bruxelas e Estrasburgo. Sendo um país muito populoso, os interesses nacionais turcos dominariam a UE. Iria também abrir as portas da adesão a outros países não europeus. Para mais, a Turquia ainda não preencheria totalmente os critérios políticos para a adesão. A imigração da mão-de-obra turca poderia ter um impacto negativo sobre o tecido social dos outros Estados-membros. Finalmente, a sua adesão poderia tornar a UE numa linha da frente em relação à mais insegura região do globo.

Por outro lado, existem vários argumentos a favor da adesão, estando acima de tudo relacionados com aspectos de política externa e de segurança. A adesão iria proporcionar vantagens estratégicas ao criar um Estado-membro seguro e próspero numa área política sensível. Enviaria um sinal ao mundo islâmico que a UE não é um “clube cristão” e que um Islão turco não radical contribuiria para o desenvolvimento de um “Euro-Islão” que poderia ultrapassar a potencial radicalização islamista em alguns Estados-membros. Permitiria melhorar o potencial europeu enquanto actor global e

³⁷ Transatlantic Trends, *Key Findings 2010*, http://trends.gmfus.org/doc/2010_English_Key.pdf (visto em 21/01/2011)

³⁸ Volten, Peter, *Perceptions and Misperceptions in the EU and Turkey – Stumbling Blocks on the Road to Accession*, Gröningen, 2009, p.165

³⁹ Kubicek, Paul, *Turkey's Place in the “New Europe”* in PERCEPTIONS – Journal of International Affairs, Volume IX, n.º3, 2004, p.55

⁴⁰ Dervis, Kemal *et al.*, *The European Transformation of Modern Turkey*, Bruxelas, 2004, p.6

poderia contribuir para o seu crescimento económico⁴¹. Esta é a posição de muitos políticos europeus de primeira linha, de Gordon Brown e David Cameron a José Luís Rodríguez Zapatero, de Sílvio Berlusconi e Kostas Karamanlis a Günter Verheugen, de Carl Bildt a Javier Solana, já que todos sublinham a importância da contribuição da Turquia para a evolução europeia enquanto actor global⁴².

1.3.1) O Argumento Geográfico

O argumento geográfico prende-se com a definição das fronteiras da Europa, isto é, o espaço que albergaria os povos europeus.

Para alguns autores, a resposta é clara: *“A União Europeia foi constituída, em 1958, por seis nações irmãs da Europa Ocidental. Se queremos conservar uma certa coerência, ela não deve ultrapassar os limites que a História lhe fixou a Leste, para lá do mundo ortodoxo dos Balcãs, ou seja, antes do Oriente islâmico, ao qual pertence a Turquia”*⁴³. Tal é a opinião daqueles que consideram que a Turquia, geograficamente falando, não pertence à Europa. Apenas uma pequena parte do seu território, a *Roméia*, isto é, a parte onde se situa Istambul, situada entre a Bulgária e o Bósforo, ou seja, cerca de 1/30 do território, faria assim parte do “Velho Continente”.

Uma das vozes mais sonantes dos opositores à adesão da Turquia à União Europeia é sem dúvidas a de Valéry Giscard d’Estaing, antigo Presidente da República francesa e da Convenção sobre o Futuro da Europa que, em 2002, relançou o debate através das suas palavras contundentes⁴⁴: *“A Turquia é um país próximo da Europa, um país importante, que possui uma autêntica elite, mas que não é um país europeu... A sua capital não se situa na Europa, tem 95% da sua população fora da Europa, não é um país europeu... Iremos fragilizar o sistema e, assim, caminharemos em direcção a uma zona de comércio livre comum à Europa e ao Médio Oriente. Pensaram que, com tal sistema, estariam tranquilos, uma vez que a integração iria parar. Este não é, de todo, o projecto da União Europeia... A minha opinião é que será o fim da União Europeia”*. Desta forma, poderíamos então pensar, à semelhança de alguns autores, que *“se a Turquia fosse apenas Istambul, a união com a Europa já teria certamente ocorrido”*⁴⁵.

Esta posição não vai ao encontro do pensamento dominante nas instituições europeias. Se tal não fosse o caso, como explicar que as negociações para uma (hipotética) adesão estejam actualmente em vigor e que a Turquia não faça parte da *Política Europeia de Vizinhança*? A resposta é simples: Há muito que a Turquia já ultrapassou o simples estádio de *vizinhança*, estando hoje já bem ancorada ao projecto.

De acordo com o Artigo 49º do Tratado da União Europeia, *“Todo o Estado europeu pode pedir para tornar-se membro”* da União, sob reserva de respeitar os princípios enunciados pelo Artigo 6º (Democracia, Direitos Humanos...). Apesar do reconhecimento do estatuto de candidato não significar, automaticamente, a sua admissão na União, a definição dos potenciais membros em relação ao artigo 49º pressupõe que já se tenha definido o que é um “Estado europeu”. No entanto, nada no referido Tratado permite estabelecer uma lista dos “Estados europeus” admissíveis à União.

⁴¹ Volten, Peter, *op. cit.* p.164

⁴² Hug, Adam, *Turkey in Europe – The Economic Case for Turkish Membership of the EU*, London, 2008, p.43

⁴³ De Lesquen, Henry *La Question Turque et l’Indépendance de l’Europe*, 2004, http://www.dossiersdunet.com/rubrique.php3?id_rubrique=34 (visto em 16/06/10)

⁴⁴ Giscard d’Estaing, Valéry, *Pour ou Contre l’Adhésion de la Turquie à l’Union Européenne*, in *Le Monde*, 9 de Novembro 2002

⁴⁵ Power, Jonathan, *EU Expansion: Now it’s Turkey’s turn*, in *International Herald Tribune*, 2/10/2003

Assim, na medida em que nenhuma delimitação geopolítica ou geocultural foi estabelecida quando o adjectivo “europeu” foi pensado, a definição do carácter “europeu” de um Estado parece basear-se essencialmente na sua adesão ao “projecto” europeu. Nestas condições, a Turquia pôde apresentar a sua candidatura na condição de provar o seu compromisso e relação deste projecto. Neste sentido, não seria a geografia física a ser levada em consideração mas antes a racionalidade cultural e económica. Esta não proíbe, a partida, que a Turquia tenha o seu lugar na UE, uma vez que a Comissão e o Conselho consideraram que a Turquia é “suficientemente” europeia para apresentar a sua candidatura. A este respeito, podemos assim considerar que o primeiro pedido de adesão da Turquia em 1987 não era (preliminarmente) rejeitado pelo motivo de que o país não seria uma nação europeia (como foi o caso de Marrocos⁴⁶) mas por vários outros motivos.

1.3.2) As Diferenças Culturais

Do ponto de vista cultural, a questão da integração desse grande país tem girado em torno do argumento religioso, isto é, da forma como um país predominantemente muçulmano poderia encaixar numa comunidade predominantemente cristã. Este argumento, muitas das vezes não exposto de forma pública, está na base do famoso paradigma construído por Huntington em *O Choque das Civilizações* (1993).

De acordo com o autor, é exactamente entre estes dois “blocos civilizacionais” que os conflitos armados irão acontecer de forma crescente. A sua hipótese confirma a caracterização dos muçulmanos como um grupo único de crentes tradicionais e possivelmente fundamentalistas, antagonistas do Ocidente. O Islão aparece como uma religião antidemocrática, opondo-se, entre outros aspectos, à separação entre Estado e Religião. Os muçulmanos queriam assim, entre outras coisas, abolir esta separação onde existe e introduzir a *Shari’a*, isto é, a lei islâmica. Partindo desta perspectiva de “choque das civilizações”, um país muçulmano como a Turquia nunca poderia aderir à UE, cujos valores centrais são a Democracia, o respeito pelos Direitos Humanos universais e o Estado de direito⁴⁷. Podemos assim concluir que, de acordo com o autor, a Turquia, enquanto país maioritariamente muçulmano, seria incapaz de apresentar uma forma de governo democrática e regida pelo Estado de Direito.

Podemos contra-argumentar que, apesar de ser constituída em cerca de 99% por muçulmanos, a Turquia é um Estado secular e que o seu desenvolvimento religioso encetou uma via diferente de outros países muçulmanos. A comparação é quase inevitável: as ambições europeias da Turquia e os seus sucessos ganham mais crédito à medida que os seus vizinhos dos Balcãs, do Mundo Árabe e da Ásia aproximam-se da intolerância, do radicalismo, da menor democracia e de manifestações terceiro-mundistas. Assim, a integração da Turquia na Europa torna-se mais forte, à medida que os seus aspectos internos parecem menos problemáticos⁴⁸.

Sendo uma das primeiras nações a encetar uma rápida modernização política, económica e social no século XX, a Turquia também iniciou aquilo que é talvez a mais difícil transformação de todas: a conversão de uma sociedade tradicional para uma sociedade não só moderna mas também democrática. Neste sentido, desde a fundação

⁴⁶ A candidatura de Marrocos a 8 de Julho de 1987 foi rejeitada pela razão de não ser aparentemente um Estado europeu [1987], Bulletin of the EC, n.º 9, pt 2.2.19

⁴⁷ Netherlands Scientific Council for Government Policy, *The European Union, Turkey and Islam*, Amsterdam, 2004, p. 45

⁴⁸ Nachmani Amikan, *Turkey Facing a New Millenium – Coping with Interwined Conflicts*, Manchester/New York, 2003, p.12

da República em 1923, as estruturas internas da Turquia têm vindo a divergir substancialmente em relação aos seus vizinhos árabes.

Apesar da transição para a democracia – um processo que está longe de completo na Turquia – ser o resultado de problemas e contradições internos, torna-se claro que a UE tem vindo a exercer um efeito dinâmico no sistema político turco. Na verdade, a perspectiva da adesão alterou os interesses dos islamistas turcos e enquadrou politicamente a classe dos militares, criando um ambiente político no qual um conjunto de reformas de longo alcance poderia acontecer⁴⁹. Tal tem vindo a ser a resposta dada pelo AKP, que, apesar de ser um partido com raízes claramente islâmicas, tem demonstrado ser um vértice para a manutenção das reformas democráticas no país.

A questão cultural será tratada em mais profundidade no capítulo intitulado *A Barreira Religiosa*.

1.3.3) O Equilíbrio Institucional da União

Em terceiro lugar, a hipotética adesão da Turquia apresenta o maior desafio institucional da história comunitária. Todos os alargamentos anteriores levaram a reestruturamentos institucionais pontuais. No entanto, o tamanho da Turquia torna a questão mais importante⁵⁰.

Fruto do seu extraordinário peso demográfico, a adesão deste Estado engendrará indubitavelmente algumas alterações institucionais, levando à perda de poder relativo por parte de alguns dos principais membros da União. Este receio tem sido particularmente sentido em França e na Alemanha. Estes Estados argumentam que, se a Turquia viesse a aderir, tornar-se-ia o maior beneficiário de subsídios comunitários para membros com menor rendimento *per capita*, o maior número de votos iria para o membro mais pobre, para o país que se encontra geograficamente nas margens da Europa e que não tem um historial de integração na Europa e não para os fundadores da União⁵¹.

Argumenta-se muitas vezes que a Turquia, devido à sua grande população, iria alterar o equilíbrio institucional da União. No entanto, estudos sugerem que, caso a Turquia fosse admitida, tal não iria alterar drasticamente os equilíbrios institucionais. Numa União já amplamente alargada, contando actualmente 27 Estados-membros, a Turquia, por si só, teria pouco poder para iniciar ou bloquear qualquer decisão. Os votos e os assentos atribuídos ao país iriam sem dúvidas ser iguais ou aproximados aos da Alemanha nas instituições comunitárias, tornando-se num importante aliado para grupos constituídos por pequenos e grandes países. No entanto, devemos manter presente que o Protocolo de Nice previu a redução dos futuros Comissários e dos membros do Parlamento Europeu. Por outro lado, não existe qualquer evidência *a priori* que sugere que a Turquia iria quebrar o modo “consensual” de *policy making* na União ao importar divergências ou agendas politicamente destabilizadoras para o seio da Comunidade. A hipótese mais verosímil passará certamente por juntar-se às coligações existentes, apenas reforçando as tendências que já existem nas políticas comunitárias. Tal foi também o caso dos países que aderiram na última vaga, os quais foram integrados na cultura de *consensus-building* e o número de Estados que se opõem a uma proposta no Conselho ainda não ultrapassou o número normal de um ou dois países.

⁴⁹ Cook, Steven, *Ruling but not Governing: The Military and Political Development in Egypt, Algeria and Turkey*, Baltimore, 2007, p.11

⁵⁰ Baç, Meltem Müftüleri, *Turkey's Accession to the European Union: Institutional and Security Challenges*, in PERCEPTIONS, *op. cit.*, p. 33

⁵¹ Karlsson, Ingmar, *Turkey in Europe but not of Europe?*, Istanbul, 2009, p. 15

Apesar do seu tamanho e das características particulares deste país e tomando como premissa básica que a sua entrada irá certamente tornar a União ainda mais heterogénea, é improvável que a adesão da Turquia modifique de forma substancial a União Europeia e o funcionamento das suas instituições. É possível que a entrada a Turquia acentue as divergências existentes quanto ao futuro do processo de integração. Devemos lembrar que o processo decisório da União Europeia é baseado em alianças flutuantes e que a influência política dos Estados-membros depende pelo menos tanto do seu poder económico como do seu tamanho ou do seu peso demográfico. Num sistema em que as decisões são tomadas por duplas maiorias (55% dos Estados-membros e 65% da população) a adesão turca, apesar do tamanho do país, não terá uma influência dramática no funcionamento da União. Tal cenário implicará naturalmente alterações no Conselho Europeu e no Parlamento Europeu mas não na Comissão, como previsto na redução dos comissários ou no seu sistema de rotação. É óbvio que a Turquia tornar-se-á um importante actor, aumentando as possibilidades de outros Estados, através de alianças, poderem bloquear ou aprovar decisões. À semelhança dos outros membros, a Turquia formará tais alianças para promover os seus próprios interesses nacionais⁵². A ideia de uma “Europa a duas velocidades” tem muitos apoiantes, permitindo que a integração turca se desenvolva sem que tal ponha em risco o conceito de uma união política.

A capacidade da União em acolher um novo membro será avaliada ao longo das negociações. Dado o ritmo de crescimento que a Turquia tem vindo a apresentar, tornar-se-ia igualmente o Estado-membro mais influente na União Europeia simplesmente devido ao seu peso demográfico, isto é, ao número de membros turcos do Parlamento Europeu e de votos da Turquia no Conselho que seriam os mais numerosos.

A *Capacidade de Absorção* da UE tornou-se um elemento-chave do debate acerca da adesão turca. O conceito de “capacidade de absorção” não é nada de novo. Na verdade, tem estado na ordem do dia desde a Cimeira de Copenhaga em 1993, que declarava nas suas conclusões que “a capacidade da União em absorver novos membros, ao mesmo tempo que mantém o momentum da integração europeia, é uma importante consideração no interesse geral da União e dos países candidatos”⁵³. A capacidade de absorção, no entanto, não figurava predominantemente nas anteriores vagas de alargamento. Enquanto que as reformas institucionais, políticas e orçamentais estavam na agenda dos países escolhidos para participar no alargamento, a capacidade de absorção foi claramente apresentada como uma tarefa com que a União tinha de lidar antes da adesão dos candidatos.

1.3.4) O receio dos Imigrantes turcos

No que concerne ao argumento relativo a uma possível imigração em massa de mão-de-obra turca para os membros da União, existem, mais uma vez, pontos de vista contraditórios. Confrontados com taxas de desemprego que batem valores históricos, alguns Estados-membros receiam uma chegada maciça de operários turcos, legalmente habilitados a viajar, a trabalhar e a residir em qualquer parte da União.

Um dos pontos de vista é que uma Turquia economicamente forte ofereceria oportunidades suficientes do ponto de vista doméstico e tornaria a emigração menos atractiva. No entanto, também se tem sugerido que mesmo se a economia doméstica crescer, esta não será suficiente para satisfazer as aspirações da populosa juventude

⁵² Karlsson, Ingmar, *op. cit.*, p.15

⁵³ Lagro, Esra and Jorgensen, Knud, *Turkey and the European Union – Prospects for a Difficult Encounter*, New York, 2007, p.134

turca. Por outro lado, acredita-se que a imigração será um dos maiores trunfos turcos em relação à UE, tendo em consideração o envelhecimento da população comunitária⁵⁴.

É hoje um dado assumido que a Europa irá enfrentar uma grave carência de mão-de-obra devido ao envelhecimento da sua população. As recentes vagas de alargamento, oriundas dos candidatos da Europa Central e Oriental, não alteraram exponencialmente o perfil demográfico e a estrutura etária dos novos membros. A Turquia, com a sua jovem população, poderia ser assim de extrema importância para solucionar em parte este problema urgente. A demografia turca oferece uma janela de oportunidade em termos de população activa que poderá ser explorada, tanto pela UE como pela própria Turquia⁵⁵.

De qualquer das formas, devemos acreditar que os sete anos de salvaguarda incluídos na adesão da Roménia e da Bulgária para a liberdade de circulação e de estabelecimento serão aceites num eventual acordo com a Turquia, alcançando talvez salvaguardas de 10 anos. Ainda assim, a Turquia não aceitará derrogações permanentes, algo que a Comissão Europeia já considerou no passado⁵⁶.

1.3.5) Os Custos do Alargamento

Os custos do alargamento estiveram desde sempre entre as principais preocupações dos cidadãos e dirigentes da UE. O facto da Turquia, à semelhança da Bulgária e Roménia, ser ainda muito pobre quando comparada com os outros membros exacerba este debate. Com um rendimento médio per capita (2005) de cerca de 28% da média comunitária, a Turquia irá fortemente beneficiar da “política de coesão”, financiada pelos fundos estruturais europeus. A Comissão, em 2005, avaliou-os, para a Turquia, em cerca de 22,4 mil milhões de euros ao ano, isto é, um valor comparável ao conjunto dos 10 novos membros de 2004⁵⁷. A Turquia beneficiaria também dos créditos agrícolas que representam cerca de 25% das contribuições europeias para os novos Estados – membros. De acordo com Brehon, estes poderiam alcançar um valor projectado em 8,2 mil milhões de euros, ou seja, aproximadamente aquilo que a França irá receber em 2015⁵⁸. Por outro lado, o mesmo autor estima que as despesas internas, particularmente concentradas nos programas de protecção das fronteiras, atingiriam 2,6 mil milhões de euros por ano⁵⁹.

O vasto sector agrícola e os desequilíbrios regionais terão necessariamente de ser discutidos durante o curso das negociações. Brehon apresenta previsões que têm gerado uma certa desconfiança em relação à capacidade de resposta do Orçamento comunitário a este desafio. Assim, a adesão teria um Custo Bruto Total de 33 mil milhões para um orçamento total de 140 a 150 mil milhões (para 2015). Sendo as contribuições turcas para o Orçamento comunitário de difícil previsão, uma vez que estão ligadas à evolução do Produto Nacional Bruto turco, evolução esta rodeada de muitas incertezas, o mesmo autor apresenta um custo anual líquido que deverá cifrar-se entre 25 e 28 mil milhões de euros⁶⁰.

⁵⁴ House of Commons, Business and Enterprise Committee, *Keeping the Door Wide Open: Turkey and EU Accession*, London, 2008, p.13

⁵⁵ Hug, Adam, *op. cit.* p.41

⁵⁶ Tocci, Nathalie, *Conditionality, Impact and Prejudice in EU-Turkey Relations*, Roma, 2007, p.39

⁵⁷ Brehon, Nicolas-Jean, *Le cout de l'adhésion de la Turquie à l'UE*, in *Le Monde* (07/02/2005),

disponível em <http://www.finances-europe.com/article.php?id=77&lien1> (visto em 18/09/2010)

⁵⁸ Brehon, Nicolas-Jean, *Combien couterait l'adhésion de la Turquie au budget communautaire?*, 2005, disponível em http://www.finances-europe.com/doc/cout_de_la_turquie.htm (visto em 18/09/2010)

⁵⁹ Idem

⁶⁰ Brehon, Nicolas-Jean, *Le cout de l'adhésion de la Turquie à l'UE*, *op. cit.*

Por fim, a adesão da Turquia teria como consequência imediata uma diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) comunitário médio per capita na ordem dos 9% (2005). Uma vez que os fundos estruturais estão prioritariamente reservados às regiões pobres (caracterizadas por um PIB per capita inferior a 75% da média comunitária), algumas regiões que são, de acordo com este critério, actualmente elegíveis, deixariam de sê-lo após a adesão da Turquia. Esta situação, obviamente, não é do agrado de vários dirigentes nacionais uma vez que se viriam assim privados de importantes fundos de apoio ao desenvolvimento do seu próprio país. Estudos comparativos também sugerem que a posição económica da Turquia não é fundamentalmente diferente da posição de partida da Polónia, Eslovénia, Roménia e Bulgária no início dos seus respectivos processos de adesão⁶¹.

1.3.6) O Argumento Geoestratégico

Um dos principais factores que tem estado presente nos argumentos relativos à adesão da Turquia é algo de difícil mutação na presente era pós-colonial: as fronteiras do Estado.

Considerada como ponte de união entre “dois mundos”, a Turquia procurou sempre tirar partido desta sua posição geoestratégica. No entanto, o facto de se situar entre estes dois mundos levou-a a ter de efectuar escolhas que, muitas vezes, favoreciam uma determinada ideologia em detrimento da outra. De facto, no pós – Primeira Guerra Mundial, a Turquia decidiu aliar-se ao mundo ocidental (pelo menos no seu modo de vida), “renegando” assim a sua herança e a sua cultura árabes.

Paradoxalmente, o Estado tem também tentado tornar-se uma potência económica e militar no Próximo Oriente e é precisamente nesta perspectiva que tem procurado manter boas relações de vizinhança com os demais Estados orientais, sendo que a sua ligação ao mundo ocidental tem vindo a dificultar, em algumas ocasiões, as relações que mantém com os outros Estados muçulmanos. Na verdade, a Turquia mantém relações tensas com a maioria dos seus vizinhos. As tensões com a Grécia são conhecidas (contendas sobre algumas ilhas do Mar Egeu, Chipre, a troca de populações em que os gregos da Anatólia estiveram envolvidos...). Devemos lembrar, em 1989, o episódio da *Bulgarização*, em que mais de 350 mil turcos foram expulsos da Bulgária.

Quanto à Arménia, os dois Estados encaram-se de forma inimiga desde o conflito do Alto – Karabagh (1991-94) que tinha proclamado a sua independência em relação ao Azerbaijão e cujo estatuto ainda não foi definido. Para o Irão, o Iraque e a Síria as fronteiras são regulamentadas de forma draconiana, o que não impede o tráfico, nomeadamente de gasolina, excessivamente cara na Turquia e o narcotráfico. A Turquia, evidentemente, não ganha em popularidade nos países árabes e junto das multidões muçulmanas pelo seu projecto europeu, o seu apoio estratégico aos EUA e à sua pertença à NATO.

A importância geoestratégica da Turquia, que parecia ter-se diluído após o fim da Guerra Fria, foi recuperada com o aparecimento da crise do Golfo, dos Conflitos nos Balcãs e no Cáucaso, pondo o país novamente na agenda de segurança⁶².

Como a conclusão da guerra no Iraque não correspondeu às expectativas, o caos e a incerteza que daí resultaram lembraram aos europeus que a adesão da Turquia significaria que a Europa tornar-se-ia vizinho da Síria, do Iraque e do Irão. Uma das consequências passa por encarar a Turquia não como a célebre ponte para o Médio

⁶¹ Düzgit, Senem, *Seeking Kant in the EU's Relations with Turkey*, Istanbul, 2006, p.15

⁶² Lovatt, Debbie, *op. cit.*, p.232

Oriente mas antes como uma zona tampão entre a própria Europa e alguns regimes instáveis e, em alguns casos, fundamentalistas.

Numa altura em que o mundo árabe enfrenta fortes convulsões sociais, com quedas sucessivas de regimes autoritários, a Turquia deixaria de ser este Estado tampão da União em relação à esta zona volátil, passando o espaço comunitário a partilhar fronteiras com alguns dos países mais hostis ao mundo ocidental em todo o mundo. Desta forma, receia-se que a permeabilidade natural das fronteiras possa levar à introdução de células terroristas no espaço europeu.

Por outro lado, contrariando a visão de uma *Europa Fortaleza*, muitos actores da cena europeia defendem que a adesão da Turquia irá indubitavelmente projectar o papel europeu enquanto actor global, não só em termos do seu poder militar⁶³, como também pela projecção do *soft power* inerente às acções democráticas, método este que tem sido privilegiado até ao momento. A Turquia também poderia contribuir significativamente para a evolução de uma Europa genuinamente multicultural, uma Europa que não está apenas interessada naquilo que se passa dentro das suas fronteiras mas que alarga os seus horizontes para desenvolver relações com o vizinho mundo islâmico⁶⁴.

Desta forma, o lugar da Turquia na nova Europa irá depender não apenas na sua democratização e estabilidade económica, como também nas decisões que esta nova Europa irá tomar acerca do seu poder e do seu papel no mundo pós-11 de Setembro⁶⁵. A parceria entre a Turquia e a UE não será sem problemas, podendo sempre surgir sensibilidades e limitações regionais e estratégicas. No entanto, existem poucas dúvidas de que ambas as partes irão desempenhar um papel mais forte à escala global com uma cooperação reforçada. Obviamente, haverá sempre questões de clara divergência, mas este não-alinhamento não deverá ser mais vincado do que aquele que já existe entre os vários membros da União.

Numa altura em que a Turquia se aproxima da UE, a própria União enfrenta um período de transformação ao dirigir-se para Leste e para Sul, não apenas enquanto UE mas também como Europa, através de outras organizações de cooperação euro-atlântica como a NATO e o Conselho da Europa. Ambos UE e NATO alargam-se para as costas ocidentais do Mar Negro e os Estados do Sul do Cáucaso e a Ucrânia encetaram um curso firme para a integração euro-atlântica. Estes processos estão indubitavelmente a mudar o centro de gravidade europeu para o Sudeste, tornando a região do Mar Negro, na qual a Turquia é um actor central, num novo *hub* para a segurança europeia⁶⁶, o que levou Joschka Fischer a afirmar que “para que a UE seja poderosa e para que os nossos filhos e netos vivam em paz, a Turquia tem de se tornar um Estado-membro”⁶⁷.

Na hipótese das negociações para a adesão não surtirem um resultado positivo para a Turquia, baseando-se no conjunto dos critérios de Copenhaga e, nomeadamente, da própria capacidade de absorção da União, a UE previu que o país deverá ser ancorado às estruturas europeias pelo elo mais forte possível, outro que a adesão. Desta forma,

⁶³ A Turquia possui o segundo maior exército da NATO, com mais de um milhão e duzentos mil efectivos distribuídos por todos os seus ramos.

⁶⁴ Çarko, Ali and Rubin, Barry, *Turkey and the European Union – Domestic Politics, Economic Integration and International Dynamics*, London, 2003, p.32

⁶⁵ Ugur, Mehmet and Canefe, Nergis, *Turkey and European Integration – Accession Prospects and Issues*, New York, 2005, p.181

⁶⁶ Häggström, Per, *Turkey in Europe: Changes and Challenges*, Stockholm, 2006, p.29

⁶⁷ Baç, Meltem Müftüler, *op. cit.*, p.42

poderia assim regressar a tão famosa ideia do “partenariado privilegiado”, hipótese preferida à adesão por vários dirigentes europeus, entre os quais Merkel e Sarkozy. Do seu lado, vários dirigentes turcos já declararam que a Turquia nunca aceitará uma parceria privilegiada após ter lutado durante tanto tempo através de reformas políticas e económica.

Por fim, convém lembrar que o processo de negociações concluir-se-á num projecto de Tratado de adesão da Turquia à UE. Todos os Estados-membros da União deverão ratificá-lo, pela via parlamentar ou por referendo, em conformidade com as modalidades próprias.

As negociações serão regidas pelo princípio da unanimidade, quer isto dizer que, a qualquer momento, qualquer Estado-membro poderá fazer ouvir a sua voz e decidir, se assim, o desejar, parar o processo.

A continuação das reformas políticas na Turquia continuará a ser objecto de supervisionamento atento por parte da União e, em caso de violação grave dos direitos do Homem ou das liberdades fundamentais, a UE poderá decidir suspender as negociações de forma imediata.

No que diz respeito à data de uma eventual adesão, apesar de amplamente discutida nos vários círculos políticos e académicos interessados, podemos afirmar que, actualmente, nenhuma data precisa pode ser apontada, com a ressalva de que nunca poderá acontecer antes de 2014 por razões associadas ao ciclo orçamental da União. A questão não é saber se a Turquia deveria aderir à UE imediatamente, mas antes como manter o vigor das negociações. Muito terá mudado na Turquia e nos actuais membros antes que qualquer decisão seja tomada. Assim, para a Turquia e para todos os outros candidatos, o próprio período de adesão serve como um tempo de consolidação da Democracia. De facto, a atitude comunitária em relação aos países da mais recente vaga de alargamento tende a confirmar que este tem sido um dos temas no desenvolvimento democrático dos Estados candidatos. A Letónia é disso um bom exemplo.

O próprio Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, afirmava em 2008 que o ritmo das negociações dependerá acima de tudo no próprio progresso da Turquia nestas reformas.⁶⁸

1.3.7) O Argumento Económico

Nos últimos anos, os dirigentes europeus, debatendo-se com uma profunda situação de crise financeira e económica, têm alimentado um aceso debate em torno da relação custos/benefícios de uma eventual integração da economia turca. Na verdade, inquéritos de opinião realizados na Alemanha, por exemplo, revelaram que a maioria dos opositores à adesão da Turquia assume esta posição devido a razões eminentemente económicas⁶⁹. Os distúrbios económicos provocados pela adesão deste grande país, o “fim” do actual modelo de segurança social e a deslocalização maciça de empresas para regiões cuja mão-de-obra é muito mais barata causam receios e incertezas. Por outro lado, Akçomak e Parto afirmam que os níveis de corrupção continuam extremamente

⁶⁸ Ver: Barroso, José Manuel Durão, *Turkey: Master of the Straits, Master of its Destiny - European Commission President Barroso speech to the Turkish Grand National Assembly*, 2008, disponível em: http://www.avrupa.info.tr/Files/Barroso_Speech_EN.doc (visto em 21/08/2010)

⁶⁹ Tocci, Nathalie, *op. cit.*, p. 24

elevados e que existe uma considerável economia paralela⁷⁰. Finalmente, receia-se que as recentes crises económicas e financeiras que assolaram o país em 1994, 1997, 2001 e 2006 tenham graves efeitos colaterais nas suas congéneres europeias através do efeito de contágio se estas estiverem ainda mais integradas.

Do seu lado, os partidários da adesão turca acreditam que o rápido crescimento da economia turca, o aumento da sua produtividade, a sua jovem e cada vez mais qualificada mão-de-obra, o crescimento dos seus níveis de comércio e de Investimento Directo Estrangeiro irão fortemente contribuir para alcançar os objectivos da *Agenda de Lisboa*, ao mesmo tempo que ajudarão a União a enfrentar a concorrência de gigantes económicos emergentes como a Índia ou a China. Apoiando esta teoria, um estudo da Pricewaterhouse Coopers de 2008 sugeria que, até 2050, o PIB médio da Turquia crescerá cerca de 3,4% por ano, fazendo com que a economia turca, por volta de meados do século XXI, representasse aproximadamente 70% do PIB do Reino Unido⁷¹. Este crescimento torna-se ainda mais excepcional se o compararmos com uma previsão de crescimento de 1,9% para as economias que constituem actualmente o G7⁷². Por outro lado, dada a sua proximidade aos principais fornecedores de recursos energéticos, poderá tornar-se no mais importante *hub* para a evacuação, transporte e distribuição destes recursos em direcção à Europa e ao mundo. A segurança energética está cada vez mais na ordem do dia e este assunto tornou-se ainda mais premente após a recente crise na Geórgia. O papel que a Turquia poderá vir a desempenhar neste âmbito torna-se assim vital para as aspirações europeias.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional, em 2009, era a 17ª economia mundial com um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 876.594 mil milhões de Dólares (USD), representando a 7ª maior economia da região Europa e Ásia Central⁷³. Do seu lado, o Banco Mundial apresenta dados substancialmente diferentes, estimando o PIB turco, para 2010, em cerca 735,2 mil milhões de USD⁷⁴. A nível global, era o 23º importador e o 32º exportador (2009). Em 2010, a economia turca recuperou da recessão registada em 2009, estimando-se que o PIB tenha crescido cerca de 8%, impulsionado pelo aumento do investimento e da procura interna⁷⁵. Este impressionante crescimento económico serviu de bandeira eleitoral ao Primeiro-ministro nas eleições legislativas de 2011, tendo este repetidamente utilizado o *slogan*: “*Que a estabilidade se mantenha e que a Turquia cresça para que o país faça parte das 10 principais economias mundiais até 2023*”⁷⁶.

As perspectivas de aproximação à UE favoreceram a dinâmica de retoma e o esforço de harmonização do tecido económico aos padrões mundiais. Este movimento foi

⁷⁰ Akçomak, Semih and Parto, Saeed, *How Black is the Black Sheep compared to all others? Turkey and the EU*, Maastricht, 2006, p. 14

⁷¹ Pricewaterhouse Coopers, *UK Economic Outlook - March 2008*, 2008, p. 23, disponível em www.pwc.co.uk/pdf/UK_Eco_Outlook_mar_08.pdf?utr=1 (visto em 18/08/2010)

⁷² Idem, p.6

⁷³ International Monetary Fund, *World Economic Outlook – Crisis and Recovery*, 2009, disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/01/> (visto em 18/08/2010)

⁷⁴ The World Bank, *Gross domestic product 2010*, 2010, disponível em <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf> (visto em 18/08/2010)

⁷⁵ International Monetary Fund, *op. cit.*

⁷⁶ Fondation Robert Schuman, *Le Parti du Premier Ministre Recep Tayyip Erdogan remporte sa troisième victoire consecutive aux élections législatives turques*, 2011, disponível em <http://www.robert-schuman.eu/doc/oe/oe-708-fr.pdf> (visto em 14/05/2011)

particularmente propício ao desenvolvimento de oportunidades num mercado com um importante potencial de expansão. Na verdade, as transacções comerciais entre a UE e a Turquia já duplicaram desde a entrada em vigor do Acordo Aduaneiro (1996) entre os dois parceiros. A União Europeia é hoje o mais importante parceiro comercial da Turquia (cerca de 50% do volume total de trocas comerciais) e o país ocupa o 7º lugar em termos de comércio comunitário⁷⁷.

Por outro lado, a AICEP Portugal Global afirma que, de acordo com o Banco Central da Turquia, no período 2004-2010, a UE constituiu-se como o principal investidor estrangeiro no país (76% do total), seguida dos EUA e dos países do Médio Oriente⁷⁸.

Historicamente, a Turquia nunca foi um importante receptor de grandes fluxos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE): Em 2009, 7,6 mil milhões de USD (32º do ranking mundial dos países receptores de IDE com 0,7% do total)⁷⁹. No entanto, devemos referir que a publicação “World Investment Prospects Survey” da United Nations Conference on Trade and Development considerou a Turquia, para o período 2008-2010, como o 15º destino mundial mais atractivo em termos de IDE⁸⁰.

Em relação aos principais desafios futuros da economia turca, o relatório da AICEP Portugal Global considera que estes passarão por manter um bom relacionamento com os seus aliados ocidentais tradicionais (nomeadamente os EUA), melhorar o relacionamento com os países vizinhos (Irão, Iraque, Síria e Rússia), bem como com Israel. Por outro lado, as instâncias turcas deverão continuar a introduzir as reformas previstas no âmbito das negociações com a UE, para solidificar a credibilidade necessária ao fortalecimento da economia e, por fim, uma actuação do Governo centrada na consolidação da recuperação económica, no controlo das Finanças Públicas, tentando evitar políticas fiscais demasiado excessivas e exigentes⁸¹.

⁷⁷ Hug, Adam, *op. cit.*, p. 7

⁷⁸ AICEP Portugal Global, *Mercados – Informação Global – Turquia: Ficha de Mercado*, 2011, disponível em <http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/Documentos/FMTurquia/> (visto em 19/04/2011)

⁷⁹ Idem

⁸⁰ United Nations Conference on Trade and Development, *World Investment Prospects Survey 2008-2010*, New and Geneva, 2008, disponível em http://www.unctad.org/en/docs/wips2008_en.pdf (visto em 19/12/2010)

⁸¹ Ver: AICEP Portugal Global, *op. cit.*

2

Desafio e Resposta

2.1) Introdução: Os Critérios de Copenhaga

As instituições europeias criaram uma série de condições que devem imperativamente ser respeitadas para a adesão de um novo Estado-membro. Em Junho de 1993, o Conselho europeu consequentemente inscreveu nas suas conclusões aquilo que, de seguida, chamou “*Critérios de Copenhaga*”.

Confrontado com a implosão do bloco soviético, o Conselho Europeu desejou preparar a Comunidade Europeia para o fluxo da apresentação da candidatura de antigos países comunistas, definindo critérios comuns e permitindo o exame destas candidaturas. A Comunidade Europeia negociava paralelamente as condições da adesão da Áustria, da Finlândia, da Noruega e da Suécia: apenas três outros países tinham então depositado a sua candidatura: a Turquia (1987), Chipre (1990) e Malta (1990).

Os critérios tornaram-se parte integral do Tratado da Europa através da adopção do Tratado de Amesterdão a 1 de Maio de 1999. De acordo com o artigo.6:1 do Tratado que institui a União Europeia, “*A União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos Direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de direito, princípios que são comuns aos Estados-membros*”. Qualquer Estado europeu que respeite os princípios citados *supra* pode assim candidatar-se a membro da União. Por outras palavras, enquanto os Critérios de Copenhaga indicavam o começo do processo de adesão para os candidatos iniciais, pedia-se à Turquia e aos outros Estados candidatos posteriores que preenchessem estes critérios antes de iniciar as negociações de adesão⁸².

Os Critérios de Copenhaga⁸³

A adesão terá lugar assim que o país membro associado está à altura de preencher as obrigações que daí decorra, preenchendo as condições políticas e políticas requeridas.

A adesão requer por parte do país candidato que este tenha instituições estáveis garantindo a democracia, a primazia do direito, os direitos humanos, o respeito das minorias e a sua protecção, a existência de uma economia de mercado viável assim como a capacidade de enfrentar a pressão concorrencial e as forças de mercado no interior da União. A adesão pressupõe a capacidade do país candidato em assumir as obrigações e nomeadamente subscrever os objectivos da união política, económica e monetária.

Desde o Conselho Europeu do Luxemburgo⁸⁴, em Dezembro de 1997, os Chefes de Estado e de governo indicam que a Turquia “*será julgada com base nos mesmos critérios que os outros Estados candidatos*”. O antigo Comissário Europeu para o

⁸² Özbudun, Ergun and Gençkaya, Ömer, *op. cit.* p.83

⁸³ Portal da União Europeia, *Critères d’adhésion (critères de Copenhague)*, sem data, http://europa.eu/scadplus/glossary/accession_criteria_copenhague_fr.htm (visto em 28/07/06)

⁸⁴ Conselho Europeu, *Conclusions de la Présidence*, sem data, http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/fr/ec/032b0008.htm (visto em 29/07/06)

Alargamento, Gunter Verheugen, reforçou esta ideia, sugerindo que “*a Europa deveria utilizar a mesma metodologia e as mesmas referências, os mesmos critérios e as mesmas regras que foram aplicados aos outros candidatos da União, que não deveria ter padrões mais elevados ou mais baixos para a Turquia e que não deveria envolver duplos padrões.*”⁸⁵

Os elementos chave da relação económica entre a UE e a Turquia são claros. A UE é o destino para 56% das exportações do país, sendo dez vezes maior do que qualquer outro destino. A Turquia é o quinto destino das exportações comunitárias. Empresas europeias investem anualmente mais de 3 bilhões de Euros na Turquia e a jovem população turca é uma importante fonte de imigração que será capaz de preencher as insuficiências do mercado de trabalho europeu. Desde a viragem do milénio, a Turquia tem registado um crescimento anual médio de 6,8%. De acordo com o Banco Mundial, a estabilidade política e a integração económica que uma hipotética adesão iria fornecer poderia aumentar o seu Produto Nacional Bruto *per capita* em 1,5% ao ano, permitindo-lhe desempenhar um papel importante para o escoamento dos bens europeus⁸⁶. Nesta fase, o segundo critério de Copenhaga concernente à existência de uma economia de mercado funcional não parece colocar sérios entraves à adesão⁸⁷.

No que diz respeito aos critérios políticos, estes encontram-se claramente identificados e podem ser divididos num conjunto de sub-critérios e padrões mínimos que formam a base comum no que concerne à democracia, o Estado de direito e os Direitos Humanos nos Estados – membros. Em termos práticos, no entanto, estes princípios são implementados de forma diferente nos vários Estados, o que torna difícil estabelecer *guidelines* claros sobre a implementação das reformas que deveriam ser levadas a efeito num Estado candidato⁸⁸. Consequentemente, a tradução prática das exigências comunitárias depende acima de tudo e em primeiro lugar do próprio candidato. No que diz respeito à candidatura da Turquia, é necessário manter presente que, quando propôs a abertura das negociações de adesão com a Turquia em 2004, a Comissão afirmou explicitamente que Ankara preenchia apenas “*suficientemente*” os critérios políticos e que muito trabalho permanecia ainda por executar. Na verdade, o resultado do processo de *screening* indicava um fosso considerável entre o *acquis* comunitário e a legislação turca da altura⁸⁹. Os Critérios Políticos tornaram-se assim o mapa político para a expansão da Democracia e dos Direitos Humanos, cuja transposição prática se deu com a introdução das inúmeras reformas legislativas.

2.2) A Importância das Reformas Políticas

Os instrumentos efectivos de uma democracia formal foram estabelecidos na transição para a democracia multipartidária e parlamentar na Turquia. Deram-se eleições livres e extremamente disputadas e os partidos da oposição puderam criticar o governo ou a coligação governamental. Os golpes militares de 1960 e 1980 duraram pouco tempo e deram-se transições relativamente suaves para a ordem civil, em contraste com as condições que prevaleciam em muitos países, como na América Latina, por exemplo.

⁸⁵ Düzgit, Senem, *op. cit.* p.5

⁸⁶ Hug, Adam, *op. cit.* p.40

⁸⁷ Tocci, Nathalie, *op. cit.* p.38

⁸⁸ Tocci, Nathalie, *op. cit.* p.86

⁸⁹ Lasgro, Esra and Jorgensen, Knud, *op. cit.* p.16

A aceitação oficial da candidatura turca por parte da UE, em 1999, coincidiu com um dos mais intensos períodos de reformas legais na história da Turquia, fornecendo um poderoso incentivo⁹⁰. No actual clima de pessimismo, a opinião pública europeia tende facilmente a esquecer o enorme consenso político que o período de reformas 2001-2006 registou na Turquia e o apoio que o *soft power* comunitário concedeu para melhorar a sua vizinhança. Apesar da relativa estagnação que o processo conhece actualmente, o trabalho técnico de tradução das leis do *acquis* comunitário e o trabalho de *screening* efectuado pela UE continuam bem presentes. O *acquis* comunitário, isto é, o corpo de leis que deve ser adoptado antes de um candidato poder efectuar a sua entrada na União, encontra-se dividido em 35 áreas políticas, também conhecidas por “capítulos”⁹¹. Ainda assim, os progressos dinâmicos na satisfação dos critérios da União estão a abrandar, apesar das várias reformas desde 2002. É óbvio que nenhum progresso significativo pôde ocorrer perante a incerteza da rejeição do Tratado de Lisboa e da recente crise financeira. Consequentemente, ainda não se pode descortinar as perspectivas para a Turquia e o seu futuro permanece ambíguo⁹². O processo de negociações é complicado e requer muita paciência em todas as partes envolvidas. A abertura e o encerramento de cada um dos capítulos terão de ser acordados por cada um dos 27 Estados-membros. À semelhança de todas as negociações, os representantes destes países serão subjectivos nas suas reivindicações e avaliações e buscarão as soluções no seu melhor interesse patriótico⁹³.

Nos anos 1990, a negociação e a conclusão da União Aduaneira com a Europa deram lugar a uma primeira reforma de envergadura deste texto (supressão das referências ao golpe de Estado no preâmbulo, abaixamento da maioria eleitoral para os 18 anos, possibilidade de votar para os turcos residentes no estrangeiro, melhoramento do estatuto dos sindicatos e dos partidos...). O Conselho europeu de Helsínquia, que reconheceu em 1999 a vocação da Turquia em ser candidata à UE, provocou uma aceleração sem paralelo neste processo de reforma.

No seguimento da Cimeira de Helsínquia, é o Governo de Bülent Ecevit (1999-2001) que lançou um movimento de reformas de amplitude até então nunca vista, com o objectivo de colocar a Turquia em conformidade com os Critérios de Copenhaga. Aí também, é importante verificar a conversão de forças pouco favoráveis à Europa. Levados ao poder pelas eleições legislativas de 1999 que expressavam a desilusão dos turcos após a Cimeira do Luxemburgo que, em 1997, tinha negado a possibilidade de iniciar as negociações de adesão com o seu país, o Governo de Bülent Ecevit era de facto apoiado por formações muito críticas, já para não dizer hostis, à ideia europeia.

As reformas começaram a 3 de Outubro de 2001 com a alteração da Constituição⁹⁴ que tinha sido estabelecida sob o regime militar em 1982. Uma votação de 474 contra 16

⁹⁰ Önis, Ziya, *Recent Foreign Policy Attitudes in Turkey*, 2008, disponível em <http://www.diis.dk/graphics/Publications/Briefs2008/Recent%20Foreign%20Policy%20Attitudes%20in%20Turkey.pdf> (visto em 13/01/2010)

⁹¹ House of Commons, Business and Enterprise Committee, *op. cit.*, p.15

⁹² Rada, Peter, *The Security Aspects of Turkey's European Integration*, 2008, http://www.kulugyiintezet.hu/fpr/2008/018-036_FRP_2008_01_Rada_Rada.pdf, visto em 14/09/2010

⁹³ Lasgro, Esra and Jorgensen Knud, *op. cit.*, p.134

⁹⁴ A Constituição turca remete o poder democrático para a Grande Assembleia Nacional da Turquia (art. 7 da Constituição da República da Turquia) que é eleita por sufrágio universal.... A Turquia tem um sistema político multipartidário. Até recentemente, o Presidente era eleito pelo Parlamento, por maioria de 2/3 para um único mandato de sete anos. No entanto, o referendo popular de Outubro de 2007 aprovou a

alterou assim 33 artigos. O preâmbulo, que no passado tinha banido os “*pensamentos e opiniões*” contra os interesses nacionais da Turquia, hoje apenas se reporta às “*acções*”. O artigo 26º, que tinha banido o uso do Curdo fora das residências, foi também removido. Outros artigos lidaram com novos direitos para os prisioneiros, com a privacidade, com a liberdade de circulação, melhores julgamentos, limitações da pena de morte e com a igualdade entre os cônjuges.

A revisão constitucional de 17 de Outubro de 2001, que abrangeu no preâmbulo, 32 artigos do corpo da Constituição e um dos seus artigos transitórios (modificando assim mais de um quinto dos 177 artigos da Constituição), consistiu em primeiro lugar numa limpeza da segunda parte da Constituição consagrada “*aos direitos e deveres fundamentais*”. O défice na protecção das liberdades fundamentais tinha alimentado, na verdade, uma crítica extremamente exacerbada contra o texto constitucional oriundo do golpe de Estado de 1982, alguns constitucionalistas estimando que a lei fundamental turca era uma farsa da própria noção de Constituição. Esta revisão de 2001 é assim um *acquis* essencial que dota a Turquia de uma base de protecção dos direitos e liberdades próximos dos padrões europeus. Um dos factores mais importantes nesta matéria é a supressão do duplo regime de limitação aos direitos fundamentais estabelecido pelo artigo 13º na sua redacção inicial. Segundo este sistema, os direitos e as liberdades podiam ser, por um lado, limitados pela lei (e “em conformidade com o espírito e o texto da Constituição”) por um certo número de motivos gerais visando proteger “*a integridade indivisível do Estado do ponto de vista do território e da Nação, a soberania nacional, a República, a segurança nacional, a ordem pública...*”. Eram, por outro lado, especialmente restritos por disposições previstas para cada um dos direitos ou liberdades. Os artigos que se seguiam comportavam assim interdições ou limitações que eram por vezes muito importantes. Estas nomeadamente, para apenas citar as mais espectaculares, diziam respeito ao delito de opinião (artigos 14º e 26º), a liberdade de imprensa (artigo 28º) ou o direito de reunião e de manifestação (artigo 34º). Agora, os direitos e liberdades fundamentais apenas podem ser limitados por motivos previstos por disposições particulares da Constituição e em virtude da Lei, e enquanto estas limitações não afectem a própria essência dos direitos e liberdades. Em particular, as limitações cujos direitos e liberdades são objectos não podem estar em contradição nem com a letra e o espírito da Constituição, nem com as exigências de uma ordem social democrática e laica, e devem respeitar o princípio da proporcionalidade. Por fim, a maioria das limitações específicas colocadas pelos artigos seguintes ao artigo 13º foram igualmente atenuados.

Entre Fevereiro de 2002 e Julho de 2004, a Grande Assembleia Nacional da Turquia (GANT) adoptou nove “pacotes de harmonização”, sem contar com as outras importantes reformas legislativas que compreendem a adopção de um novo Código Civil, um Código Criminal, o Código de Procedimentos Penais e a Lei das Associações. A razão pela qual são apelidados de “pacotes” era que cada um deles envolvia alterações num conjunto de leis. Este método consiste em melhorar a democracia e o

reforma constitucional que estabelece a eleição do próximo Presidente da República por sufrágio universal directo para um mandato de cinco anos, podendo ser renovável uma vez. Por outro lado, existe um Conselho Nacional de Segurança que funciona como órgão de aconselhamento. Para receber uma assunto parlamentar, qualquer partido tem de colher pelo menos 10% dos votos. Ver: Office of the Prime Minister, Directorate General of Press and Information, *The Constitution of the Republic of Turkey*, sem data, <http://www.tbmm.gov.tr/anayasa/constitution.htm>

Estado de Direito turcos adoptando pela via legislativa conjuntos de reformas normativas visando principalmente a administração, a polícia, a justiça, o Código civil, o Código penal, o procedimento penal e o exercício dos direitos e das liberdades. O objectivo passava por harmonizar a legislação turca com as alterações constitucionais ao *acquis* comunitário, como parte do esforço nacional para tornar-se Estado-membro da União Europeia. Ao passo que algumas destas alterações eram apenas simples actos de harmonização com a Constituição, outras relevavam de importantes reformas com consequências de longo alcance. Três desses pacotes foram adoptados pela coligação governamental anterior à chegada ao poder do AKP que, por sua vez, introduziu seis pacotes. Desta forma, apesar dos receios iniciais, o AKP provava ser um partido moderado e aberto às reformas⁹⁵.

Nos seus relatórios de 2002 e 2003 acerca dos progressos da Turquia na via da adesão, a Comissão Europeia, enquanto sublinhava que este país tinha consentido em matéria legislativa “*esforços consideráveis*”, estimava que “*ainda não respeitava totalmente os critérios de Copenhaga*”. A nível institucional e político nomeadamente, a Comissão reiterava o seu pedido de redução da influência dos militares. Ela relevava a sua presença no seio de instituições de controlo de actividades civis como a Educação Nacional, as Universidades e os *media* e sublinhava que cerca de 7% do orçamento de Estado reservado para as Forças Armadas continuava sem aprovação do Parlamento. O relatório de 2003, em particular, insistiu fortemente quanto ao melhoramento do quadro global de exercício das liberdades fundamentais.

No seguimento destas recomendações, em Setembro de 2003, o Governo criou uma Comissão das reformas encarregada de examinar todas as reclamações relativas ao não respeito das leis de harmonização. Concluiu-se que, “*dos 34 artigos que foram recentemente aprovados, 22 também coincidiram com as exigências da UE. As mais recentes alterações (Verão de 2002) incluem melhoramentos nos Direitos Humanos, o fortalecimento do Estado de Direito e a reestruturação das instituições democráticas*”⁹⁶. O AKP, que apresentara no seu programa eleitoral uma nova revisão constitucional, não conseguiu eleger, nas eleições legislativas de 2011, uma maioria de 2/3 (367 deputados) indispensável à alteração da Constituição e deve agora contar com o apoio da oposição. Confrontado com esta situação, Erdogan afirmou: “*O povo transmitiu-nos a mensagem de elaborar uma nova Constituição através do consenso e da negociação... Iremos elevar a democracia para um nível avançado, alargando os direitos e as liberdades.*”⁹⁷.

De acordo com a lista apresentada por Özbudun e Gençkaya, em *Democratization and the Politics of Constitution-Making in Turkey*⁹⁸, podemos assim resumir as principais alterações constitucionais introduzidas por Ankara a fim de satisfazer às exigências dos Critérios de Copenhaga na sua vertente política:

⁹⁵ Önis, *op. cit.*

⁹⁶ Bilgin, Pinar, *A Return to “Civilisational Geopolitics” in the Mediterranean? Changing Geopolitical Images of the European Union and Turkey in the Post-cold War Era*, 2004, <http://www.bilkent.edu.tr/~pbilgin/Bilgin-geopolitics2004.pdf>, visto em 14/04/2010

⁹⁷ Robert Schuman Foundation, *op. cit.*

⁹⁸ Özbudun e Gençkaya, *op. cit.*

2.2.1) Liberdade de Expressão

Os Relatórios de Progresso anuais da Comissão Europeia sublinharam constantemente as limitações da liberdade de expressão na Turquia. O primeiro Pacote de Harmonização introduziu alterações relativamente pequenas aos controversos artigos 159 e 312 do antigo Código Criminal. O Artigo 159º acerca do *insulto ao Estado e às suas Instituições* foi alterado para reduzir o limite máximo de punição de 6 para 3 anos de encarceramento e as multas foram eliminadas. O artigo 312º que punia o incitamento à hostilidade e ódio com base nas diferenças de classe social, raça, religião, seita e região foi também alterado. Com esta mudança, tais expressões constituem uma ofensa criminal apenas se introduzem um atentado à ordem pública. O novo Código Penal, que entrou em vigo a 1 de Abril de 2005, limitou ainda mais o objecto desta ofensa utilizando o termo “*perigo claro e imediato à segurança pública*”. O Artigo 159º foi novamente alterado pelo Terceiro Pacote, acrescentando um parágrafo estipulando que “expressões de pensamento escritas, orais ou visuais feitas com o único objectivo de criticismo e sem a intenção de insultar ou denegrir as instituições visadas não constituem um crime”. O Sétimo Pacote de Harmonização reduziu o limite mínimo de encarceramento de um ano para seis meses. Argumentou-se que o artigo 159º e o correspondente artigo 301º do novo Código Criminal ainda representam importantes insuficiências, uma vez que as palavras “*identidade turca*” e “*República*” são demasiado vagas e de interpretação generalista, não sendo fácil traçar a linha entre o insulto e o criticismo legítimo.

O Artigo 8º do Acto Anti-Terrorismo era outro importante obstáculo à liberdade de expressão. Este artigo proibia a propaganda escrita, oral ou visual, a par dos encontros, manifestações e marchas levados a efeito com o propósito de destruir a integridade indivisível do Estado, do seu território e da sua nação. O Primeiro Pacote de Harmonização reduziu as sentenças de encarceramento e o Sexto Pacote aboliu totalmente o artigo, ultrapassando o veto presidencial. O Sexto Pacote também clarificou a definição de *Terror*, enfatizando a utilização de “*força e violência enquanto elementos necessários de um acto terrorista*”. Desta forma, a utilização de pressões, intimidação ou ameaças já não constitui um acto terrorista.

Os Segundo, Terceiro e Quarto Pacotes introduziram substanciais melhoramentos no campo da Liberdade de Imprensa. Assim, a confiscação de material impresso apenas pode ser decretada por ordem judicial e em casos urgentes e após decisão do Ministério Público. Neste caso, a decisão do Ministério Público deve ser submetida, num prazo de 24 horas, à aprovação de um juiz competente. Se não for aprovada em 48 horas, deixa automaticamente de ser efectiva. O Quarto Pacote estipula que os proprietários, editores gerais e autores de jornais e de publicações periódicas não podem ser forçados a revelar as fontes dos seus produtos noticiosos.

No que diz respeito à liberdade de expressão, Relatório de Progressos da Turquia na via da Adesão de 2010 sublinha que “*Globalmente, as práticas do debate aberto e livre mantiveram-se e expandiram-se. No entanto, o elevado número de processos judiciais contra jornalistas e a pressão injustificada sobre os “media” minam, na prática, a liberdade de imprensa. A lei turca não garante de forma satisfatória a liberdade de expressão em linha com as leis do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. As frequentes restrições a sites da Internet também constituem objecto de preocupação*”⁹⁹. Na verdade, na opinião dos críticos da adesão da entrada da Turquia na União, a

⁹⁹ Comissão Europeia, *Turkey 2010 Progress Report*, Bruxelas, 2010, p. 22; disponível em http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2010/package/tr_rapport_2010_en.pdf, nossa tradução (visto é 01/02/2011)

Turquia seria menos livre e justa hoje do que era quando o AKP assumiu o Governo em Novembro de 2002. O *Freedom of the Press 2010* mostra que os *media* turcos encontram-se mais restringidos hoje do que em 2002, caindo da 100ª posição nesse ano para a 106ª em 2010¹⁰⁰. Mais de 60 jornalistas encontram-se hoje encarcerados na Turquia devido aos seus artigos de opinião e, em Janeiro de 2011, o Primeiro-ministro pediu dois anos de prisão efectiva para Ahmet Altan, director do jornal Taraf, após este o ter qualificado de “autocrata” num episódio que incluiu a destruição de uma estátua na cidade de Kars¹⁰¹.

2.2.2) Liberdade de Associação

Os Segundo, Terceiro, Quarto e Sétimo Pacotes introduziram alguns melhoramentos no que diz respeito à liberdade de associação. O Quarto Pacote, nomeadamente, através da introdução do Artigo 34º, permitiu que as associações se envolvessem em actividades e colaborações internacionais, estabelecessem filiais no estrangeiro ou se tornassem membros de associações criadas além-fronteiras. Similarmente, nos casos em que a colaboração internacional é vista como útil e observando o princípio da reciprocidade, as associações estrangeiras passam a poder iniciar actividades e a instituir cooperações, a estabelecer filiais e a aderir a outras associações em território nacional através de uma decisão do Ministério do Interior após aconselhamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros (artigo 35º).

Em Julho de 2004, a GANT aprovou uma Lei das Associações totalmente novas (Lei n.º 5231). Esta lei é geralmente vista como sendo a lei das associações mais liberal dos últimos 20 anos. Algumas das mais importantes revisões incluem: 1) as associações já não têm o dever de obter uma autorização prévia para conseguir fundos, parcerias ou actividades externas; 2) as associações já não têm o dever de informar o governo local quanto ao dia, hora e localização dos seus encontros e já não têm a obrigação legal de convidar um representante oficial do governo para esses encontros; 3) as auditorias oficiais devem ser precedidas de um aviso de 24 horas e acompanhadas de uma causa justa para as auditorias aleatórias; 4) as Organizações Não Governamentais estão autorizadas a estabelecer gabinetes representativos para as federações e confederações no estrangeiro; 5) as forças de segurança deixam de ter autorização para interferir no normal funcionamento das associações sem uma ordem judicial prévia; 6) as previsões específicas e as restrições às associações de estudantes foram totalmente removidas; 7) jovens com mais de 15 anos passam a poder formar associações; 8) os padrões de auditoria interna foram reforçados para assegurar a contabilidade dos membros e a sua gestão; 9) as ONG passam a poder formar plataformas ou iniciativas temporárias para prosseguir objectivos comuns; 10) cria-se a possibilidade dos projectos de ONG obterem fundos governamentais de mais de 50% do seu custo total; 11) as ONG passam a ser autorizadas a venderem e comprarem bens imóveis necessários à sua actividade.

O Relatório da Comissão de 2010 conclui que: “*Globalmente, o quadro legal da Liberdade de Associação encontra-se em grande parte em linha com os padrões da UE. No entanto, este direito enfrenta dificuldades no cumprimento dos requisitos legais e algumas associações são sujeitas a controlos desproporcionados. Não se regista qualquer progresso quanto à ratificação das provisões legais acerca do encerramento dos partidos políticos*”¹⁰².

¹⁰⁰ Freedom House, *Freedom of the Press 2010*, Washington D.C., 2010, disponível em <http://www.freedomhouse.org/uploads/pfs/371.pdf>, (visto em 30/12/2010)

¹⁰¹ Fondation Robert Schuman, *op. cit.*

¹⁰² Comissão Europeia (2010), *op. cit.*, p. 23

2.2.3) **Liberdade de Assembleia**

O Sétimo Pacote de Harmonização limitou o poder dos governadores provinciais para adiar ou interditar encontros e marchas de protesto. Assim, o período de adiamento é reduzido de dois para um mês, e um encontro apenas pode ser proibido se existir um perigo claro e actual de um crime ser cometido (Art. 22º). O Terceiro Pacote permitiu que cidadãos estrangeiros pudessem formar encontros e manifestações com a autorização do Ministério do Interior.

Estes avanços são sublinhados pela Comissão, ao afirmar que *“no que diz respeito à liberdade de Assembleia, tem-se registado algum progresso no terreno. No entanto, algumas manifestações no Sudeste do país relacionadas com o problema curdo continuam a ser marcadas pela violência policial... A impunidade permanece um problema nas investigações judiciais e administrativas contra membros das forças de segurança envolvidos no uso excessivo da força”*¹⁰³.

2.2.4) **Abolição da Pena de Morte**

A pena de morte foi inicialmente restringida pela alteração constitucional de 2001, passando a ser totalmente abolida em 2004. O Nono Pacote de Harmonização removeu assim todas as referências à pena de morte no Código Penal e em todas as legislações de cariz criminal.

2.2.5) **Prevenção da Tortura e dos Mal Tratos.**

Os Relatórios de Progresso da Comissão Europeia, em conjunto com os vários relatórios do Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e de muitas ONG documentam a ampla incidência de tortura e tratamentos desumanos na Turquia. Consequentemente, o Governo introduziu algumas reformas para alterar tais práticas. O Segundo Pacote de Harmonização alterou a posição dos Oficiais legais, estipulando que as indemnizações pagas pela Turquia, em resultado das decisões tomadas pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos em casos de tortura e mal tratos, passarão a ser exigíveis aos seus perpetradores. O Quarto Pacote aboliu o requisito que passava pela necessidade de obter a autorização das autoridades administrativas competentes para acusar oficiais e outros funcionários públicos em casos de tortura e mal trato. Assim, os advogados públicos podem agora acusar directamente os perpetradores. O Sétimo Pacote forneceu um procedimento de julgamento acelerado para estes casos, estipulando que lhes deve ser dada prioridade, continuando mesmo durante as férias judiciais. Simultaneamente, em Julho de 2004, a GANT aprovou a Lei n.º 5233 que estipula indemnizações a serem pagas pelo Estado em caso de acções terroristas ou de actividades anti-terroristas por parte dos representantes oficiais do Governo.

O mais recente Relatório de Progressos emitido pela Comissão, a este respeito, afirma que: *“Globalmente, a tendência positiva na prevenção da tortura e dos mal tratos manteve-se... No entanto, o uso desproporcionados da força pelas de Segurança continua a ser uma prática recorrente, constituindo por isso motivo de preocupação. Os esforços para lutar contra a impunidade em casos de violação dos Direitos Humanos não visaram de forma suficiente as práticas judiciais”*¹⁰⁴

¹⁰³ Comissão Europeia (2010), *op. cit.*, p. 23

¹⁰⁴ Comissão Europeia, *op. cit.*, p.19

2.2.6) Direitos das Minorias

O Terceiro Pacote introduziu alterações revolucionárias na Lei turca ao permitir a utilização de outros dialectos (a disposição legal é “*línguas e dialectos diferentes tradicionalmente utilizados por cidadãos turcos nas suas vidas diárias*”) nas transmissões radiofónicas e televisivas. O Sexto Pacote alargou o âmbito deste direito, autorizando que tais transmissões pudessem ser efectuadas tanto por estações públicas como privadas. O Terceiro Pacote também prevê a criação de cursos privados para o ensino de tais línguas e dialectos.

Ainda assim, a Comissão adverte que: “*Globalmente, as práticas turcas acerca das minorias permanecem restritivas. O respeito e a protecção dos dialectos, cultura e liberdades fundamentais, de acordo com os padrões comunitários, ainda têm de ser alcançados. A Turquia tem de encetar esforços adicionais a fim de incrementar a tolerância e promover a inclusão das minorias*”¹⁰⁵.

2.2.7) Protecção Internacional dos Direitos Humanos

No Terceiro Pacote, as decisões do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, considerando que a Turquia estava em clara violação da Convenção, foram reconhecidas como fundamento para que certos casos fossem novamente julgados nos tribunais civis e penais. A decisão de um novo julgamento pode ser tomada pela Sessão Plenária competente (civil ou penal) do Tribunal de Cassação. De acordo com o Quinto Pacote, a decisão para levar um caso a um novo julgamento deve ser tomada pelo tribunal civil ou penal competente que deliberou o veredicto original. O Sexto Pacote (art.6º) alargou este direito aos casos administrativos.

O sistema judicial, habituado a arrastar os processos durante anos, teve grandes dificuldades em acompanhar as mudanças introduzidas. Grande parte do problema turco que surgiu com o artigo 301º do novo Código Penal¹⁰⁶ – “*insultar a identidade turca e as instituições estatais*” foi informalmente acordado com diplomatas europeus em Ankara – derivou da militância nacionalista de prossecutores individuais. A implementação de reformas como a liberdade de expressão mantiveram-se vulneráveis à influência política e as reformas constitucionais tiveram excepções para proteger a “*integridade indivisível do Estado*”. A lei de 2002 sobre a difusão em dialectos diferentes incluía restrições draconianas em *sites* da Internet, reservando-se também o direito de cancelar a licença daqueles que ameaçavam a unidade nacional, transmitindo uma “*propaganda subversa e separatista*” – isto é, nacionalista curda.

Os acordos internacionais dos Direitos Políticos, assinados em 2003, incluíam derrogações para as minorias e a Turquia não assinou outras cartas que pudessem beneficiar às comunidades não muçulmanas, ortodoxas ou que não fossem de etnia turca. Garantir o estatuto legal aos grupos anteriormente banidos – União dos Alevi e

¹⁰⁵ Ibidem, p. 33

¹⁰⁶ Este art. 301º já foi utilizado contra vários intelectuais e jornalistas, incluindo Ohan Pamuk, Elik Safak e Hrant Dink. Na verdade, o artigo afirma claramente que “as opiniões expressas com finalidade de crítica não constituem qualquer delito”. No entanto, a interpretação daquilo que é ou não uma crítica é deixado para apreciação dos magistrados. Ver: Visier, Claire, *La Turquie: instrument de politisation, objet de politisation*, 2009, disponível em <http://ejts.revues.org/index3709.html> (visto em 11/01/2010)

Associações Bektâşi, quebrou certamente um velho tabu mas não foi seguido por uma real integração na principal *Direcção dos Assuntos Religiosos*.

Assim, de forma global, os problemas em relação aos direitos das minorias deverão manter-se durante algum tempo, uma vez que estes direitos são ainda, em grande medida, considerados “violadores do princípio constitucional da indivisibilidade da Nação turca”¹⁰⁷. Assim, pode ler-se que: “[*The Constitution embodies...*] the understanding of the absolute supremacy of the will of the nation and of the nation and of the act that sovereignty is vested fully and unconditionally in the Turkish Nation and that no individual or body empowered to exercise this sovereignty in the name of the nation shall deviate from liberal democracy and the legal system instituted according to its requirements”, tal como reiterado no artigo 6 da Constituição: “(1) *Sovereignty is vested fully and unconditionally in the Nation*. (2) *The Turkish Nation shall exercise its sovereignty through the authorised organs as prescribed by the principles laid down in the Constitution*. (3) *The right to exercise sovereignty shall not be delegated to any individual, group or class. No person or agency shall exercise state authority which does not emanate from the Constitution*”.

O Governo também assinou uma série de acordos internacionais para demonstrar o seu compromisso para uma melhor governação. Após anos de atraso, em 2004, começou finalmente a respeitar os pagamentos ordenados pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Em 2007, cerca de 9400 casos estavam pendentes contra a Turquia em tribunal.

No entanto, muito há ainda a fazer e alguns membros da sociedade turca suspeitam que “*é forçoso constatar que à medida que os turcos se aproximam do final das reformas políticas exigidas pelos critérios de Copenhaga, surgem outras reticências fundadas em argumentos culturais e religiosos menos oficiais*”¹⁰⁸. Em vários campos, é verdade, as reformas trouxeram mudanças mas as práticas continuam as ser as mesmas. Apesar de ser parte signatária das mais importantes declarações e convenções internacionais de Direitos Humanos, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da Convenção Europeia sobre a Protecção dos Direitos humanos e das Liberdades Fundamentais (1954), o registo turco de Direitos Humanos foi sempre objecto de altos e baixos, dependendo do momento político na história da República¹⁰⁹.

Os Direitos Humanos e as liberdades políticas existem frequentemente apenas na teoria, originando grandes protestos por parte dos activistas dos Direitos Humanos. Existem também repetidas queixas quanto à brutalidade policial e às torturas¹¹⁰. Em contraste com os critérios económicos de Copenhaga, a Turquia tem evoluído de forma mais lenta no que diz respeito à adopção do *Acquis comunitário* na sua vertente política. A actual

¹⁰⁷ Office of the Prime Minister, Directorate General of Press and Information, *The Constitution of the Republic of Turkey*, op. cit. Nota: A fim de não alterarmos o espírito do texto, optámos por não proceder à sua tradução.

¹⁰⁸ Akagül, Deniz, *La Candidature de la Turquie à l'Union Européenne*, 2004, disponível em <http://www.dossiersdunet.com/spip.php?article291> (visto em 18/01/2010)

¹⁰⁹ Luif, Paul et al, *How Common is the Common Foreign and Security Policy of the European Union? – Where does Turkey fit in?*, Istanbul, 2009, p. 32

¹¹⁰ Rada, op. cit.

implementação de políticas nacionais alinhadas com as normas comunitárias tem sido limitada, e muitas áreas políticas “*requerem um maior ajustamento*”¹¹¹.

Uma vez assegurada a data para a abertura das negociações, o AKP não introduziu qualquer novo pacote de reformas nem procurou a total implementação das revisões já aprovadas. Esta tendência é assinalada no Relatório da Comissão de 2010 que estipula que: “*Globalmente, foram alcançados alguns progressos no que diz respeito à observância dos Direitos Humanos enumerados na legislação internacional. No entanto, uma série de reformas continua a aguardar uma implementação prática há já vários anos. A legislação acerca das Organizações dos Direitos Humanos carece assim de alinhamento com os princípios das Nações Unidas*”¹¹²

¹¹¹ Dahlman, Carl, *Turkey's Accession to the European Union: The Geopolitics of Enlargement*, 2004, disponível em http://www.colorado.edu/geography/class_homepages/geog_4892_sm06/dahlman%20turkey%20and%20eu.pdf (visto em 16/11/2009)

¹¹² Comissão Europeia (2010), *op. cit.*, p. 18

3.1) Introdução

Apesar da promoção da igualdade sexual não ser um aspecto explícito dos Critérios de Copenhaga para a adesão de um Estado à União Europeia, esta não deixa de ser vista como uma característica óbvia do amadurecimento político de um sistema legal¹¹³. É neste sentido que o Parlamento Europeu tem vindo a adoptar várias resoluções, pedindo à Turquia para assumir passos mais activos na implementação da legislação concernente à protecção dos direitos das mulheres. De acordo com o *UN Development Programme's gender empowerment index*, a Turquia situava-se na 63ª posição mundial em 2002. Em 2010, terá baixado para a 83ª¹¹⁴. É particularmente interessante verificar que o país ocupa uma posição no *ranking* bastante mais fraca do que as outras candidaturas (Islândia: 17ª, Montenegro: 49ª, Croácia: 51ª e Macedónia: 71ª), do que as possíveis candidaturas (Sérbia: 60ª, Albânia: 64ª e Bósnia-Herzegovina: 68), até mesmo da Ucrânia (69ª) e de vários países do Médio Oriente. O *World Economic Forum's gender group report* assinala uma tendência similar, de 105ª em 2002 para 126ª em 2008¹¹⁵.

No período otomano, mulheres e homens não eram iguais em direitos. A lei islâmica relegava a mulher otomana para uma posição social secundária relativamente ao homem. Esta situação de inferioridade manter-se-ia durante os próximos séculos, levando o filósofo Voltaire ao afirmar que os turcos eram “os tiranos das mulheres e os inimigos das artes”¹¹⁶.

No período que ficou conhecido por *Tanzimat* (1839-1876), o Império Otomano iniciou uma política reformista, influenciada pela Europa, e encarou os problemas das suas mulheres, que passaram a ser vistas como parte do processo de modernização. A opressão às mulheres passou a ser vista como um obstáculo à modernização do Império. Com a educação das mulheres, uma população “ocidental” e “educada” poderia assim emergir. Neste ambiente mais liberal, o movimento das mulheres otomanas começou a questionar o sistema patriarcal e a reivindicar mais direitos.¹¹⁷

Com a instauração da República, as novas leis proibiram a poligamia, instituíram o casamento civil, permitiram a acção de divórcio para cada uma das partes, e garantiram a igualdade dos cônjuges perante a Lei. As mulheres turcas obtiveram o direito de voto e a ser eleitas nas eleições locais de 1932 e nas eleições gerais de 1935. Acima de tudo estas reformas tinham como objectivo contribuir para o processo de modernização e ocidentalização do país que estava em curso, acabando no entanto por abrir novas oportunidades para as mulheres no campo da educação e do trabalho¹¹⁸.

¹¹³ European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, *First European Quality of Life Survey: Quality of life in Turkey*, 2007, disponível em <http://www.pedz.uni-mannheim.de/daten/edz-ma/esl/07/ef0733en.pdf>

¹¹⁴ Ver: United Nations – *International Human Development Indicators: Gender Inequality Index*, 2010, disponível em <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/89106.html> (visto em 04/02/2011)

¹¹⁵ Ver: WORLD ECONOMIC FORUM: *The Global Gender Gap Report 2010*, disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2010.pdf (visto em 05/02/2011)

¹¹⁶ Häggström, Per, *op. cit.*, p. 21

¹¹⁷ Gündüz, Zuhul Yeflilyurt, *The Women's Movement in Turkey : From Tanzimat towards European Union Membership* in PERCEPTIONS – Journal of International Affairs, *op. cit.*, p.115

¹¹⁸ Gündüz, Zuhul Yeflilyurt, *op. cit.*, p. 116

A República da Turquia elegeu a sua primeira mulher Primeiro-Ministro em 1993¹¹⁹. Nas eleições legislativas de 2011, 78 mulheres foram eleitas deputadas, ou seja, mais 28 em relação à legislatura anterior, constituindo no entanto apenas 14% do total dos parlamentares¹²⁰.

A nova lei aprovada pelo Parlamento, em 22 de Novembro de 2001, amplia ainda mais os direitos das mulheres.

Neste sentido, a Turquia participou em conferências internacionais sobre os direitos da mulher e assinou vários acordos internacionais e, no entanto, na prática principalmente em certas regiões ou comunidades mais conservadoras, as mulheres e os homens ainda não são de todo iguais, não por razões legais mas sim pelo peso da tradição.

3.2) Enquadramento Legal

A República Turca (proclamada em 1924 por Mustafá Kemal Atatürk) é estritamente laica e a emancipação da Mulher tem desempenhado um papel essencial para a modernização da sociedade turca. Na verdade, o Código Civil, base da secularização do Estado, escapou à interpretação do Alcorão.

A Turquia é, quanto ao aspecto da posição da Mulher na sociedade, um exemplo interessante, uma vez que é um país influenciado por todas as contradições da globalização e das tradições. As mulheres constituem cerca de 30% da força laboral do país, 40% dos professores universitários e 40% da classe dos advogados¹²¹. Podemos facilmente encontrar mulheres nos primeiros lugares da Administração Pública¹²².

Graças ao sistema democrático secular, as mulheres obtiveram o direito de votar e serem eleitas, em eleições municipais, em 1930 e, para as eleições parlamentares em 1934¹²³.

Atendendo à data em que isto foi conseguido, o número de países em que as mulheres tinham o direito de votar e de serem eleitas era, no total, de 28 e o número de países em que existiam mulheres, democraticamente eleitas, para o respectivo parlamento, não ultrapassava os 17. Comparativamente, em França, Itália e Bélgica, isto só viria a acontecer na década seguinte, ou seja, a Turquia antecipou-se em relação a estes países. A presença de mulheres no ensino superior tem aumentado espectacularmente e representa, hoje, um terço do total.

Ao nível profissional, as mulheres assumem um nível de importância impressionante, quando comparado com os outros países islâmicos.

O princípio da Igualdade entre o Homem e a Mulher foi adoptado pela Constituição e pelas leis da Turquia.

O Código Civil assegurou às mulheres os direitos e liberdades básicos e ajudou-as a participarem activamente na vida social.

¹¹⁹ A eleição de Tansu Ciller foi, para a maioria dos analistas políticos, “assinalável”. Ver: http://womenshistory.about.com/gi/dynamic/offsite.htm?zi=1/XJ/Ya&sdn=womenshistory&cdn=education&tm=70&gps=51_3_1012_593&f=00&tt=14&bt=0&bts=0&zu=http%3A/www.britannica.com/eb/article%3Fid%3D124216%26tocid%3D0 (visto em 18/01/2009)

¹²⁰ Fondation Robert Schuman, *op. cit.*

¹²¹ Cornell, Svante and Karaveli, Halil, *Prospects for a Torn Turkey: A Secular and Unitary Future?*, Washington/Stockholm, 2008, p.15

¹²² Ainda assim, a percentagem de mulheres ocupando cargos governamentais baixou de 15,1% em 1994 para 11,8% em 2008. Ver: Cagaptay, *op. cit.*

¹²³ European Stability Initiative, *Sex and Power in Turkey – Feminism, Islam and the Maturing of Turkish Democracy*, 2007, www.esiweb.org/pdf/esi_document_id_90.pdf (visto em 01/11/2010)

A Turquia apresenta ainda algumas lacunas neste campo mas estas têm vindo a ser corrigidas nos últimos anos, através de novas leis. Recentemente, algumas mudanças importantes foram introduzidas no código civil, estabelecendo a igualdade para os dois sexos no que toca à idade legal mínima para poder casar (17 anos), à representação conjunta da unidade matrimonial que pode agora ser exercida por ambos os cônjuges, decisão mútua no que concerne à residência do casal e oportunidade de partilha mútua dos bens adquiridos, direito de usar o nome de solteira antes do nome do marido e o direito de poder trabalhar sem o consentimento do marido.

O artigo que definia o marido como sendo automaticamente reconhecido como o “*chefe de família*” foi removido do novo Código Civil turco em 2001, sendo substituído pela afirmação de que ambos, homem e mulher, chefiam a família¹²⁴.

Trazendo a igualdade na divisão dos bens em caso de divórcio, o novo Código reconhece o valor económico inerente do trabalho, não remunerado, da mulher no seio da família.

Assim, o novo Código Civil, adoptado em 2001, confere às mulheres turcas um estatuto de igualdade em relação ao cônjuge¹²⁵.

Salvo pedido contrário dos cônjuges aquando do casamento, é estabelecido o regime de partilha de bens. Esta disposição, acolhida como uma autêntica revolução, é somente aplicável aos matrimónios celebrados a partir de 1 de Janeiro de 2002, o que deixa cerca de 17 milhões de esposas numa posição de vulnerabilidade económica. Esta data, acrescentada à lei “no último minuto”, desiludiu os defensores dos direitos das mulheres na Turquia. Na verdade, muitas organizações consideram que “*os direitos concedidos às mulheres desde o início da República turca, direito de divórcio, direito de voto (10 anos antes da França) permanecem simplesmente simbólicos e o controlo social é ainda apertado*”¹²⁶.

As organizações feministas militam igualmente para o reconhecimento dos crimes sexuais. Estas organizações reivindicam para que estes crimes deixem de ser vistos como crimes contra a sociedade e passem a ser julgadas como crimes contra a pessoa humana.

As organizações pretendem também que seja abandonada, no novo código civil, a tradição legal que permite ao indivíduo que viola uma mulher, escapar à prisão se casar com a sua vítima. O contínuo abuso físico e psicológico da mulher poderia ser citado como uma causa de divórcio mas não poderia ser transformado em acusação contra um marido violento, uma vez que tal acto não era considerado como sendo uma ofensa criminal. A violência doméstica ou o abuso eram vistos como um assunto privado: o Estado não intervinha, nem mesmo para protecção¹²⁷.

As mulheres turcas, no geral, julgam a reforma do código penal, adoptada em Junho de 2003, bastante incompleta. Por exemplo, “*no caso de crimes de honra, o artigo 51º, que oferece reduções de pena para actos violentos cometidos em resposta a uma “forte provocação”, continua a ser o mais invocado pelos magistrados. A definição daquilo que constitui uma “provocação” fica sujeita à interpretação dos juízes que, não raras*

¹²⁴ Netherlands Scientific Council for Government Policy, *op. cit.*, p.158

¹²⁵ *Sex and Power in Turkey*, *op. cit.*

¹²⁶ Labosse, Lionel, *L’adhésion de la Turquie à l’UE et la Reconnaissance du Génocide Arménien*, 2005, http://www.la-gauche.org/article.php3?id_article=275 (visto em 23/11/2009)

¹²⁷ Gündüz, Zuhul Yeflilyurt, *op. cit.*, p.120

vezes, fazem a ligação entre o comportamento sexual de uma mulher e a honra denegrida da família¹²⁸,”

De acordo a Lei, o crime sexual contra a Mulher é considerado como um “*ataque contra a decência pública e a ordem familiar*”, sendo que todos os outros crimes beneficiam do intitulado “*ataque contra a pessoa humana*”.

Por outro lado, os abusos sexuais cometidos contra as mulheres não virgens são interpretados pela justiça e pela opinião pública como menos graves do que os cometidos contra raparigas e mulheres ainda virgens.

Assim, uma mulher só pode desencadear uma acção judicial contra o seu agressor se conseguir provar que era virgem antes da violação ter acontecido.

Para tal, deverá ter feito um “teste” de virgindade (prática corrente na Turquia) e deverá contar com os testemunhos da polícia e mesmo dos seus familiares mais próximos.

Os primeiros usam este pretexto para, muitas vezes, praticarem abusos sexuais contra as mulheres que já não são virgens enquanto que as famílias usam o teste para, muitas vezes, assassinar as suas próprias filhas, com o pretexto de que estas teriam denegrido o bom nome da família.

Num acto de desespero, muitas mulheres acabam por tentar o suicídio, após terem efectuado o teste ou antes deste, com o medo de represálias familiares.

3.3) A Tradição Religiosa e o tema da Igualdade Sexual

Paralelamente ao contínuo movimento de emancipação que começou há três gerações, surge uma corrente política conservadora, por vezes reaccionária, autodenominando-se de *servidora do Islão* e que procura inverter esta emancipação. A nova adaptação do *hijab*, por exemplo, tornou-se numa demonstração de nacionalismo anti-ocidental. O véu transformou-se então num sinal de resistência contra aquilo que era entendido como a utilização imoral do corpo feminino em publicidades para empresas multinacionais¹²⁹.

Esta visão do Islão tem agitado a sociedade turca. Surge uma pergunta: *Pode o Estado deixar que a Religião efectue a sua aparição no espaço político?*

Em Maio de 1999, o caso Mervé Kavakçi, deputada eleita pelo Fazilet, o Partido Islâmico da Virtude, provocou um autêntico escândalo político. Esta jovem, licenciada nos Estados Unidos da América, detentora da dupla nacionalidade turca e americana, divorciada e mãe de duas crianças, apareceu no Parlamento Nacional vestida de um xaile religioso, preparando-se para prestar juramento. Foi uma autêntica bomba política. Teve de abandonar a sala sob os apupos dos deputados laicos, antes de perder a nacionalidade turca¹³⁰. Desta forma, numa perigosa analogia com o apartheid sexual que podemos encontrar em vários regimes islâmicos como a Arábia Saudita ou o Irão, estudantes ambiciosas que usam o véu estão proibidas de entrar nas universidades e até mesmo a esposa do Primeiro-ministro e outras parlamentares estão proibidas de exercerem funções estatais porque os seus *tailleurs* de grandes casas da moda mundial incluem um véu.¹³¹

De forma geral, na Turquia, o Estado não proíbe as pessoas de usarem o que querem na rua ou em casa. Em lugares oficiais, usar um véu é proibido porque, sendo este um

¹²⁸ Pope, Nicole, *L'Intégration de la Turquie : un problème épineux pour l'UE*, Le Monde, 25/04/2004.

¹²⁹ Kipaldi, Pamela, *Islam and Tolerance in Wider Europe*, Budapest/New York, 2007, p.131

¹³⁰ Guignon, Catherine, *Turquie, Le Statut des Femmes*, L'Histoire, 2003,

http://www.bibliomonde.com/pages/fiche-geo-donnee.php3?id_page_donnee=282 (visto em 19/12/09)

¹³¹ Yavuz, Hakan, *Secularism and Muslim Democracy in Turkey*, Cambridge, 2009, p.284

símbolo religioso, ele pode ser usado para fins políticos. Acredita-se que algumas mulheres usando um véu em lugares públicos, podem levar outras a fazerem o mesmo. O Estado quer parar a opressão do Islão Político. Deseja manter os símbolos religiosos fora dos locais oficiais. Este facto não deixa de ser extraordinário, uma vez que os locais públicos, oficiais e não oficiais, estão repletos de lugares destinados à oração¹³². Em 1984, o Conselho de Estado declarava que o véu “já não era um hábito inocente mas antes um símbolo de um mundo que se opõe à liberdade das mulheres e aos princípios fundamentais da nossa República”¹³³.

Por outro lado, com a nova lei, as mulheres deixam de serem vistas, do ponto de vista legal, como uma categoria “*protegida*”. Sendo ambos responsáveis, os dois cônjuges são, agora, ambos protectores em relação um ao outro.

Existem, no entanto, círculos minoritários que afirmam que esta mudança vai contra o Islão e contra a tradição turca¹³⁴.

Na verdade, do ponto de vista religioso, existe, no Alcorão, um verso que diz: “*Crentes, homens e mulheres, são protectores um do outro*” (Alcorão 9:71)¹³⁵. O Alcorão não valoriza o marido como o guardião das regras e costumes em relação à esposa ou como sendo este o chefe da família.

O novo e revisto Código Civil Turco, sendo secular, reflecte esta igualdade, interpretada no Alcorão. Na verdade, a emancipação das mulheres e o crescimento de uma classe média urbana e educada testemunham do sucesso da experiência republicana, distinguindo de forma definitiva a Turquia em relação ao resto do mundo muçulmano¹³⁶.

Podemos então concluir que, na Turquia, o principal obstáculo para a total equidade dos sexos, no Código Civil, não foi o Alcorão mas antes um tenaz patriarcado que emergiu dentro do Secularismo moderno. De forma clara, mais do que ver a educação das mulheres como um meio para o seu desenvolvimento pessoal, libertação e poder, este sector da sociedade encara-o como um meio para se tornarem melhores mães e educadoras¹³⁷.

Os intérpretes patriarcais têm, muitas das vezes, dado um significado erróneo às palavras-chaves do Alcorão, tirando escrupulosas interpretações do Livro Sagrado para indicar a superioridade do homem e o seu domínio sobre a mulher. Este é um simples exemplo de como o sistema secular pode ser a garantia de uma interpretação justa do verdadeiro Islão. Por outro lado, reforçando a interpretação *sui generis* do Islão na Turquia, o Directório dos Assuntos Religiosos emitiu uma regra, mandatando todos os *imams* do país a falarem dos crimes de honra. De acordo com este órgão estatal, estes crimes não são congruentes com os princípios da fé islâmica¹³⁸.

¹³² Karakas, Cemal, *Turkey : Islam and Laicism between the Interests of State, Politics and Society*, 2007, www.hsfk.de/downloads/prif78.pdf (visto em 29/12/2009)

¹³³ Turam, Berna, *Between Islam and the State – The Politics of Engagement*, Standford, 2007, p.140

¹³⁴ World Organisation Against Torture, *Violence Against Women in Turkey, A Report to the Committee against Torture*, 2003, http://www.omct.org/pdf/VAW/Publications/2003/Eng_2003_09_Turkey.pdf (visto em 23/12/2009)

¹³⁵ Algumas correntes islâmicas mais ortodoxas defendem que o seu “livro sagrado” não é passível de tradução. O versículo apresentado é traduzido do inglês. Nota: nossa tradução

¹³⁶ Cornell, Svante and Karaveli, Halil, *op. cit.* p. 15

¹³⁷ Turam, Berna, *op. cit.*, p.138

¹³⁸ Kipaldi, Pamela, *op. cit.*, p.134

3.4) A Acção Governamental

O precoce regime republicano de Atatürk concedeu o voto às mulheres, banuiu a poligamia e encorajou a retirada do véu do domínio público. Ainda assim, os tribunais continuam a ignorar os segundos casamentos, foram indulgentes para com os crimes de honra e deixaram intacto o sistema patriarcal. Em termos de medidas que promovem a igualdade sexual, o registo da Turquia classifica o país na 37ª posição mundial¹³⁹, muitos lugares abaixo de alguns Estados europeus, mas à frente de novos aderentes como a Polónia (43º), Bulgária (46º) ou Roménia (51º).

As mulheres tiveram que esperar pelo processo de reformas, em 2001, para obter a igualdade de direitos no casamento, no divórcio, na educação e na propriedade. Tribunais familiares estão agora em funcionamento. Uma ampla e determinada campanha governamental apelou ao envolvimento escolar nesta questão. Estas reformas foram encetadas por uma coligação governamental de Direita em 2001 e foram fortemente apoiadas pelo AKP, o que traduz um paradoxo para aqueles que, adentro do estabelecimento kemalista, suspeitam que este Partido seja levado por uma reacção agenda islamista. Na verdade, o Governo, apoiado por vários movimentos feministas, tem liderado o ataque contra a discriminação sexual, e contra o recorrente uso da violência (e.g. crimes de honra) contra estas¹⁴⁰.

Por outro lado, elites femininas de círculos privilegiados têm vindo a ser convidadas para se tornarem activas no interior do partido. Ainda assim, de forma geral, independentemente da sua participação na esfera pública, as mulheres estão excluídas das redes do poder. Esta exclusão é facilitada pela ênfase colocado no papel de mãe e nos casamentos arranjados para as raparigas em tenra idade¹⁴¹.

Em teoria, poderíamos afirmar que a igualdade de direitos para as mulheres é um assunto importante para o partido liderado por Erdogan. Desta forma, na parte final do programa do partido, estes problemas são abordados numa secção separada intitulada *Kadın Sorunları* (“Os problemas das mulheres”). Este afirma que, ao passo que homens e mulheres partilham dos mesmos problemas no dia-a-dia, na prática as mulheres não possuem o mesmo estatuto. Os seus principais problemas são definidos como “problemas económicos, baixo nível educacional, preocupações (financeiras) quanto ao futuro, violência doméstica e falta de segurança social (ak Parti 2003: 76). Afirma também “*O nosso partido confere grande importância à eliminação dos problemas das mulheres...e à busca da felicidade ao nível familiar*” (ak Parti 2003: 76). Segue-se uma lista de medidas necessárias para eliminar todas as formas de desigualdade ou discriminação. De forma surpreendente, também afirma o seguinte: “*Em regiões onde o suicídio entre as mulheres e o homicídio de mulheres com base em argumentos éticos e os crimes de honra são comuns, medidas preventivas e educacionais devem ser tomadas, sendo dirigidas às mulheres e às suas famílias*” (AKP 2003: 76). Neste sentido, o AKP argumenta que a posição desigual das mulheres e os problemas sérios como os crimes de honra, nada têm que ver com a sua interpretação do Islão e que ambas estas práticas são inaceitáveis¹⁴².

¹³⁹ International Property Rights Index, *IPRI and Gender Equality*, 2007, <http://internationalpropertyrightsindex.org/UserFiles/File/ch5ipriGE.pdf> (visto em 23/11/2009)

¹⁴⁰ Netherlands Scientific Council for Government Policy, *op. cit.* p.71

¹⁴¹ Turam, Berna, *op. cit.*, p.137

¹⁴² Netherlands Scientific Council for Government Policy, *op. cit.*, p.162

Na prática, podemos afirmar que o AKP tem evitado confrontações na esfera das discussões em torno da igualdade sexual¹⁴³.

Um relatório recente sobre as condições das mulheres turcas, levado a cabo pelo *European Stability Initiative* (ESI) afirmava¹⁴⁴: “*Existem pessoas que receiam que a Turquia possa estar a afastar-se das suas tradições seculares. Algumas das vozes mais sonantes são oriundas das mulheres kemalistas, que insistem que o crescimento do “Islão Político” representa uma ameaça real aos direitos e às liberdades das mulheres turcas. Existem mesmo apelos no sentido da restrição à democracia turca a fim de proteger os direitos das mulheres. Ainda assim, um feminismo autoritário está fora de questão dentro da realidade da Turquia contemporânea e dos sucessos alcançados nos anos recentes*”.

Um paradoxo similar envolve o uso feminino do véu, algo que emergiu como um paradoxo no debate quanto à capacidade de Abdullah Gül, cuja esposa usa o véu tradicional, em tornar-se Presidente da República. Os kemalistas tendem a encarar o véu como um símbolo reaccionário, enquanto a falange recentemente urbanizada da população que apoia o AKP vê-lo mais como um símbolo de identidade, mobilidade e independência. Os secularistas kemalistas poderiam exigir um sucesso mais visível: a proporção das mulheres turcas que não usam o lenço para cobrir a cabeça cresceu de 27% em 1996 para 37% em 2006.

Podemos dizer que a segregação sexual foi dissipada no próprio seio daquele que é visto por alguns como sendo o principal agente islamizante, o partido regente. Assim, nos congressos do AKP, mulheres começaram por sentar-se em áreas reservadas para este desígnio. No entanto, grande parte das conferências passou a ser de carácter misto. Tal vai contra uma tradição amplamente difundida, na qual estes *meetings* deveriam ter espaços separados em termos sexuais¹⁴⁵. Contrariando esta ideia, as eleições de 22 de Julho de 2007 duplicaram o número de mulheres presentes na Assembleia de 550 lugares, elevando-o para 49, na sua maioria oriundas do AKP¹⁴⁶.

O relatório do ESI sugere que o futuro das mulheres turcas poderá ser mais risonho do que a posição no ranking implica e que a mudança é uma questão de tempo e de prosperidade, não de cultura. Demonstrou que a Espanha e até a Suécia estavam atrasados no que diz respeito a vários indicadores até duas décadas atrás. Embora minimizando a grande distância que existe entre a lei e a sua implementação relativamente aos direitos das mulheres, conclui: “*Existem pessoas na Europa que encaram o fraco estatuto das mulheres turcas como sendo um reflexo de uma cultura estrangeira que não tem o seu lugar na União Europeia. Ainda assim, o patriarcado foi também parte integral da cultura europeia, num passado não muito distante... Existe alguma razão para que a Turquia não possa seguir os passos da Espanha, Irlanda e do resto da Europa em direcção a uma verdadeira sociedade pós-patriarcal? É hoje claro*

¹⁴³ Turam, Berna, *op. cit.*, p.144

¹⁴⁴ European Stability Initiative, *Sex and Power in Turkey*, 2007, http://www.esiweb.org/pdf/esi_document_id_90.pdf (visto em 28/11/2010)

¹⁴⁵ Tugal, Cihan, *Passive Revolution – Absorbing the Islamic Challenge to Capitalism*, Standford, 2009, p. 213

¹⁴⁶ Ross-Thomas, Emma, *Turkey poll unlikely to deliver many more women MPs*, sem data, <http://www.turkishdailynews.com.tr/vote2007/article.php?enewsid=13> (visto em 13/01/2011)

que as vastas alterações socioeconómicas iniciadas pela Turquia criaram algumas das condições necessárias a uma alteração radical no estatuto das mulheres”¹⁴⁷.

Do seu lado, o Relatório anual da Comissão Europeia (2010) conclui “Globalmente, o quadro legal que garante os Direitos das Mulheres e a Igualdade Sexual encontra-se maioritariamente em funcionamento. Este quadro foi fortalecido através de alterações constitucionais que permitem a adopção de medidas com carácter de discriminação positiva para as mulheres. No entanto, assegurar, na prática os direitos das mulheres e a igualdade sexual permanece um importante desafio para a Turquia. Esforços adicionais são ainda necessários para transformar este quadro legal numa realidade política, social e económica. Os crimes de honra, os casamentos forçados e em tenra idade, a par da violência doméstica, constituem ainda sérios problemas. A legislação carece de implementação consistente na totalidade do território”¹⁴⁸.

¹⁴⁷ *Sex and Power in Turkey*, op. cit

¹⁴⁸ Comissão Europeia (2010), *op. cit.*, p.27

A Questão Curda

4.1) Introdução

Desde o revogado Tratado de Sèvres de 1920¹⁴⁹, os turcos têm sentido a sombra do “síndrome de Sèvres”: receiam que o mundo ocidental não tenha esquecido as suas derrotas às mãos dos nacionalistas e que esteja a tentar novamente impor condições – na forma de um Estado curdo e de um irredentismo arménio – que não conseguiu impor em 1920¹⁵⁰.

O caso turco é particularmente problemático, uma vez que o Estado aceita como “minorias” apenas aqueles grupos que foram definidos enquanto tal no Tratado de Lausanne de 1923, isto é, os cidadãos não – muçulmanos da Turquia (principalmente Judeus, Arménios e Gregos), para os quais foram garantidos alguns direitos especiais. Os membros de minorias étnicas que são muçulmanos – nomeadamente os curdos – não são aceites enquanto “minorias” mas antes como cidadãos normais e de pleno direito da Turquia, aos quais não são concedidos quaisquer privilégios especiais. Os princípios kemalistas baseiam-se na homogeneidade da nação turca e o princípio da cidadania igualitária¹⁵¹. Como o Tratado restringe a definição de minoria aos nacionais não muçulmanos da Turquia, a maioria dos curdos, seguidora do Islão Sunita, está automaticamente excluída de qualquer protecção.

Este sentimento de unidade e de indivisibilidade é enquadrado no corpo legal do país. Desta forma, o Artigo 8º da Lei n.º 3713 é especificamente dirigido ao separatismo curdo. No seu texto original declara que “*Independentemente dos métodos, objectivos ou propósitos, a propaganda escrita ou oral, a par dos encontros, manifestações ou marchas que têm como objectivo a destruição da integridade indivisível do Estado da República da Turquia, com o seu território e nação, não serão levados a cabo*”¹⁵².

Os curdos vivem numa área grande e contínua que se estende ao longo das regiões fronteiriças da Turquia, Irão, Iraque e Síria e, durante vários séculos, esta região agiu como uma zona tampão entre os Impérios otomano e persa. Os curdos foram assim divididos e sujeitos ao controlo de um ou outro destes impérios. A seguir à Primeira Guerra Mundial, as fronteiras foram artificialmente impostas nesta região pelos Poderes vencedores com pouco ou mesmo nenhum respeito pela continuidade linguística, cultural ou familiar dos curdos. Assim, embora não exista um único conceito de “curdo”, as várias identidades curdas transcendem as fronteiras estatais pois os laços regionais podem ser extremamente fortes e o problema curdo pode assim ser definido como sendo transfronteiriço¹⁵³.

A Turquia apresenta a maior população curda a nível mundial, sendo que as estimativas do número de curdos na Turquia em 2007 variam entre os 8 e os 12 milhões de indivíduos. Deste facto resulta que a “*questão curda*” é, antes de mais, uma “*questão*

¹⁴⁹ Após a derrota na Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Capitulação foi assinado por parte do moribundo Império Otomano. Este facilitava em grande medida as ambições ocidentais na região. O Tratado de Sèvres, assinado sob protesto pelo Governo do Sultão em Agosto de 1920, criava mandatos para a Arménia e o Curdistão, dava aos gregos direitos extensivos sobre a região de Izmir e colocava os estreitos sob alçada da Liga das Nações. Ver *The Making of Modern Turkey*, p. 88 e ss

¹⁵⁰ Amhad, Feroz, *Turkey: The Quest for Identity*, Oxford, 2003, p.182

¹⁵¹ Çarkoglu, Ali and Rubin, Barry, *op. cit.*, p.117

¹⁵² Ibidem, p.113

¹⁵³ Yildiz, Kerim, *The kurds in Turkey – EU Accession and Human Rights*, London, 2005, p.146

turca”¹⁵⁴. De acordo com Kerim Yildiz, este povo constituiria assim o maior grupo de pessoas sem Estado a nível mundial¹⁵⁵.

Os curdos da Turquia têm vindo a apresentar exigências que variam da secessão total ao federalismo, passando pelo reconhecimento dos direitos individuais e culturais dentro do quadro das negociações entre o país e a União Europeia¹⁵⁶.

Do seu lado, Ancara tem categoricamente recusado que possa existir mais do que uma identidade étnica com a nacionalidade turca, e a Constituição turca define os cidadãos especificamente como “turcos”. A integridade nacional é vista como construída pela integração de todas as comunidades independentemente da sua origem étnica, e as leis proíbem a formação de qualquer minoria dentro da nação turca. As tentativas para promover os direitos culturais ou linguísticos dos curdos têm oficialmente sido rotuladas como tentativas para “criar” minorias, atingindo assim a unidade da Nação¹⁵⁷. A ideia de conceder direitos especiais aos curdos contradiz fundamentalmente a própria *raison d’être* da República da Turquia.

A questão curda surgiu na sua vertente moderna na década de 1960 quando os “*povos do Leste*” exigiram uma maior liberdade cultural e puseram em causa a política estatal de assimilação. As suas exigências estavam relacionadas com o atraso da região, que fora em grande medida ignorado por Ankara¹⁵⁸.

Na verdade, a região do Sudeste da Turquia, onde vivem cerca de 15% da população, foi sempre uma área pobre, representando apenas 4% do PNB turco e 2% do seu produto industrial. O desemprego entre o sector curdo é de 25%, ou seja, o dobro do resto do país. O Rendimento *per capita* dos turcos representa o dobro da média curda. Ainda hoje, o rendimento *per capita* nas províncias curdas é de apenas 1/10 quando comparado com Istambul¹⁵⁹.

Ainda assim, a considerável importância geoestratégica das regiões curdas e a ansiedade de assegurar o controlo sobre os importantes recursos petrolíferos e hidráulicos desta região também não são alheios a esta posição irredutível do poder central.

Inegavelmente, o Estado turco falhou em integrar ou assimilar uma grande parte dos curdos, especialmente aqueles que vivem no Sudeste. Existem várias razões para tal. A primeira e mais óbvia relaciona-se com a demografia: os curdos são claramente o maior grupo que não fala a língua turca no país. A segunda razão prende-se com a geografia: os curdos estabeleceram-se tradicionalmente numa área confinada do país, onde formam uma maioria e que se encontra distante do centro administrativo estatal, sendo em grande medida inacessível devido à sua topografia. Em terceiro lugar, os curdos diferem dos outros grupos minoritários como os eslavos ou os caucasianos porque são um grupo indígena e não são migrantes recentes. Estes últimos têm-se mostrado mais favoráveis em abraçar a nova identidade nacional. Em quarto lugar, ao contrário de outras populações, os curdos eram organizados de acordo com uma estrutura social tribal e feudal, permanecendo este factor crucial até hoje no que dita lealdades. À semelhança de outras populações tribais que se mostraram reticentes à integração (chechenos e pashtuns, por exemplo), o sistema tribal dos curdos e as suas próprias hierarquias e

¹⁵⁴ Lovatt, Debbie, *op. cit.*, p.188

¹⁵⁵ Yildiz, Kerim, *op. cit.*, p.32

¹⁵⁶ Yavuz, Hakan, *op. cit.*, p.189

¹⁵⁷ Yildiz, Kerim, *op. cit.*, p.93

¹⁵⁸ Ahmad, Feroz, *op. cit.*, p.182

¹⁵⁹ Nachmani, Amikan, *op. cit.*, p.50

lealdades provaram ser de mais difícil integração do que outras minorias. Finalmente, os curdos têm tradicionalmente sido uma população islâmica mais rígida, pertencendo a uma escola de jurisprudência mais ortodoxa¹⁶⁰.

Em termos sociológicos, o Sudeste curdo é a parte mais conservativa da Turquia. A cidade de Batman, por exemplo, apresenta a mais elevada taxa de suicídios entre as mulheres, um facto relacionado com a antiga tradição de manter a “honra”. Na verdade, os “crimes de honra” são amplamente praticados nas áreas curdas¹⁶¹.

4.2) A Acção Separatista do PKK

A década de 1980 assistiu a severas repressões, especialmente nos anos 1980-83 do golpe militar, altura em que a língua curda foi estritamente proibida e até a palavra “curdo” era tabu.

Nas últimas duas décadas do conflito, cerca de quatro milhões de curdos foram deslocados, tornando-se num grave problema em alguns centros urbanos. O Governo evacuou e destruiu centenas de aldeias, invocando ostensivamente a sua protecção aos ataques ou à sua utilização por parte do PKK¹⁶².

Criado em 1978, o PKK (*Parti Karkerani Kurdistan* ou *Partido dos Trabalhadores do Curdistão*) iniciou a sua luta armada em 1984 após um período preparatório que incluiu numerosos homicídios e ataques, tendo como objectivo o estabelecimento, através da luta armada, de um Curdistão independente dentro das fronteiras turcas¹⁶³.

As actividades do PKK eram financiadas por milhões de Dólares em donativos, grande parte destes oriundos dos emigrantes curdos na Europa. As empresas cujos patrões eram curdos, em solo curdo e não só, tinham de pagar um “imposto revolucionário”. Por outro lado, milhões de dólares chegavam aos cofres do PKK a partir do tráfico de droga: a organização controla 30 a 40% do tráfico de heroína oriundo do Afeganistão, Irão e Líbano, que atravessa a Turquia em direcção aos mercados europeus¹⁶⁴.

Em resultado das campanhas de guerrilha lançadas em 1984 pelo PKK contra as autoridades e os civis turcos, o Governo do então primeiro-ministro, Turgut Ozal, proclamou (em 1987) o estado de emergência em 7 das 77 províncias do país, todas localizadas no sudeste e maioritariamente povoadas por curdos¹⁶⁵. Dos quatro regimentos armados do país, dois foram estacionados nestas províncias e mais de 250 mil soldados foram utilizados na luta contra os insurgentes curdos. Na sua luta para negar ao PKK um abrigo geográfico e humano, as Forças Armadas queimaram cerca de 30 milhões de hectares de área florestal nesta zona já extremamente pobre e mais de 1500 aldeias foram totalmente aniquiladas para negar ao PKK o seu *hinterland* humano.

A Comunidade Europeia referiu a acção do PKK como um dos argumentos para a rejeição da candidatura turca em 1989. O facto do PKK ser visto como o único representante da identidade curda por alguns círculos de Bruxelas, a par do apoio grego

¹⁶⁰ Cornell, Svante and Karaveli, Halil, *op. cit.*, p.39

¹⁶¹ Ibidem, p. 43

¹⁶² Yavuz, Hakan, *op. cit.*, p.130

¹⁶³ Alexander, Yonah, *et al.*, *Turkey: Terrorism, Civil Rights and the European Union*, New York, 2008, p.129

¹⁶⁴ Nachmani, Amikan, *op. cit.*, p.45

¹⁶⁵ Ibidem., p.43

à organização, assombraram durante muito tempo as relações turco-europeias. Só em 2002, o PKK viria a ser incluído na lista europeia das organizações terroristas¹⁶⁶.

Até ao Inverno de 1991, não existiam “curdos” na Turquia, apenas eram “turcos das montanhas”, estando garantida uma característica turca aos curdos. Este povo, à semelhança do que acontecera com outros grupos não-turcos, foi encorajado a esquecer as suas língua e cultura próprias, encetando ao contrário uma “turquificação”. A sua herança curda devia esvanecer-se. Os *media* turcos afirmam que cerca de 8000 aldeias e cidades cambiaram para um nome turco ao abrigo do art. 5542. O mesmo aconteceu com o nome de alguns lagos e montanhas. As famílias curdas tiveram de dar um nome turco às suas crianças.

4.3) A Resposta Governamental

Como vimos, a década de 1990 incluiu períodos próximos da guerra civil, com os confrontos armados a diminuir de intensidade em 1999, depois da captura de Öcalan, o líder rebelde do PKK. Em Agosto de 2000, o PKK declarou o primeiro de uma série de cessar-fogos.

As esperanças curdas para uma melhoria das suas condições de vida e do reconhecimento dos seus direitos enquanto minoria cresceram com a chegada de leis mais liberais como parte do *acquis* comunitário, incluindo a autorização para a difusão e o ensino em língua curda. A adesão da Turquia transformar-se-ia numa situação de *win/win*, uma vez que garantiria direitos verdadeiramente democráticos para a população curda, dentro do quadro da integridade territorial da Turquia¹⁶⁷. Um nítido declínio no número de mortes nos confrontos com os rebeldes curdos marcaram os anos de maior convergência mas os incidentes voltaram a crescer desde 2005, quando ressurgiu a divergência UE-Turquia.

Os anos dourados do processo de adesão à UE, 2001-2004, tiveram um grande impacto na acalmia do relacionamento entre o Governo e os curdos turcos, que constituem cerca de 15% da população total (11,4 milhões de pessoas)¹⁶⁸.

Durante o processo de candidatura, a Turquia encetou importantes passos para conferir direitos civis e políticos à população curda. Em primeiro lugar, Ankara intensificou a ratificação dos tratados internacionais de Direitos Humanos. Um dos mais importantes passos assumidos pela Turquia neste âmbito foi o reconhecimento da jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) em 1989. O TEDH desempenha um papel principal no sistema de reformas da Turquia, apensar de não ser uma instituição da União Europeia¹⁶⁹.

Os curdos começam a sentir-se mais seguros à medida que a Turquia passou a aceitar a vigilância legal internacional. A Turquia começou também a pagar as indemnizações acordadas aos curdos pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e os tribunais nacionais começaram a usar estes princípios nos processos legais. Os aldeões foram autorizados a regressar às áreas montanhosas que tinham sido esvaziadas durante os piores períodos de combate nos anos 90. Tornou-se também mais fácil celebrar as festividades como o novo ano solar (21 de Março) e até as datas oficiais, dando o

¹⁶⁶ Volten, Peter, *op. cit.*, p. 159

¹⁶⁷ Gunter, Michael, *The Kurds Ascending – The Evolving Solution to the Kurdish Problem in Iraq and Turkey*, New York, 2008, p.93

¹⁶⁸ Para um ponto da situação da população curda, ver *Turkey: Situation of Kurds in western cities...*, The UN Refugee Agency, www.unhcr.org (visto em 30/08/2010)

¹⁶⁹ Luif, Paul, *et al.*, *op. cit.*, p.34

mesmo exemplo para os povos turcos da Ásia Central, tentaram transformá-lo em turco, em vez de ser uma ocasião curda ou persa. A pressão comunitária para erradicar a pena de morte foi um dos grandes motivos pelos quais Öcalan não foi executado. Em 2004, a Turquia libertou um grupo de curdos encarcerado desde 1994¹⁷⁰, sobre quem pairava a acusação de pertencerem ao PKK. Entre eles estava Leyla Zana, que recebeu vários prémios como “*prisioneira de consciência*”, incluindo o prémio Sakharov da UE em 1995¹⁷¹.

Por volta de 2005, a Turquia tinha alcançado um nível de tolerância para com os curdos inimaginável há apenas dez anos atrás. Em Agosto desse ano, o Primeiro-ministro Erdogan declarava que a Turquia, no que concerne ao problema curdo, “*tinha cometido erros graves no passado e necessitava agora de mais democracia para resolver o problema*”¹⁷². No entanto, alguns prossecutores mais “zelosos” ainda abriam casos relativos ao uso desta língua e dos seus símbolos nacionalistas. Ainda assim, a palavra “*curdo*” e, de forma mais importante, uma aceitação de um legítimo conceito daquilo que é ser “*curdo*”, tem vindo a tornar-se comum nos *media*. O uso da linguagem e da cultura tem-se vindo a definir em confiança, indo da música à política.

A questão curda é hoje debatida de forma mais aberta e os intelectuais curdos têm agora muito mais liberdade para viajar. Nas campanhas eleitorais para o Parlamento de Julho de 2007, candidatos independentes nacionalistas curdos falaram na sua própria língua e raparigas vestidas com as cores vermelho, verde e amarelo, outrora banidas, dançaram em frente ao seu palco. Ilustrando o fosso que ainda existe entre o discurso oficial e as ruas, as multidões agitaram bandeiras e cartazes estampados com o rosto de Öcalan, entoando o seu nome.

4.4) Um Problema ainda sem Solução

As alterações constitucionais implementadas a seguir a 2001 não melhoraram materialmente a protecção das minorias mas as reformas introduzidas nos sexto e sétimo pacotes de reformas produziram um impacto limitado, particularmente no campo das retransmissões, nomes próprios e ensino linguístico. Assim, alguns passos foram tomados em direcção a uma maior visibilidade da língua curda.

Ultrapassar o tabu da proibição de transmitir em curdo também demonstra explicitamente que a Turquia começara finalmente a reconhecer a presença dos curdos. Ainda assim, esta medida reveste-se aparentemente de ser mais uma concessão para os vigilantes comunitários, uma vez que o conjunto de restrições que permanece em prática no que respeita às transmissões em curdo enfraquece significativamente o progresso real que representam¹⁷³. Por exemplo, a duração máxima permitida para os programas na rádio e na televisão é, respectivamente, de 60 minutos por dia e de 5 horas por semana e de 45 minutos diários e de 4 horas semanais. Existem ainda restrições significativas quanto ao conteúdo dos programas.

¹⁷⁰ Immigration and Refugee Board of Canada, *Responses to Information Requests (RIRs)*, 2004, www.irb-cisr.gc.ca/en/research/rir/?action=record.viewrec&gotorec=444478 (visto em 17/01/2010)

¹⁷¹ Em 1994, Leyla Zana e os outros deputados curdos foram encarcerados por terem vestido cores curdas e por falarem em Curdo no Parlamento. Ver Yildiz, Kerim, *op. cit.*, p. 46

¹⁷² Gunter, Michael, *op. cit.*, p.95

¹⁷³ Yildiz, Kerim, *op. cit.*, p.95

No entanto, a oportunidade de abertura pela captura de Öcalan e a subsequente convergência com a UE transformaram-se num processo de paz e numa resolução (do problema) com os curdos. Uma aproximação mais *open-minded* para o problema curdo por parte do AKP nunca foi formalizada, em parte devido ao criticismo nacionalista.

A política do Governo AKP até 2007 passou em grande parte por ignorar o problema curdo ou por assumir que tal problema não existia. Para a liderança do partido, o PKK era um assunto que tinha sido exagerado pelo estabelecimento militar e alguns membros confidenciaram que os militares não queriam encontrar uma solução para o conflito para manter os seus gastos e o seu papel na política do país¹⁷⁴.

Esta abertura retórica criou altas expectativas entre as massas curdas mas permanecem em grande medida sem efeito.

Apesar da vitória eleitoral do AKP na regiões curdas e das expectativas criadas, o AKP não só falhou no desenvolvimento de uma política coerente em relação à questão curda como também contribuiu para o agravamento do conflito, encontrando-se a sociedade turca mais dividida em termos de linhas étnicas do que era nos anos anteriores¹⁷⁵.

Apesar do AKP ter aprovado mais propostas democráticas do que a maioria dos anteriores governos turcos, o registo da implementação efectiva apresenta resultados pouco animadores. Por exemplo, o uso da língua curda na rádio e televisão turcas e no sistema de educação público encontra-se ainda estritamente limitado, sendo em alguns casos simplesmente ilegal. Até mesmo o uso simbólico da língua curda ao nível da administração local ou na esfera pessoal é ainda sujeito à prossecução por parte das autoridades nacionais¹⁷⁶.

Apesar dos cessar-fogos unilaterais, o PKK nunca abandonou a luta armada. Para a ordem vigente, a captura de Öcalan era o corolário de uma solução: a rendição do PKK. A amnistia oferecida foi de curta vigência e altamente discriminatória e uma lei de “reinserção social”, datando de 2003, teve pouco impacto.

À medida que a relação UE-Turquia se ia deteriorando, a tensão subiu no Sudeste. Em Novembro de 2005, descobriu-se que os autores de um mortífero ataque numa livraria nacionalista curda, numa cidade do Sudeste (Semdili), estavam ligados às Forças Armadas¹⁷⁷. O Ministério Público parecia inicialmente determinado a levar o caso a julgamento mas os órgãos judiciais e militares conseguiram bloquear o caso. Um Presidente de Câmara de Diyarbakir foi removido do seu cargo, em Junho de 2007, por ter tentado introduzir serviços públicos multilinguísticos. Pelo menos metade dos oito ataques bombistas que, em 2006, atingiram civis e turistas foram reclamados por um grupo separatista curdo chamado TAK (*Kurdistan Freedom Falcons*) que, no Verão de 2007, ameaçou acções especificamente destinados a atrasar a convergência da Turquia com a União Europeia.

Ainda assim, a maioria dos curdos apoia uma possível adesão à União Europeia. Esta parece oferecer as melhores esperanças para pôr um fim a décadas de violência e de opressão, vendo finalmente os seus direitos protegidos e o seu estatuto assegurado e, talvez mais importante, a oportunidade de alcançar uma solução política com a Turquia e, conseqüentemente, ter uma palavra a dizer sobre o seu futuro¹⁷⁸.

¹⁷⁴ Yavuv, Hakan, *op. cit.*, p.205

¹⁷⁵ Ibidem, p.192

¹⁷⁶ Gordon, Philip and Taspinar, Omer, *op. cit.* p.74

¹⁷⁷ Info-Türk, Centre d'information non-gouvernementale sur la Turquie, *La Position de la ministre de la Justice dans l'affaire Emir Kir?*, 2005, www.info-turk.be/327.htm (visto em 11/01/2010)

¹⁷⁸ Yildiz, Kerim, *op. cit.*, p.56

A nova onda violência no Sudeste tem sido exacerbada pela deterioração da situação no Iraque depois da invasão deste país – liderada pelos EUA – em 2003. Explosivos oriundos do Iraque foram utilizados durante ataques bombistas e o PKK começou a adotar o estilo de emboscadas rodoviárias usadas pelos insurgentes iraquianos.

A crescente autonomia do Curdistão iraquiano tornou-se um modelo atractivo para uma minoria nacionalista de curdos turcos, pelo menos quando comparado com a pertença a uma Turquia que parecia estar prestes a ser excluída do quadro da UE. Alguns turcos receiam que um Curdistão próspero dentro do Iraque possa levar os curdos da Turquia a manter uma luta violência pela independência¹⁷⁹. Na verdade, a maioria dos turcos vêem a política americana em relação ao PKK como um duplo padrão por parte de Washington: Os Estados Unidos lideram uma guerra global contra os grupos e as redes terroristas e, no entanto, pouco têm feito para travar as actividades do PKK no norte do Iraque¹⁸⁰. Receios similares são sentidos no Irão. Nas palavras do embaixador iraniano em Ankara, “os EUA irão retalhar-nos para criar um Estado curdo”¹⁸¹.

As consequências da invasão do Iraque liderada pelos americanos e o consequente estabelecimento de uma democracia local produziram um importante efeito na melhoria do relacionamento entre a Turquia, o Irão e a Síria. Levados pela absoluta recusa comum em conceder uma legitimidade ao reconhecimento da identidade e dos direitos curdos, estes países ultrapassaram diferenças significativas noutras vertentes para estabelecer uma política cooperativa em relação à questão curda¹⁸². Esta aproximação entre os vizinhos encontra-se em claro sentido oposto da relação entre Ancara e Washington. No que concerne às políticas do Presidente Obama, regista-se uma descida de 50% em 2009 para os 28% em 2010. No entanto, esta percentagem ainda é muito superior às taxas de aprovação registadas entre 2002 e 2008¹⁸³.

Os cessar-fogos unilaterais do PKK foram esquecidos e as mortes voltaram a aumentar, incluindo 64 soldados turcos no período de combates entre Janeiro e Junho de 2007.

Desde 1984, as actividades terroristas do PKK resultaram na morte de mais de 30 mil cidadãos turcos, entre os quais se contabilizam civis inocentes, muitos dos quais deliberadamente assassinados¹⁸⁴. O PKK também é visto como sendo o responsável pelo massacre de milhares de curdos inocentes, com o propósito de dissuadir a sua colaboração com as autoridades centrais ou de negar o seu apoio à organização rebelde¹⁸⁵. Os órgãos de comunicação social, fortemente manipulados pelo *establishment*, levaram muitos acreditar que o país estava à beira da guerra. Para contrariar a Opinião Pública quanto às casualidades nas Forças Armadas, estas anunciaram que comandos profissionais estariam no terreno a partir de Maio de 2008 para desenvolver este trabalho. A Turquia estima que o PKK tenha cerca de 5000 soldados no activo mas a localização das suas bases e campos de treino tem gerado controvérsia.

As Forças Armadas, que apresentam o problema curdo como sendo uma provocação externa, estimam que a sua maioria está situada no Norte do Iraque, existindo apenas um número que varia entre os 500 e os 1900 na própria Turquia. Já o Primeiro-ministro Erdoğan afirmou acreditar que a maioria se situava em solo turco. Öcalan publicou uma declaração a partir da sua cela em que avisa para a chegada de piores combates se o

¹⁷⁹ Gordon, Philip and Taspinar, Omer, *op. cit.*, p.76

¹⁸⁰ Yavuz, Hakan, *op. cit.*, p.217

¹⁸¹ Ibidem, p.218

¹⁸² Yildiz, Kerim, *op. cit.*, p.154

¹⁸³ Transatlantic Trends, *op. cit.*

¹⁸⁴ Alexander, Yonah *et al.*, *op. cit.*, p.129

¹⁸⁵ Nachmani, Amikan, *op. cit.*, p.45

novo governo não alterar a sua linha de acção. Para o futuro, a principal questão passa por saber se o PKK irá manter a sua política de auto-isolamento. O cenário mais provável é que irá. O PKK parece rezear que uma renúncia à violência possa relegá-lo para a irrelevância e que possa apenas manter a sua posição se continuar a alimentar as tensões, esperando talvez gerar uma resposta repressiva por parte do Estado turco ou da sua população, o que iria por sua vez elevar a sua posição. A organização tem sido até ao momento incapaz de alterar os seus principais preceitos, e deverá manter esta posição enquanto Öcalan continuar a controlar o PKK a partir da sua cela¹⁸⁶.

O problema curdo é complexo e difere da situação das outras minorias. Turcos e curdos, na sua vasta maioria, partilham a mesma tradição religiosa muçulmana sunita¹⁸⁷. Tal como se passa na comunidade turca, uma pequena facção de curdos segue as tradições religiosas dos Alevi. O casamento intercomunitário é comum. Existem semelhanças substanciais em termos históricos, culinários e de usos e costumes. Existem também diferenças, como a maior taxa de natalidade entre os curdos e uma maior incidência de “crimes de honra” no Leste do país, onde os curdos estão em maioria; algo que pode ser atribuído ao seu menor desenvolvimento.

Cerca de 180 membros do Parlamento (num total de 550 assentos) eleitos em 2002 eram de origem curda. Nas eleições legislativas de 2011, os candidatos curdos que, na sua maioria, se apresentaram como independentes para ultrapassar o patamar dos 10% de votos obrigatórios à escala nacional para que um Partido consiga ser eleito para o Parlamento, conseguiram obter cerca de 6,3% dos votos, elegendo assim 36 deputados (mais 10 do que em 2007). Ahmet Insel, politólogo da Universidade de Galatasaray em Istambul, afirma que *“estes deputados poderiam desempenhar um papel activo nas questões ligadas às minorias. Tal é crucial uma vez que, se não se negocia com os curdos no Parlamento, estes têm a tentação de recorrer às armas”*¹⁸⁸.

De acordo com uma sondagem¹⁸⁹, 80% não acreditavam que existia um *“problema curdo”*. Os 26 nacionalistas curdos eleitos em Julho de 2007 fizeram uma campanha para a igualdade de direitos na Turquia, não para o separatismo. O AKP recebeu quase 54% dos votos no Sudeste, indicando claramente a vontade curda de trabalhar com a Turquia. Consequentemente, Häggström afirma que *existem diferenças entre os Curdos da Turquia no que toca à definição dos curdos enquanto minoria. Alguns curdos preferem ser rotulados como cidadãos iguais, uma vez que ser reconhecido enquanto minoria acarreta conotações negativas. Este grupo já não busca a independência mas antes a integração como solução preferencial. Por outro lado, parece claro que, desde a captura de Öcalan, não existe de momento uma voz realmente unificadora que fale em nome de todos os curdos*¹⁹⁰.

Ainda assim, a preocupação predominante da política tradicional da Turquia em relação ao Médio Oriente foi, e continua a ser, a questão curda¹⁹¹. Reforçando esta ideia, o Comissário europeu para o Alargamento Olli Rehn argumentava que *“Ankara tem de melhorar o acesso às transmissões de rádio e televisão e o ensino de línguas outras que*

¹⁸⁶ Cornell, Svante and Karaveli, Halil, *op. cit.*, p.41

¹⁸⁷ O Islão é a identidade dominante entre a maioria dos curdos. Ver Yavuz, Hakan, *op. cit.*, p.196

¹⁸⁸ Fondation Robert Schuman, *op. cit.*

¹⁸⁹ Häggström, Per, *op. cit.*, p. 25

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*

¹⁹¹ Öztürk, Asiye, *Turkey – Europe’s Bridge to the Middle East*, sem data, disponível em http://israelcfr.com/documents/issue5_turkey2.pdf (visto em 14/01/2010).

*o Turco. Assim, não seria realista admitir que os europeus admitissem uma Turquia incapaz de resolver as suas divisões domésticas de forma pacífica*¹⁹².

A eventual derrota do PKK pelas Forças Armadas turcas, a emergência da condicionalidade por parte da EU e a atracção crescente do norte do Iraque tem vindo a contribuir para uma maior percepção do problema curdo enquanto problema de uma minoria conotado com dimensões sócio-económicas e de identidade, e não apenas enquanto problema militar.

Este facto levou a uma mudança gradual na percepção oficial, levando a algumas reformas que tinham como objectivo melhorar as condições de vida da minoria curda. De forma geral, podemos dizer que estas reformas tiveram um impacto significativo no dia-a-dia dos curdos na Turquia. Apesar do ressurgimento das acções terroristas do PKK a partir de 2005, forçando o país a colocar-se numa difícil situação que engloba Direitos Humanos, Direitos das Minorias e Segurança, não parece ter havido sinais de retrocessos no processo de reformas, pelo menos no que concerne ao seu enquadramento legal.

No entanto, vários problemas permanecem, tanto no que diz respeito à extensão dos direitos culturais, como dos direitos políticos da minoria curda. Escolas linguísticas têm vindo a ser encerradas e as retransmissões para o público continuam muito limitadas. A situação dos deslocados permanece por resolver, em grande parte devido a factores económicos e securitários e a Lei de Compensações por Perdas resultantes de Actos Terroristas adoptada em 2004 regista graves atrasos e problemas de implementação. Para além disso, a representação da minoria curda na Assembleia nacional encontra-se seriamente bloqueada em resultado da barra eleitoral de 10% dos votos. Este limite, reminiscência do golpe militar de 1980, enfraquece a legitimidade democrática do país e impede uma justa representação dos curdos no Parlamento e a sua participação efectiva no diálogo político¹⁹³.

Ao decidir-se que a Turquia satisfizesse suficientemente os critérios de Copenhaga para iniciar as negociações de adesão, Ancara sentiu-se menos pressionada no que concerne ao respeito dos direitos das minorias. Na verdade, podemos afirmar que as instituições europeias deram à Turquia a luz verde para continuar a ignorar a questão curda ao mesmo tempo que se esvanecem as esperanças de milhões de curdos em termos de verdadeira democratização. Esta decisão, apesar da ausência de um real progresso em torno da questão curda, também serve para enfraquecer as vozes que pediam para um maior diálogo político entre Ankara e os curdos... Do lado da UE, a abertura das negociações com um país que continua a frequentemente violar direitos fundamentais “*compromete seriamente os compromissos comunitários*”¹⁹⁴. A União Europeia é na verdade a única instituição que, nos últimos anos, se mostrou capaz de exercer uma influência “civilizacional” sobre a Turquia. O Conselho da Europa, por exemplo, confrontou-se com vários problemas nas suas tentativas de encorajar a Turquia em aceitar os julgamentos do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em 2004, notava por exemplo “*a forma como a Turquia lidou com este conflito tem indubitavelmente atrasado a sua entrada na União Europeia*”¹⁹⁵.

¹⁹² Tocci, Nathalie, *Talking Turkey in Europe: Towards a Differentiated Communication Strategy*, Roma, 2008, p.211

¹⁹³ Lagro, Esra and Jorgensen, Knud, *op. cit.*, p. 82

¹⁹⁴ Yildiz, Kerim, *op. cit.*, p. 67

¹⁹⁵ Ibidem, p.174

Já o Relatório Anual da Comissão de 2010, no que diz respeito a este tópico, afirma *Globalmente, a Turquia registou alguns progressos na área dos direitos culturais, especialmente ao facilitar o uso da língua curda em canais de TV e rádios privados e também nos estabelecimentos prisionais... No entanto, as restrições subsistem, em particular na utilização de dialectos na vida política, na educação e nos contactos com os serviços públicos. A legislação acerca da utilização de dialectos que não sejam o Turco encontra-se sujeita a interpretações restritivas e a sua implementação é inconsistente... Apesar das declarações públicas de compromisso, a abertura democrática anunciada pelo Governo em Agosto de 2009 para solucionar a questão curda foi apenas em parte alcançada. Os ataques terroristas aumentaram. É importante manter os esforços para solucionar o problema curdo. A legislação anti-terrorista deve ser ratificada a fim de evitar uma interpretação abrangente, para melhorar a situação dos Direitos Humanos na região e para reduzir o número desproporcionado de detidos alegadamente ligados a actos terroristas. As minas terrestres e o sistema de guardas das aldeias ainda constituem preocupações*¹⁹⁶

Parece pouco verosímil que a Turquia possa encontrar uma resposta satisfatória para a questão curda num futuro próximo. A retirada do Iraque por parte das tropas americanas deverá no entanto alterar significativamente a dinâmica desta questão, deixando os curdos dependentes do novo Governo iraquiano e dos Estados vizinhos como a Turquia e o Irão¹⁹⁷.

Ainda assim, a liberalização das fortes restrições à língua e cultura curdas figuram naturalmente na lista dos maiores desafios para a Turquia no que diz respeito ao seu programa pró-UE.

Podemos imaginar que a adesão da Turquia à União Europeia iria conferir ao conflito uma perspectiva de resolução dentro do quadro comunitário¹⁹⁸. A União tem vindo a afirmar-se como a criação de uma área de liberdade, segurança e justiça, vista como elemento fundamental para a Integração Europeia e para a promoção da paz e da prosperidade no seu seio, mostrando também que esta posição tem ditado a sua política de Alargamento.

De qualquer das formas, não é concebível que a democratização na Turquia possa ser alcançada enquanto o conflito no Sudeste continuar crispado como acontece actualmente. A estabilidade e a segurança, baseadas na ausência de violência ou de um conflito armado, são a pedra angular da Democracia.

¹⁹⁶ Comissão Europeia (2010), *op. cit.*, p.36

¹⁹⁷ House of Commons, *Turkey Today*, London, 2008, p.86

¹⁹⁸ Yildiz, Kerim, *op. cit.*, p.137

A Influência das Forças Armadas na Política Nacional

5.1) Introdução

A Turquia tem o maior efectivo militar na Europa e o segundo maior na NATO. Tem mais de um milhão de efectivos ao serviço, 80% dos quais são forças terrestres; possui também mais de 102 mil forças paramilitares e cerca de 380 mil activos na reserva. Enquanto um aliado da NATO, as suas forças estão bem equipadas, capazes de uma rápida preparação e são tecnologicamente avançadas. Ainda assim, regista-se um nítido declínio no entusiasmo em torno desta organização. A maioria dos turcos (53%) acreditavam que, em 2004, a NATO era essencial para o país mas, em 2010, este apoio tinha baixado para uns meros 30%¹⁹⁹.

O tamanho e a configuração das Forças Armadas turcas, com a sua ênfase nas forças terrestres, são um reflexo da sua posição geoestratégica, no cruzamento entre o Médio Oriente, o Cáucaso e a Europa. A manutenção da segurança regional é também uma das suas maiores preocupações no âmbito da política de Defesa²⁰⁰.

Venerado com um herói por ter conseguido derrotar as tropas estrangeiras, em particular as gregas, Mustafa Kemal era antes de mais um militar. Os fundadores da República da Turquia, Mustafa Kemal e Ismet İnönü, eram ambos generais. Tornaram o *establishment* militar num importante parceiro, na criação e preservação da unidade do Estado secular com uma agenda reformista e uma orientação europeia. Desta forma, a soberania turca foi sempre dividida entre aqueles que são eleitos e os que são nomeados, como os militares e a burocracia civil. Apesar de terem tido colaboradores civis, o *establishment* militar desempenhou o papel mais importante na construção do novo Estado turco e na implementação das reformas kemalistas. Por exemplo, nos primeiros anos da República, os oficiais acederam a postos administrativos, assumindo papéis duplos em termos de comandantes operacionais e de governadores, servindo também como delegados na Grande Assembleia Nacional²⁰¹. No passado, os generais – que se consideram os verdadeiros herdeiros de Atatürk – exerceram uma influência significativa. O chefe do Estado-Maior é o segundo homem mais poderoso do país a seguir ao Presidente que, até 2007, fora sempre um general na reforma ou alguém próximo da ordem militar. O chefe do Estado-maior reporta directamente ao Primeiro-ministro e não ao Ministro da Defesa.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Turquia encontra-se numa zona de influência partilhada entre a União Soviética e os Estados Unidos da América. Do outro lado do Mar Egeu, a guerra civil surge entre nacionalistas e comunistas e o conjunto do Mar Negro, com excepção da Turquia, faz então parte do bloco soviético. Em 1946, o embaixador americano em Ankara declara então: “*Se a Turquia cai sobre controlo soviético, cai então a última barreira no caminho da Rússia em direcção ao Golfo Pérsico e ao Suez*”²⁰². Neste contexto, a Turquia torna-se membro da NATO em 1952 e constitui uma fronteira extremamente sensível da Aliança, uma vez que ela partilha milhares de quilómetros de fronteira terrestre com a Grécia, a Bulgária, a Geórgia, a

¹⁹⁹ Transatlantic Trends, *op. cit.*

²⁰⁰ House of Commons, *op. cit.*, p.42

²⁰¹ Cook, Steven, *op. cit.*, p.112

²⁰² Knight, Jonathan, *American Statecraft and the 1946 Black Sea Straits Controversy*, disponível em www.jstor.org/pss/2148296, visto em 14/01/2011

Arménia, o Irão, Iraque e a Síria, sem contar as fronteiras marítimas. Os Estados Unidos apoiam então fortemente este aliado oriental e a maioria dos oficiais turcos efectua treinos nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha.

A estabilidade interna e externa, mais do que qualquer pureza ideológica kemalista (i.e. secularista), tem definido a interpretação da sua missão de *guardiões da República*²⁰³. Os generais vêem o secularismo como sendo a solução à fragmentação sectorial e étnica e como a via para a criação de uma identidade nacional. O corpo militar é extremamente sensível à questão do secularismo, uma vez que consideram-no como um princípio cardinal do *nation-building* moderno. Perante o exemplo da violência étnica no Iraque, os militares tornaram-se ainda mais sensíveis aos princípios da identidade nacional e do secularismo. Tendo em mente o legado do colapso do Império Otomano, os militares consideram que entidades multi-étnicas e multi-religiosas não podem sobreviver e que irão levar a uma constante interferências externa nos assuntos domésticos, conduzindo eventualmente à destruição do Estado. A fim de evitar tal cenário, os militares sublinham a importância da integração unitária nacional e a manutenção da homogeneidade através do secularismo e do nacionalismo turco²⁰⁴.

Em termos de política externa, as Forças Armadas não tolerarão que o Governo turco faça concessões em questões como Chipre, a Arménia ou o conflito no Mar Egeu com a Grécia. Os generais não hesitariam a invadir novamente o norte do Iraque se os curdos locais declarassem a sua independência ou anexassem as regiões petrolíferas de Kirkuk²⁰⁵.

5.2) As Relações Político – Militares na Turquia

No que concerne as relações entre civis e militares, a Turquia reformou o Conselho Nacional de Segurança (CNS). Este passou a ser composto por sete civis e cinco militares, o número de empregados neste Conselho foi largamente reduzido e o seu Secretário Geral é, desde Outubro de 2004, um civil. Por outro lado, várias medidas foram implementadas para reforçar o controlo parlamentar das despesas militares, tornando-as, desta forma, um pouco mais transparentes.

Amanda Akçakoca, Fraser Cameron e Eberhard Rhein resumem assim a situação das Forças Armadas na Turquia²⁰⁶: *“O Papel das Forças Armadas, particularmente das altas patentes, é tradicionalmente influente. Desde a sua criação, gozaram sempre de um largo respeito por parte do público geral, considerando-se os guardiões da Turquia secular e, por isso, não hesitaram em estabelecer períodos de regime militar nos últimos 50 anos. O Governo reformulou o Conselho Nacional de Segurança, retirando-lhe funções executivas, tornando-o num órgão meramente consultivo e hoje maioritariamente composto por personalidades civis. No entanto, este ajustamento não inclui a situação especial dos Chefes de Exército. Ao contrário daquilo que acontece na União Europeia, os Chefes de Exército formam uma instituição sui generis, cujas tarefas e competências são reguladas por uma lei especial. Este órgão não está*

²⁰³ Cornell, Svante and Karaveli, Halil, *op. cit.*, p.32

²⁰⁴ Faucompret, Eric and Konings, Jozef, *Turkish Accession to the EU – Satisfying the Copenhagen Criteria*, New York, 2008, P. 265

²⁰⁵ Ibidem, p.152

²⁰⁶ Akçakoca, Amanda, et.al., *Turkey – Ready for EU*, 2004, <http://se1.isn.ch/serviceengine/FileContent?serviceID=ISN&fileid=9F9A03A9-5F7D-5634-2DEA-5F1DF78E5101&lng=en> (visto em 26/09/2010)

subordinado ao Ministério da Defesa mas directamente ao Primeiro-ministro. A Grande Assembleia Nacional, representada pelo Presidente da República, é o comandante das Forças Armadas. No entanto, em tempo de guerra, o Chefe do Exército assume o comando do Presidente da República. Desta forma não existe um controlo civil sobre as Forças Armadas em tempo de guerra. Apesar destas particularidades não constituírem per si um desrespeito dos Critérios de Copenhaga, a situação não se assemelha às práticas da maioria dos membros da NATO e demonstram que as Forças Armadas continuam a gozar de uma posição especial no quadro político turco. Não é assim surpreendente que os generais continuem a levantar as suas vozes – como guardiões das tradições seculares – acerca de assuntos que não têm nada a ver com a segurança do Estado”

É fácil deduzir que as Forças Armadas desempenham ainda um papel social muito forte na população, exercendo assim uma influência política significativa²⁰⁷. Devido à polarização ideológica da política turca, às intermináveis disputas entre os partidos políticos e ao elevado nível de corrupção entre a classe política, a opinião pública considera os militares como sendo a única instituição em que podem realmente confiar. O poder informal dos militares tem condicionado os líderes civis a uma regra básica da política turca: os políticos devem assegurar que nada fazem para atrair a ira do *establishment* militar e dos seus colaboradores²⁰⁸.

Vários oficiais superiores continuam a expressar a sua opinião acerca de assuntos de política interna ou externa, principalmente ligados a temas como o Iraque, Chipre, o terrorismo, a laicidade ou ainda as relações com a União Europeia. Não é prática comum em nenhum dos Estados-membros que as FA proferissem afirmações públicas acerca de assuntos económicos e políticos. Desta forma, a influência militar na Turquia é obviamente uma preocupação para a UE²⁰⁹.

Na Europa, exigências para subordinar as forças militares ao controlo democrático ganharam o apoio generalizado, ao passo que o significado e o estatuto dos militares, no seguimento da Guerra Fria, foram amplamente reduzidos. Entretanto, deu-se uma passagem das questões de *hard security* para *soft issues* como o tipo de regime, a desordem civil e o terrorismo²¹⁰.

De qualquer forma, torna-se inegável que as Forças Armadas gozam na Turquia de um nível de confiança extremamente elevado. Uma vasta maioria da população, mais de 80%, opõe-se à ditadura militar. Todos os golpes anteriores (1960, 1971, 1980 e o golpe “pós-moderno” em 1997 gozaram de legitimidade popular. Na verdade, cada vez que as forças sociais islâmicas ganharam poder e eram julgadas como ameaçando o Estado secular, os militares, a mais poderosa protectora do laicismo na Turquia, intervieram no processo político através de um golpe de Estado²¹¹. Em 2007, após Abdullah Gül ter sido indicado para ocupar o cargo de Presidente da República, os militares, receando uma escalada do poder islamista, avisaram: “*se necessário, as tropas turcas não*

²⁰⁷ A ocidentalização do Império otomano que tem início em finais do século XVIII privilegia uma única causa: assegurar a permanência do Estado. A transformação do corpo social assume aí uma importância secundária e apenas se concretiza sob a forma de consequências das reformas que tocam em primeiro lugar o aparelho de Estado. As elites reformadoras do período republicano são, antes de mais, os servidores zelosos da causa estatal. Na Turquia... o Estado tem primazia sobre o resto, o indivíduo e a sociedade.

²⁰⁸ Cook, Steven, *op. cit.*, p.121

²⁰⁹ Nas, Tevfik, *Tracing the Economic Transformation of Turkey from the 1920s to EU Accession*, Boston, 2008, p.193

²¹⁰ Grigoriadis, Ioannis, *Trials of Europeanization – Turkish Political Culture and the European Union*, New York, 2009, p.90

²¹¹ Turam, Berna, *op. cit.*, p.20

hesitarão em afirmar claramente a sua posição enquanto defensores absolutos do Secularismo”²¹². Tendo em consideração o historial de intervenções militares na Turquia, o memorando – apelidado de “golpe electrónico” pela imprensa – foi um sério aviso de que um golpe mais convencional estaria preparado.

O *establishment* tem vindo a funcionar como um *quasi* partido político contra governos civis, com as suas próprias visões políticas e os seus próprios apoiantes. No entanto existe um consenso tácito no seio da sociedade de que, quando o país se encontra ameaçado, é tarefa dos militares intervirem e salvarem-no, isto é, através de um golpe de Estado. Ainda assim, o mesmo público nunca elegeu um partido pró-militar após os golpes²¹³.

Temos assim que admitir que as Forças Armadas continuam muito populares. Em primeiro lugar porque desempenham um papel social nas províncias e é útil às populações; pode trazer uma ajuda médica ou substituir a administração central nas regiões mais pobres. É também popular porque o seu recrutamento é igualitário, baseado no mérito através de concursos nacionais organizados regularmente para as escolas de oficiais, apesar do corpo de oficiais não se reproduzir de forma endógena. Visto do exterior como autoritária, as Forças Armadas são consideradas pelos Turcos como uma força paternalista. Para mais, a integração assume um papel educativo e social; a tropa é vivida como uma oportunidade de ascensão social para numerosas famílias. Atatürk confiou às Forças Armadas um papel de guardião da Constituição e do laicismo, de forma que é sempre percebida pelos turcos como um garante da estabilidade, enquanto o poder político aparecia por vezes como ineficaz e instável; quando as tropas assumiram o poder em 1980, antes de o devolver aos civis em 1982, tratava-se antes de mais de pôr um ponto final à uma vaga sem precedentes de actos terroristas que o governo não conseguia controlar.

Por outro lado, contrariamente às ideias difundidas, as Forças Armadas não são homogéneas ou monolíticas. Os oficiais, que se exprimem tradicionalmente a título individual acerca de diversos aspectos, eventualmente de política interna, fazem-no normalmente, desde as últimas eleições legislativas, em assuntos apenas relacionados com a segurança ou o laicismo. Por outro lado, algumas destas intervenções são regularmente contrabalançadas por comunicados de imprensa do Estado-Maior. Linhas divisórias atravessam assim as Forças Armadas, quer seja quanto à Integração Europeia, à democratização, ao lugar das tropas na vida pública e aos problemas curdo e cipriota. Estas declarações são bastante regulares na vida política do país e 58,6% do público questionado considera normal que as forças militares possam ocasionalmente expressar os seus pontos de vista em relação a alguns tópicos, contrariando a visão do governo democraticamente eleito²¹⁴.

Os generais têm como missão proteger a unidade nacional e territorial do Estado e as reformas de modernização de Atatürk. Para alcançar este objectivo, criaram várias instituições que os próprios dominam: o Conselho Nacional de Segurança, Tribunais de Segurança Nacional, o Conselho de Educação Superior, o Alto Conselho para a Rádio e a Televisão e o Supremo Conselho Militar. Este último é de extrema importância, uma vez que se encarrega da contratação, promoção e despedimento do *staff* militar.

²¹² Gordon, Philip and Taspinar, Omer, *op. cit.*, p.18

²¹³ Faucompret, Eric and Konings, Jozef, *op. cit.*, p.266

²¹⁴ Çarkoglu, Ali and Toprak, Binnaz, *Religion, Society and Politics in a Changing Turkey*, Istanbul. 2007, p.35

O Conselho Nacional de Segurança (CNS) é o lugar constitucional onde o papel das tropas se exprime publicamente, desempenhando um papel político da maior importância. Trata-se na verdade de um governo paralelo através do qual os generais podem impor a sua vontade ao parlamento e ao governo democraticamente eleito. No entanto, a sua influência não vai tão longe como a do Conselho dos Guardiões no vizinho Irão. Ainda assim, não deve ser desvalorizado. O Conselho actua cada vez que considera que a unidade do país ou as suas instituições estão ameaçadas. Em períodos normais, o Conselho mantém um *low profile*, uma vez que sabe que o Governo pensará duas vezes antes de tomar uma decisão que vai contra a filosofia básica deste Conselho. Para mais, o ambiente político da Turquia é muito volátil. Os partidos políticos aparecem e desaparecem facilmente, ao passo que o Conselho é uma força duradoura e estabilizadora que pode desempenhar um papel conciliatório nas disputas entre os partidos políticos²¹⁵.

As opiniões do Conselho têm um carácter consultivo nos que diz respeito às questões de segurança nacional; no que diz respeito às questões de “*manutenção da existência e da independência do Estado, da integridade e indivisibilidade do país e da paz e da segurança da sociedade*”, o Conselho de Ministros deve “*avaliar as decisões do NSC*”²¹⁶, em vez de lhe conceder uma “*importância prioritária*”, como anteriormente estatuído na Constituição.

Para além das disposições constitucionais ou legislativas, o Conselho é um lugar de diálogo organizado entre as Forças Armadas e o Governo²¹⁷, tendo a sua importância variado consoante a força relativa do governo e as circunstâncias nacionais. As reformas adoptadas reduziram nitidamente o papel oficial deste Conselho, mas uma prática de vários anos deverá confirmar a situação actual de diminuição do envolvimento das tropas nos negócios públicos.

Um representante das Forças Armadas permanece presente em alguns órgãos civis, nomeadamente o Conselho Superior do Audiovisual (RTÜK) e o Conselho Superior do Ensino (YÖK). Composta de membros nomeados pelo Presidente da República sob proposta do Conselho de Ministros, do Conselho das Universidades e do Chefe do Estado-maior, esta autoridade administrativa independente desempenha um papel de ministério do ensino superior e tem como missão supervisionar o conjunto das actividades dos estabelecimentos de ensino superior e de aprovar o seu orçamento.

Durante muito tempo, o Orçamento das Forças Armadas não constituiu objecto de debate parlamentar. A Assembleia Nacional votava o Orçamento da Defesa em bloco e as tropas beneficiavam de numerosos recursos extra-orçamentais, em particular através de fundos de apoio financiados por impostos indirectos. Em relação a este ponto, o relatório da Comissão Europeia de Novembro de 2003 nota que “*segundo os dados oficiais, o orçamento da Defesa atingiu os 7% do orçamento consolidado do Estado*”²¹⁸. Segundo o relatório do Conselho da Europa de Março de 2004, “*é praticamente impossível saber qual é a parte do orçamento do Estado consagrada à Defesa; para alguns, chega pelo menos aos 10%, para outros, representaria na realidade cerca de 18 a 20%*”²¹⁹. Com a nova legislação, o Tribunal de Contas passa a

²¹⁵ Cornell, Svante and Karaveli, Halil, *op. cit.*, p.154

²¹⁶ Art. 118º da Constituição da República da Turquia

²¹⁷ Ver NationMaster.com, sem data, [http://www.nationmaster.com/encyclopedia/National-Security-Council-\(Turkey\)#The_role_of_the_military_in_Turkish_politics](http://www.nationmaster.com/encyclopedia/National-Security-Council-(Turkey)#The_role_of_the_military_in_Turkish_politics) (visto em 16/05/2010)

²¹⁸ Commission Européenne, *Rapport Régulier 2004 sur les Progrès réalisés para la Turquie sur la voie de l'adhésion*, 2004, www.gumruk.gov.tr/AB/kobdocs/rr_tr_2004_fr.pdf (visto em 16/05/2010)

²¹⁹ Ibidem

ter autorização para verificar, a pedido do Parlamento, as contas e as transacções das Forças Armadas.

Por fim, a influência das Forças Armadas traduz-se também pelo seu peso económico: a caixa mútua do pessoal das Forças Armadas (OYAK), cujo orçamento é financiado através de um levantamento nos salários dos militares, realizou em 2001 um volume de negócios de 2,8 mil milhões de US Dólares e, com 28 filiais, destas 8 cotadas em bolsa, emprega 17 000 pessoas.

As Forças Armadas encontram-se divididas quanto aos benefícios da adesão. Por um lado, os militares favorecem a adesão devido aos seus benefícios económicos e à perspectiva que oferece enquanto desculpa para calar os elementos mais radicais. Por outro lado, para os generais, a UE centra-se sobretudo na integração económica. A nação não se pode dar ao luxo de seguir Bruxelas no que concerne “questões civilizacionais”, uma vez que tal poderia pôr em perigo o seu futuro enquanto democracia secular ao permitir que uma Turquia islâmica ou desmembrada pudesse nascer. Bruxelas inspira curdos e islamistas a usarem um discurso baseado nos direitos humanos e na UE para defenderem as suas próprias liberdades enquanto minorias. Uma maior democratização, enquanto favorável para a candidatura turca, é vista por alguns como uma ameaça à República. Assim, as Forças Armadas rejeitam o controlo civil total por parte do Ministério da Defesa. Em termos de política doméstica, os militares nunca aceitarão que os curdos alcancem a autonomia regional no Sudeste ou que um governo islâmico desafie os princípios básicos do secularismo.

Para muitos turcos, as FA são a instituição de maior confiança no país e é muitas vezes vista como estando acima da política e como preservando e não seguindo a ordem constitucional. No entanto, esta fraqueza nas relações civilo-militares tem sido amplamente criticada, incluindo por Bruxelas. A Turquia também tem sido criticada devido à rigidez das suas políticas de recrutamento. O serviço militar é obrigatório para todos os homens com idade entre os 19 e os 40 anos, não existe um serviço civil alternativo e o direito à objecção de consciência não é legalmente reconhecido. As taxas de desertores são extremamente elevadas²²⁰.

As vagas de democracia na América Latina e no Sul da Europa durante as décadas de 1970 e 1980 afectaram claramente a posição das elites. De facto, os militares foram afastados do poder político e tornaram-se aquilo que deveriam ser: os servidores do Estado e da sociedade. Não podem subsistirem dúvidas quanto à necessidade de manter umas Forças Armadas profissionais no sentido que Huntington defendia nas relações civilo-militares. Os partidos políticos deveriam continuar a respeitar a profissão dos militares. Tal não é a mesma coisa que confiar aos militares a missão de preservar o regime político, apoiando e aplaudindo, se necessário, um golpe de Estado. Os partidos políticos e o parlamento devem controlar o governo de acordo com os padrões democraticamente estabelecidos. É neste sentido que a UE pede à Turquia para alinhar as suas relações civilo-militares às práticas ocidentais e europeias²²¹. Embora reconhecendo os francos avanços registados neste campo, a Comissão Europeia, no seu relatório anual de 2010, emitia também varias críticas quanto à actuação dos generais. Assim, “*globalmente, progressos foram alcançados na supervisão civil das Forças de Segurança. A jurisdição dos Tribunais militares foi limitada, as decisões do Supremo*

²²⁰ House of Commons, *op. cit.*, p.9

²²¹ Volten, Peter, *op. cit.*, p.22

Conselho Militar foram abertas à revisão judicial e acordos foram alcançados para que oficiais militares fossem julgados por tribunais civis. No entanto, membros seniores das Forças Armadas continuam a emitir uma série de comunicados que ultrapassa as suas competências, particularmente acerca de questões judiciais. Nenhum progresso foi alcançado no que diz respeito à supervisão parlamentar dos fundos militares extra-orçamentais”²²².

Parece que a Turquia está no bom caminho e que as mentalidades estão a mudar. A maioria dos turcos (60%) concorda que o poder económico é mais importante do que o poder militar. No entanto, este nível de apoio ao *soft power* é ainda muito inferior do que nos Estados-membros da União onde, em média, 86% do público concorda que o poder económico é mais importante do que o poder militar²²³.

5.3) A Acção do AKP

A fim de se conformar com as exigências formuladas nos Critérios de Adesão, anos de intenso esforço foram necessários para regular uma instituição sensível e dominada pelos militares como o Conselho Nacional de Segurança. Neste Conselho, os pontos de vista dos militares dominam normalmente os debates, cujas recomendações tornaram-se sempre políticas nacionais²²⁴. O Governo começou por alterar a lei vigente, promulgou regulamentos, acrescentou civis no Conselho e afastou soldados posicionados em lugares como o Conselho para o Cinema, Vídeo e Música ou o Conselho para o Ensino Superior.

Na sua origem, as carências da Constituição de 1982²²⁵ não provinham tanto do regime político que ela instaurava, um regime parlamentar ao qual a Turquia é fiel desde à sua passagem ao pluralismo mas antes da importância que conferia às Forças Armadas e às liberdades fundamentais. Ainda hoje, o estatuto e o comportamento das Forças Armadas permanecem uma das principais vicissitudes do regime representativo. As Forças Armadas consideram-se como sendo um poder distinto das instituições eleitas, dispondo de uma legitimidade política equivalente. Reservam-se o direito de comentar e criticar publicamente estas instituições, de proferir o seu parecer sobre todas as questões de política interna ou externa. Hierarquicamente, não dependem do Ministro da Defesa ou do Primeiro-ministro, mas directamente do Presidente da República. A discussão do seu orçamento na Assembleia da República é efectuada em sessão fechada. No entanto, como se sabe, a sujeição das Forças Armadas ao poder eleito, de acordo com as normas europeias, é uma condição *sine qua non* da democratização, facto que tem gerado fortes críticas em relação a esta instituição²²⁶.

A revisão de 2001 atingiu também o estatuto dos parlamentares e o funcionamento da Grande Assembleia Nacional mas atingiu sobretudo o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança (CNS), instância de representação das Forças Armadas no

²²² Comissão Europeia (2010), *op. cit.*, p.15

²²³ Transatlantic Trends, *op. Cit.*

²²⁴ Akçomak, Semih and Parto, Saeed, *op. cit.*, p.16

²²⁵ A Constituição de 1982 era subsequente ao golpe de Estado de 1980. A moderna história política da República da Turquia conta com três importantes golpes de Estado (1960, 1971 e 1980). Reconhecendo a fragilidade das instituições políticas do país, alguns autores não hesitam em afirmar que “ninguém sabe ao certo quando voltará a haver um golpe de Estado”. Ver Bouquet, Olivier, *La Turquie et l'Europe: incarnation de l'Etat et représentation de la société au XX Siècle*, sem data, disponível em http://www.ceri-sciencespo.com/publica/critique/article/ci30p25_39.pdf (visto em 17/01/2010)

²²⁶ Billion, Didier, *Turquie : Acteur Majeur des Relations Internationales ?* 2009, disponível em <http://www.affaires-strategiques.info/spip.php?rubrique61> (visto em 17/12/2009)

sistema político turco. Nos termos da nova redacção do art. 118º, o CNS é agora maioritariamente composto por civis. Na verdade, podemos afirmar que esta instância, cujo poder, mal definido pelo texto inicial da Constituição, tinha-se mostrado considerável (nomeadamente aquando do “golpe de Estado pós-moderno” em 1997), tornou-se uma instância consultiva. De facto, o Conselho de Ministros já não deve “tomar em consideração de forma prioritária” as decisões do CNS, ele poderá agora “avaliá-las” e apenas as seguirá naquilo que considerar necessário para a salvaguarda do Estado e da segurança pública.

Após a vitória do AKP em 2002, o Governo de Abdullah Gül e de Recep Tayyip Erdoğan prosseguiu as reformas encetadas, retomando nomeadamente o método dos “pacotes de harmonização legislativa” inaugurado pelo Governo Ecevit. Este método consiste em melhorar a democracia e o Estado de Direito turcos adoptando pela via legislativa conjuntos de reformas normativas tocando principalmente a administração, a polícia, a justiça, o Código civil, o Código penal, a procedimento penal, o exercício dos direitos e liberdades... Desta forma, apesar dos receios iniciais, o AKP provava ser um partido moderado e aberto às reformas²²⁷. Do seu lado, Os militares nunca acreditaram na auto-declarada conversão à moderação por parte de Erdogan, emitindo uma série de avisos neste sentido²²⁸. Suspeitam das medidas tomadas pelo Governo que visam limitar o seu peso no aparelho estatal. Também receiam que o Governo, utilizando o processo de reforma como desculpa, restringe a luta contra o PKK²²⁹. Por outro lado, a adesão da Turquia representaria a coroação do processo de ocidentalização no qual os militares se tornaram o principal promotor nos últimos 200 anos; os militares subscreveram um nacionalismo totalmente concentrado em tornar-se parte do Ocidente. No entanto, existe uma ambivalência evidente entre as patentes militares acerca da UE, causada pela preocupação de que a integridade territorial do país poderia eventualmente ser posta em causa como resultado do ajustamento às normas comunitárias, o que, por sua vez, alimenta um certo nacionalismo isolacionista²³⁰.

Se os islamistas do AKP ultrapassassem os oficiais enquanto agentes da ocidentalização, tal poderia levar a um distanciamento com a maioria do povo turco que está a favor das exigências de reformas políticas. O resultado saldar-se-ia por uma significativa diminuição do prestígio do corpo militar, o que poderia simultaneamente fortalecer a liderança civil, tornando uma acção autónoma por parte dos generais mais difícil no que concerne ao influenciar da arena política ou na defesa da ordem política. Por fim, os comandantes decidiram consentir com alguns aspectos do programa de reformas da UE, acreditando que poderiam controlar o processo²³¹.

Um sétimo e muito importante pacote adoptado em 30 de Julho de 2003, completa a reforma constitucional do Conselho Nacional de Segurança com vista a limitar a intervenção directa dos militares na vida política. Suprime a lista explícita das competências do Conselho NS a fim de lhe retirar a possibilidade de se imiscuir na orla civil. Ele espaa as suas reuniões (uma vez em cada dois meses em vez de uma reunião mensal) e prevê que estas já não poderão ser convocadas por iniciativa do Chefe do Estado-maior das Forças Armadas. Por fim, prevê que o seu Secretário Geral já não seja um militar mas sim um militar. No entanto, a aplicação destas disposições é objecto de um rivalidade escondida entre o “Estado profundo”, por um lado, e o Governo, por outro. Na verdade, estas novas medidas demonstraram bem que o lugar do CNS e mais

²²⁷ Önis, *op. cit.*

²²⁸ Faucompret, Eric and Konings, Jozef, *op. cit.*, p.146

²²⁹ Tocci, Nathalie b), *op. cit.*, p.194

²³⁰ Cornell, Svante and Karaveli, Halil, *op. cit.*, p.46

²³¹ Cook, Steven, *op. cit.*, p.163

geralmente das Forças Armadas no sistema político turco era agora o cerne do processo de reformas encetadas na Turquia para satisfazer os critérios de Copenhaga. A revisão de 2001 e os textos legislativos complementares reduziram em larga medida o seu lugar oficial mas apenas pode ser por uma prática regular que o declínio desta instituição anacrónica irá verdadeiramente ser confirmado. Não se trata aqui de transformar o estatuto de uma instituição mas mudar o próprio espírito do sistema político turco. Na verdade, é provável que a perspectiva aberta pelo lançamento de negociações de adesão irá contribuir, na prática, para a desmilitarização deste sistema, um pouco à imagem do que aconteceu nos anos 80 na Grécia, Portugal ou Espanha²³².

5.4) Um Futuro Incerto

Podemos assim afirmar que, no que diz respeito às Forças Armadas, hábitos estabelecidos e profundamente enraizados não desaparecem de um dia para outro. As reformas encetadas pelo AKP quanto à introdução de um Secretário-geral da classe civil no Conselho Nacional de Segurança ou as melhores finanças e transparência do Orçamento da Defesa, por exemplo, são passos importantes. Muito mais há a fazer, tal como o fortalecimento do papel do Ministro da Defesa e o controlo parlamentar.

No entanto, o Governo e a sociedade civil parecem agora serem suficientemente confiantes e capazes para se oporem a qualquer interferência indevida dos militares no normal processo de *decision-making*. Os actuais desenvolvimentos sugerem uma normalização e até um melhoramento na actuação dos militares e nas relações civilo-militares em geral.

A actual liderança militar tem demonstrado uma modesta inclinação para compreender as actuais tendências políticas e sociais. Parece que líderes militares aprenderam que a tradicional visão já não serve as suas ambições. Têm que chegar a acordo com o Governo e compreender que têm de ter relações formais com o Primeiro-ministro e o seu gabinete.

Do seu lado, o AKP parece ter alcançado um consenso com as patentes militares. Assim, o partido reconhece a esfera autónoma e o papel central das Forças Armadas em termos de segurança nacional, enquanto os militares não intervirem na autonomia política do Governo. De forma similar, os militares reconhecem a primazia do Governo no processo de tomada de decisão política, enquanto os actores islâmicos executarem uma política secular. No que diz respeito ao aparelho militar, muitas das mais poderosas vozes anti-UE dentro das Forças Armadas foram afastadas, e os dirigentes militares têm até ao momento aceite as reformas, algo impensável há menos de uma década atrás, especialmente com um governo de orientação islamista²³³.

É importante notar que esta condicionalidade de concordância ecoa na natureza parcial da cooperação entre actores islâmicos e seculares. Apesar do AKP não ter afastado os militares, a cooperação entre o governo e as Forças Armadas é ainda muito frágil²³⁴.

Apesar de um certo grau de democratização ter sido alcançado no controlo dos militares pelo poder civil, a Turquia ainda se encontra bastante aquém dos padrões

²³² No caso destes três países, demonstrou-se que a perspectiva e a realidade da adesão foi a melhor ferramenta para levar adiante o processo de democratização e da implementação dos Direitos Humanos. Ver: Luxembourg Institute for European and International Studies, *Turkey and the EU: 2004 and beyond*, 2003, disponível em

<http://www.ieis.lu/CONTENT%20of%20new%20Website/NEW%20Executive%20Summaries/PDF-Format/exs%202,%20Turkey%20and%20EU%202004%20and%20beyond.pdf> (visto em 15/11/2009)

²³³ Kubicek, Paul, *op. cit.*, p.53

²³⁴ Turam, Berna, *op. cit.*, p.162

comunitários²³⁵. A UE deverá vigiar atentamente o papel desta instituição para que não se torne susceptível de rivalizar com o normal funcionamento do Governo.

²³⁵ Volten, Peter, *op. cit.*, p.44

6

A Barreira Religiosa

6.1) Introdução

O factor religioso, apesar de não ser muitas vezes evocado oficial e explicitamente pelos opositores da adesão turca à UE, é hoje geralmente aceite como factor explicativo para a actual exclusão da Turquia, sendo em parte devido ao receio de que a presença de um membro islâmico pudesse pôr em causa o aparecimento de uma identidade europeia verdadeiramente comum.

Existem dois pontos de vista radicalmente diferentes em relação ao factor religioso e à sua importância para as relações turco-comunitárias.

De acordo com certos autores, a Turquia não faria parte da Europa devido às suas raízes civilizacionais diferentes. Não é um membro da herança cultural da Europa baseada no Cristianismo e nos valores das *Luzes*, devendo assim permanecer fora das suas fronteiras, ou como a chanceler alemã sublinha, “*a democracia é impensável sem os valores cristãos*”²³⁶. A religião, vista sob este prisma, continuaria a enformar o subconsciente ideológico, particularmente no que diz respeito ao traçar das fronteiras de uma civilização entendida como *europeia*, retomando o argumento de Huntington, em *The Clash of Civilization*, de que as dificuldades em aceitar que a Turquia adira à UE são o produto de resistências culturais e não são apenas baseadas em questões económicas ou socio-políticas²³⁷. Tal como afirmado por Huntington: “*a Europa acabaria onde o Cristianismo ocidental acaba e onde o Islão e o Ortodoxo começa*”²³⁸. É este ponto de vista que encontra a sua tradução política em homens como Bolkestein, Giscard d’Estaing, Kohl e Martens, que argumentam que a Turquia não deveria aderir à UE porque não faz parte do Ocidente ou da civilização europeia.

A actual exclusão da Turquia por parte da UE seria, pelo menos em parte, inspirada pelo receio de que a presença de um membro islâmico possa comprometer o fortalecimento de uma identidade europeia comum²³⁹.

Esta ideia é reforçada por Fritz Bolkestein, Comissário europeu para o Mercado Comum e o antigo líder dos liberais holandeses, prevendo que “*a civilização cristã da Europa arriscava-se a ser ultrapassada no caso de 70 milhões serem autorizados a entrar na União Europeia*”²⁴⁰.

Em 2008, uma maioria dos turcos (55%) considerava que a Turquia tinha valores (culturais) tão diferentes do Ocidente que o país não faria parte desse Ocidente. Em 2010, esta percentagem baixou para 48% mas era ainda mais alto do que aqueles que acreditavam que a Turquia partilhava valores comuns suficientes com o Ocidente para ser considerado parte deste (30%). Uma maioria dos cidadãos europeus inquiridos (58%) concordava que a Turquia não apresenta valores comuns para ser considerado parte do Ocidente. Os Alemães (73%) são o povo que mais afirma que a Turquia tem

²³⁶ Kösebalaban, Hasan, *European Union and the Transformation of Islamic Perspectives in Turkey*, sem data, <http://www.sipa.columbia.edu/cdtr/pdf/HKosebalabanPaper.pdf>

²³⁷ Flores, Marcela, *Turkey: Having rejected Mecca and being rejected by Brussels*, 2006, disponível em <http://www.euroculturemaster.org/pdf/flores.pdf> (visto em 18/11/2009)

²³⁸ Netherlands Scientific Council for Government Policy, *op. cit.*, p.148

²³⁹ Lagro, Esra and Jorgensen, Knud, *op. cit.*, p.180

²⁴⁰ Düzgit, Senem, *op. cit.*, p.7

valores substancialmente diferentes em relação ao Ocidente, ao passo que a Roménia era o único Estado-membro em que uma pequena maioria (52%) acreditava que a Turquia tinha valores suficientes com o Ocidente para ser parte dele²⁴¹.

Refutando esta ideia, o Primeiro-ministro Erdogan afirmava recentemente que, se a Turquia fosse rejeitada, “a UE está condenada a permanecer um “clube cristão”. Se a Turquia vier a aderir, então ela não será lembrada como um clube cristão mas antes como a casa da aliança civilizacional”²⁴². Como se sabe, apesar das várias tentativas para incluir este factor em vários textos, a religião não faz parte dos valores comuns da UE. A União definiu-se como um sistema de valores e acções baseados nos princípios básicos da liberdade e da democracia, no reconhecimento dos Direitos humanos, das liberdades fundamentais e do Estado de Direito. Baseando-se neste argumento, o aspecto religioso não desempenhou qualquer papel na decisão tomada em 1999 de garantir à Turquia o estatuto de candidato e mais tarde em 2005, quando iniciaram as negociações.

6.2) O AKP, um partido islâmico?

Muito se tem escrito sobre as reais intenções do AKP (*Partido para a Justiça e o Desenvolvimento*) e se estas envolvem um fortalecimento da corrente islâmica do país. Consequentemente, a trajectória europeia da Turquia foi fortemente posta à prova a partir de 2002, ano em que o Partido, liderado por Recep Tayyip Erdogan, ganhou pela primeira vez as eleições legislativas do país.

O AKP é uma versão reformista dos extintos partidos *Refah* (Prosperidade), *Fazilet* (Virtude) e do sobrevivente *Saadet* (Felicidade), tendo todos eles representado o movimento do Islão Político na Turquia e evitado qualquer tipo de relacionamento mais próximo com o Ocidente em geral e com a União Europeia em particular²⁴³.

Erdogan, que fora Presidente da Câmara Municipal de Istambul, tinha sido por várias ocasiões acusado de actividades anti-seculares, tendo sido inclusive encarcerado com base nestas acusações.

Confrontados com a chegada ao poder de um partido cujos líderes e quadros eram maioritariamente oriundos de partidos políticos de inspiração islâmica, soou o alarme nos círculos secularistas do *establishment*. As Forças Armadas, em particular, sentiram por várias vezes a necessidade de emitir comunicados, realçando que não tolerariam qualquer tentativa de desvio do rumo secularista àquele que outrora afirmara “*Graças a Deus, sou a favor da Shari’a!*”²⁴⁴. Uma vez que todos os anteriores partidos islâmicos foram fechados, acusados de actividades anti-secularistas, a liderança do AKP passou a ser extremamente cuidadosa quando discutia esta questão e não levanta questões acerca das práticas secularistas. O AKP permaneceu silencioso em relação à Religião nos seus primeiros anos de mandato, apesar da intensa religiosidade dos seus líderes e quadros²⁴⁵.

Dentro do contexto do compromisso estatal em relação ao secularismo estridente de Mustafa Kemal, as origens islâmicas dos AKP passaram a ser a principal fonte de cepticismo dentro e fora da Turquia.

²⁴¹ Transatlantic Trends, *op. cit.*

²⁴² Citado por Glyptis, Leda-Agapi, *Which Side of the Fence? Turkey’s Uncertain Place in the EU*, 2005, disponível em <http://www.alternativesjournal.net/volume4/number3/glyptis.pdf>.

²⁴³ Tocci, Nathalie b), *op. cit.*, p.179

²⁴⁴ Institut Européen de Recherche sur la Coopération Méditerranéenne et Euro-Arabe, *Dossier Spécial : Turquie, modèle démocrate-musulman ?*, 2002, <http://www.medeas.be/index.html?page=&lang=&doc=1280>

²⁴⁵ Tugal, Cihan, *op. cit.*, p.53

Descrivendo-se como “*conservador democrático*”, o AKP surgiu como um partido devoto à tradição islâmica e que defende os valores conservadores, mas que, no entanto, obtém a sua autoridade a favor de um modernismo de estilo ocidental na controvérsia entre “Modernismo de estilo ocidental vs. Regresso ao passado islâmico” que tem dividido a sociedade turca desde o século XIX

Ainda assim, do ponto de vista puramente teórico, não havia nada no programa eleitoral do partido que levasse a crer que o eleitorado turco elegera um veículo difusor da re-islamização política do país. De acordo com o programa do partido, o AKP considera a Religião como uma das mais importantes instituições da Humanidade e o secularismo como um pré-requisito para a democracia e uma garantia da liberdade religiosa. Também rejeita a interpretação e distorção do secularismo enquanto inimigo da religião. O partido recusa explorar valores religiosos sagrados, utilizando-os para uso aproveitamento político.²⁴⁶ Na verdade, de acordo com um estudo publicado por Çarkoglu e Toprak, quando questionados acerca do estabelecimento da Sharia, a percentagem de cidadãos turcos que responderam positivamente, em 1999 era de 21%, baixando para 8,9% em 2006²⁴⁷.

De fora algo surpreendente para os analistas europeus, Erdogan não só manteve o curso das reformas iniciadas pelo seu predecessor (*Partido da Prosperidade*) como acelerou mesmo o seu ritmo, introduzindo seis pacotes de harmonização legislativa com a União entre 2003 e 2006. Erdogan declarava então “*o nosso partido é uma força nacional que acredita que existe uma relação directa entre a adesão à UE e os nossos interesses nacionais, formando as suas políticas de acordo*”²⁴⁸.

A religião, apesar de ser um claro factor identificativo dos membros do partido, deveria ser praticada em privado, mantendo uma clara separação entre Religião e Sociedade. Apesar das suas origens islâmicas, o AKP descreve-se veementemente como um partido “conservador democrático” e nega ter uma agenda islâmica²⁴⁹.

A identidade reprimida do AKP volta por vezes a aparecer. Inevitavelmente, a identidade é formada tanto por aquilo que deseja esquecer (islamismo) como por aquilo que deseja tornar-se (conservador democrático). Assim, a identidade islâmica do governo não desapareceu totalmente das suas acções legislativas, como o provam claramente as várias tentativas de reintroduzir a criminalização legal do adultério e o fim da proibição da entrada do véu islâmico em cerimónias e acontecimentos públicos, e em especial nas instalações universitárias. A amplitude deste bloqueio é particularmente ilustradora do compromisso europeu actual da classe política e da sociedade civil turca que conseguiram fazer recuar os meios mais conservadores do AKP que estavam na origem destas disposições controversas

Um exame aprofundado às políticas do AKP demonstra que o partido deseja que a Religião desempenhe um importante papel na política do país, favorecendo a versão Suni Hanafita do Islão²⁵⁰.

O partido, visto como um dos principais factores do sucesso alcançado com a abertura das negociações de adesão em 2005 e como veículo do aumento das liberdades, fruto das reformas introduzidas, saiu naturalmente vencedor das eleições legislativas de 2007, aumentando inclusive o seu *score*. Ainda assim, nas últimas quatro eleições (1995, 1999, 2002 e 2007), os principais grupos étnicos (turcos e curdos) e os valores

²⁴⁶ Yavuz, Hakan, *op. cit.*, p.26

²⁴⁷ Çarkoglu, Ali and Toprak, Binnaz, *op. cit.*, p.34

²⁴⁸ Ugur, Mehmet and Canefe, Nergis, *op. cit.*, p.158

²⁴⁹ Yavuz, Hakan, *op. cit.*, p.20

²⁵⁰ Ibidem, p.181

religiosos (secularistas vs. Islamistas) desempenharam papéis importantes nas preferências eleitorais²⁵¹.

Apesar da esmagadora vitória eleitoral de 22 de Julho de 2007, a crise do Secularismo está longe de resolvida na Turquia. O país ainda está profundamente dividido e o *establishment* kemalista permanece tão vigilante como no passado. Alguns elementos mais radicais encaram a vitória do AKP, culminando na presidência de Gül, como um punhal dirigido ao coração do kemalismo²⁵². No passado, o actual presidente da República nem sempre se mostrou tão convicto da pertença da Turquia à UE, afirmando que “*a Turquia não deve aderir à União Europeia, dissemos isto desde o início... olhem para uma cidade europeia e olhem para Istambul. Não é uma cidade cristã!*”²⁵³. Por seu lado, no discurso de vitória eleitoral de Junho de 2011, Recep Tayyip Erdogan não deixou de referir que “*Gaza, a Palestina e Jerusalém também tinham vencido*”²⁵⁴, num claro sinal de simpatia em relação ao mundo muçulmano e, em particular, à causa palestiniana.

Em 30 de Julho de 2008, o Tribunal Constitucional rejeitou um pedido do Juiz Supremo para fechar permanentemente o AKP e banir da política Erdogan, Gül e 70 outros líderes do AKP por um período de cinco anos, acusando o Partido de ser um ponto central de “*actividades anti-seculares*” e de “*procurar transformar o país num Estado islâmico*”. O Tribunal concordou que o AKP tinha dado sinais de “*actividades anti-seculares*”, sentenciando-o a uma redução de 50% em relação às ajudas financeiras por parte do Tesouro.

Apesar do tribunal não ter encerrado o partido, a sua decisão irá certamente aumentar a ansiedade dentro do sector anti-AKP, legitimando o seu receio de que Erdogan estaria envolvido em actividades adversas ao secularismo. A decisão também deverá repercutir-se nas práticas governamentais. À luz desta decisão, o partido já demonstrou que irá actuar de forma mais prudente no que concerne a assuntos sensíveis como os direitos religiosos e as minorias étnicas, para além do aumento das liberdades civis de acordo com os critérios comunitários.

Resumindo, podemos dizer que os militares desejam manter a estrutura de poder da velha Turquia, onde desempenham um papel fulcral. Do seu lado, o AKP quer ditar a sua própria versão de uma nova versão do país. Desta forma, o Partido tem vindo a desafiar o autoritário projecto de *nation-building* kemalista, advogando em sua vez o multiculturalismo do país, apesar de fazê-lo com premissas islâmicas. A actual crise do Secularismo turco surge então entre estas duas visões opostas da Turquia contemporânea.

Por outro lado, o actual governo, caso o partido fosse encerrado, poderia vir a ser substituído – através de meios democráticos ou não – por um governo de carácter mais islâmico, mais reticente em manter o ritmo da liberalização política. Isto faz com que Bruxelas esqueça muitas vezes as insuficiências do programa partidário, especialmente no que diz respeito à implementação das suas medidas²⁵⁵.

²⁵¹ Ibidem, p.104

²⁵² Gordon, Philip and Taspinar, Omer, *op. cit.*, p.32

²⁵³ Ugur, Mehmet and Canefe, Nergis, *op. cit.*, p.158

²⁵⁴ Fondation Robert Schuman, *op. cit.*

²⁵⁵ Grigoriadis, Ioannis, *op. cit.*, p.180

Actualmente, muitos no Ocidente e no mundo islâmico aplaudem a acção do AKP. O Partido parece ser o único actor político islâmico que obtém a aprovação tanto no ocidente como no mundo muçulmano²⁵⁶.

Ainda assim, mesmo se o AKP viesse a promover uma ordem mais liberal, os segmentos kemalistas da sociedade turca continuarão a suspeitar que o partido tem uma qualquer agenda islamizante oculta. Receiam que este esteja a explorar o processo de adesão para diminuir o papel político dos militares e vaticinam o fim da herança kemalista.

Do seu lado, o AKP parece ter compreendido que seria a primeira vítima de qualquer tentativa de impor o Islamismo ao povo turco²⁵⁷.

6.3) A Turquia, um Estado Secular?

As principais características do secularismo turco são diferentes das francesas ou das americanas. A versão turca não pretende uma separação, mas antes o controlo da religião e a sua exclusão do domínio público.

É o Estado turco que organiza e controla totalmente a comunidade dos crentes: os 72000 imams de Turquia são funcionários, pagos e formados pelo Estado e cujas tarefas semanais são escritas pelos funcionários do Ministério dos Assuntos Religiosos²⁵⁸. O laicismo turco significa então a contenção da religião na esfera privada e a sua completa ausência na vida pública. Desta forma, e a questão foi colocada por várias ocasiões neste mandato, as mulheres dos ministros que usariam o véu não podem assistir a nenhuma cerimónia oficial. O uso do véu é proibido, não só em estabelecimentos escolares e nas administrações, mas também nas universidades, contrariamente ao que se passa, por exemplo, em França. Enquanto que, nos tempos do Império Otomano, o poder político e religioso eram muitas vezes confundidos, a revolução kemalista levou a que qualquer fundamentalismo seja agora visto como um perigo para a própria República. Para o *Pai dos turcos*, um estado teocrático islâmico, como forma de governo, estava obrigado a encarar os poderes cristãos como infiéis e, de acordo com a crença islâmica, o estado de guerra nunca poderia cessa entre crentes e infiéis. Ao escolher um sistema de governo democrático e ao diluir a ideia do Estado como protector do Islão, o novo Estado turco acabava com séculos de hostilidades e estabelecia as fundações para relações pacíficas com os Estados cristãos ocidentais²⁵⁹.

O recente debate sobre o uso do véu islâmico nas Universidades criou uma polarização entre os estudantes universitários que outrora haviam sido arredados da política e tinham ficado indiferentes quanto a este assunto. Agora, alguns estudantes começam a ver as reformas sobre o uso do véu como uma liberdade de escolha, enquanto outros encaram-nas como uma “*tentativa anti-democrática de libertar um símbolo político para criar uma pressão sobre as jovens para estas se cobrirem*”²⁶⁰.

No que diz respeito à liberdade religiosa, a Turquia apenas reconhece as minorias religiosas incluídas no Tratado de Lausanne de 1923²⁶¹: os judeus (cerca de 25 000), os

²⁵⁶ Tugal, Cihan, *op. cit.*, p.5

²⁵⁷ Gordon, Philip and Taspinar, Omer, *op. cit.*, p.79

²⁵⁸ Minority Rights Group International, *A Quest for Equality : Minorities in Turkey*, 2007, [www.avrupa.info.tr/Files/MGRTurkeyReport\[1\].pdf](http://www.avrupa.info.tr/Files/MGRTurkeyReport[1].pdf) (visto em 16/02/2011)

²⁵⁹ Nonneman, Gerd, *op. cit.*, p.211

²⁶⁰ Narli, *op. cit.*

²⁶¹ Trésor de la langue française au Québec, *Traité de paix signé à Lausanne le 24 juillet 1923*, 1923, www.tlfg.ulaval.ca/axl/Asie/turtxlaus.htm (visto em 01/02/2010)

Arménios (cerca de 60 000) e os Ortodoxos (cerca de 3 000, depois de terem existido várias centenas de milhares em início do século 20). Os principais problemas do conjunto das minorias religiosas são a ausência de personalidade, que gera dificuldades insolúveis no dia-a-dia, e a impossibilidade que daí resulta de adquirir ou vender bens imobiliários. Várias reformas legislativas sucessivas permitem agora às comunidades religiosas adquirir e vender bens imobiliários, mesmo sem personalidade jurídica, mas com autorização de uma Direcção Geral ligada ao Primeiro-ministro; estas reformas demonstraram no entanto uma forte reticência, uma vez que fixaram, sistematicamente, prazos extremamente curtos para o registo das comunidades e dos seus bens junto desta direcção. Flores²⁶² escreve que: *“dentro da sociedade turca, barbas ao estilo islâmico e mulheres cobertas pelo véu tradicional têm vindo a proliferar, as mesquitas atraem grandes massas humanas e as livrarias encontram-se repletas de material que glorifica a história islâmica e exalta o papel do Império Otomano na preservação dos valores do Profeta Maomé. É irónico observar que o secular governo AKP gastou uma grande quantidade de dinheiro público na construção de mesquitas, na educação religiosa em todas as escolas públicas, no apoio financeiro a escolas islâmicas e permitiu que as raparigas (ao contrário, por exemplo, do que se passa em França) usassem o tradicional lenço muçulmano. A Turquia tem vindo a alargar as suas relações com países árabes e com outros países muçulmanos, promovendo interesses islâmicos (culturais). Na verdade, a percentagem de turcos que afirmam que o seu país deveria cooperar mais com o Médio Oriente nas questões internacionais duplicou em 2010 em relação ao ano anterior, coincidindo com uma clara diminuição (9%) daqueles que acreditam que a Turquia deveria cooperar com os Estados-membros da União Europeia”*²⁶³. A herança de Atatürk perdeu força e parece que uma alternativa para a Turquia, se uma rejeição comunitária viesse a acontecer, passaria por voltar às suas raízes islâmicas. Desta forma, argumenta-se que o Islão fundamentalista poderá triunfar se os turcos forem rejeitados por não pertencerem ao “clube europeu cristão”²⁶⁴, o que irá indubitavelmente ter fortes repercussões no continente europeu.

Ao passo que o papel proeminente da Turquia nessa região pudesse aumentar o seu poder de negociação em relação à UE, nenhum destes esquemas de integração era realmente visto como uma alternativa à União, mas antes representavam iniciativas complementares destinadas a reforçar o processo de aproximação aos países europeus. Por exemplo, a possibilidade de estabelecer um acordo de comércio livre entre a UE e a Organização para a Cooperação Económica no Mar Negro ou usando os três membros mediterrânicos desta organização como ponte entre esta e a parceria euro-mediterrânica eram alguns dos esquemas previstos.

Ainda assim, os progressos foram extremamente limitados no que concerne a liberdade religiosa, tanto na legislação como na prática. Apesar da entrada em vigor de uma nova lei acerca das associações, que reduz claramente a possibilidade de interferência por parte das autoridades na vida das associações, o quadro geral ainda não reconhece o direito das comunidades religiosas de criar associações dotadas de personalidade jurídica. Esta omissão diz sobretudo respeito às comunidades não muçulmanas e às comunidades muçulmanas não sunitas, principalmente os Alévis, cujo número de fiéis é hoje estimado situar-se entre os 15 e os 20 milhões de pessoas²⁶⁵. Os acordos

²⁶² Flores, *op. cit.*

²⁶³ Transatlantic Trends, *op. cit.*

²⁶⁴ Tocci, Nathalie a), *op. cit.*, p.41

²⁶⁵ Para uma visão sobre os Alévis, ver: Immigration and Refugee Board of Canada, *Turkey: Situation of Alevis (2005 – May 2008)*, The UN Refugee Agency, 2008, www.unhcr.org (visto em 17/12/2010)

internacionais dos Direitos Políticos, assinados em 2003, incluíam derrogações para as minorias e a Turquia não assinou outras cartas que pudessem beneficiar comunidades não muçulmanas, ortodoxos ou que não fossem de etnia turca. Apesar de garantir o estatuto legal aos grupos anteriormente banidos (União dos Alevi e as Associações Bektashi), o que quebrou um tabu, estes acordos ainda não foram seguidos por uma real integração na principal *Direcção dos Assuntos Religiosos*. Este atraso é sublinhado pelo Relatório Anual da Comissão, ao afirmar que “*Globalmente, a liberdade religiosa continua a ser geralmente respeitada. A implementação da Lei das Fundações manteve-se, surgindo alguns atrasos e problemas de procedimentos. O diálogo com os Alevi e com as comunidades religiosas não-muçulmanas continua mas ainda não produziu resultados. Membros destas comunidades religiosas ainda são sujeitas a ameaças por parte dos extremistas. Um quadro legal em linha com o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos ainda tem de ser estabelecido, para que todas as comunidades religiosas não muçulmanas e a comunidade alevi possam funcionar sem constrangimentos desnecessários, incluindo o treino do clero*”²⁶⁶

O tema da “igualdade” religiosa assenta sobretudo na necessidade de fazer evoluir a mentalidade da população em geral, para além da mera adopção de reformas legislativas ou administrativas. Com efeito, a educação vigiada, fortemente “manchada” de nacionalismo e ancorada à glorificação do passado, é um autêntico “cimento” para a sociedade e explica, ainda que parcialmente, a mentalidade do povo e uma certa forma de paranóia social, em que tudo o que é estrangeiro à cultura turca deve ser assimilado. Ainda assim, na Turquia, “*a religião, ou religiosidade, não parece ser uma questão essencial na formação das percepções sobre a Europa*”²⁶⁷.

Enquanto membro na NATO e país com aspirações em aderir à UE e com uma população constituída em cerca de 99% por muçulmanos, localizada numa área extremamente sensível, a Turquia vê-se obrigada a levar a cabo a sua própria *política de vizinhança*. Enquanto república secular, pode partilhar os seus engajamentos com todos os actores na arena diplomática e até agir como modelo para outras sociedades muçulmanas com aspirações democráticas²⁶⁸.

Na verdade, existe actualmente um debate em torno de se saber se a Turquia é um trunfo ou uma desvantagem para as relações comunitárias com o Médio Oriente e com o mundo islâmico. Alguns, nomeadamente o Governo francês, acreditam que tem apenas uma pequena influência²⁶⁹.

Aqueles que julgam que a Turquia será uma vantagem encaram-na como um agente do *soft power* comunitário para a região. Sendo a única democracia muçulmana e secular, solidamente ancorada ao Ocidente, a Turquia representa a antítese do fundamentalismo religioso do Médio Oriente²⁷⁰. Um ponto central desta argumentação é o exemplo pragmático da sua prática do Islão. Os turcos não são “*muçulmanos normais*”: as suas tradições e aspirações foram sempre diferentes senão mesmo contrárias às sociedades muçulmanas do Médio Oriente²⁷¹.

²⁶⁶ Comissão Europeia (2010), *op. cit.*, p. 26

²⁶⁷ Kösebalaban, Hasan, *European Union and the Transformation of Islamic Perspectives in Turkey*, sem data, disponível em <http://www.sipa.columbia.edu/cdtr/pdf/HKosebalabanPaper.pdf> (visto em 13/09/2010)

²⁶⁸ Glyptis, Leda-Agapi, *Which Side of the Fence? Turkey's Uncertain Place in the EU*, 2005, disponível em <http://www.alternativesjournal.net/volume4/number3/glyptis.pdf> (visto em 11/11/2009)

²⁶⁹ Ibidem

²⁷⁰ Baç, Meltem Müftüler, *op. cit.*, p.37

²⁷¹ Tocci, Nathalie b), *op. cit.*, p.205

A separação entre Estado e Religião é um aspecto amplamente aceite na vida política da Turquia e as suas raízes são profundas, à semelhança do que acontece na maioria dos membros da UE. Assim, ao contrário da assumpção de Huntington, o secularismo turco parece estar totalmente integrado na sociedade. Não existe qualquer razão para que a Europa receie que o Islão político aspire a colocar a religião acima do Estado.

Uma das maiores consequências dos trágicos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 concerne ao facto de que a paz e a segurança da comunidade global necessitavam de um maior entendimento e de um maior diálogo entre o Ocidente e o Mundo muçulmano.

Os Estados Unidos, que viam o Islão como uma arma viável contra o Comunismo durante a Guerra Fria, começaram a alterar a sua política internacional ao redefinir as formas adversas do Islão como “*terrorismo*”²⁷².

Neste contexto, a incorporação da Turquia enquanto membro de pleno direito da União Europeia adquiriu um novo significado. Deu-se uma maior atenção, por parte da Europa, ao facto de que a adesão iria ajudar a ultrapassar a imagem de *clube cristão*²⁷³ que seria uma fraca base para desenvolver não só fortes relações com o mundo externo, como também na incorporação das minorias²⁷⁴ que existem na própria Europa²⁷⁵. Neste contexto, vários políticos europeus depositaram grandes esperanças no modelo religioso turco.

²⁷² Tugal, Cihan, *op. cit.*, p.53

²⁷³ A este respeito, é interessante notar que, embora não se tenha pronunciado recentemente sobre o assunto, o Papa Bento XVI, quando ainda era o Cardeal Joseph Ratzinger, classificou as negociações com a Turquia como sendo um “erro enorme”. Ver: Masci, David, *An Uncertain Road – Muslims and the Future of Europe*, 2005, disponível em <http://pewforum.org/docs/?DocID=60> (visto em 18/11/2010)

²⁷⁴ De acordo com Masci, existem cerca de 23 milhões de muçulmanos no espaço comunitário.

²⁷⁵ Önis, *op. cit.*

7

Conclusões

O processo de alargamento da União Europeia é altamente complexo. Fruto de vários factores, o resultado das negociações de adesão não pode ser, a partida, antecipado. No caso da Turquia, nenhum outro candidato teve um impacto tão forte entre os membros, despertando sentimentos tão opostos.

A Europa parece ter duas escolhas. Por um lado, ao rejeitar a Turquia, a Europa irá reforçar o seu compromisso para com a identidade europeia culturalmente definida por uma identidade civilizacional própria. Por outro lado, ao acolher a Turquia, irá ultrapassar o paradigma cultural, transformando-se numa entidade geograficamente indefinida, que abraça uma multiplicidade de civilizações.

Uma das principais conclusões do presente trabalho é que, embora a Turquia tenha alcançado progressos notáveis no que concerne à satisfação dos critérios políticos que ditam a coroação de uma candidatura, muito ainda há a fazer. O país percorreu uma enorme distância num espaço de tempo relativamente curto. Empolgado pelas perspectivas da adesão e por uma busca interna pela mudança, as reformas da última década não tiveram paralelo. As várias tentativas para resolver profundas questões políticas, sociais, étnicas ou religiosas já produziram resultados dignos de registo e uma maior liberdade permitiu o início do debate de assuntos que eram outrora tabu. O processo político não é apenas mais permissível às exigências do público como o próprio processo tornou-se mais democrático, envolvendo hoje uma maior percentagem da sociedade civil turca. A perspectiva de adesão à UE diz respeito a praticamente todos os segmentos da sociedade. Os liberais esperavam que a adesão pudesse ajudar o país a melhorar os seus direitos democráticos e a suas liberdades, consolidar a democracia, e pôr um ponto final às intervenções militares. Os secularistas esperavam que a adesão iria garantir a natureza secular do Estado. Os islamistas esperavam que a UE ajudaria a levantar as restrições acerca das liberdades religiosas. Os curdos – a minoria étnica mais populosa – esperavam que a perspectiva da adesão facilitaria o reconhecimento oficial dos direitos culturais e linguísticos curdos, ao passo que os Alevi – a maior minoria religiosa – esperavam que a UE abria o caminho para o reconhecimento da sua identidade e um tratamento igualitário por parte do Estado. Para as minorias não muçulmanas, a União representa a remoção das restrições dos seus direitos. Os patrões julgam que a UE traz novas oportunidades de investimento e os empregados esperam alcançar mais direitos sociais. A população em geral espera que a UE trará mais prosperidade e liberdades. Até mesmo a classe dos militares, apesar da ameaçada no seu papel político, apoia em parte a adesão, uma vez que assegurará a natureza secular do regime e a integridade territorial do Estado, cumprindo o sonho de Atatürk.

Os anos recentes assistiram ao substancial melhoramento da democracia turca. Actualmente, já ninguém põe em causa se as instituições básicas do Governo – a legislatura parlamentar, o governo e a presidência – encontram-se a funcionar de forma democrática. A democracia turca amadureceu e fortaleceu-se. O processo de reformas dirigiu-se aos aspectos fundamentais do sistema político nacional, em particular o papel das Forças Armadas na política nacional, o respeito pelos Direitos Humanos, culturais e das minorias e pelas liberdades fundamentais. Se em termos legislativos, sublinha-se, muito foi já alcançado, a sua implementação efectiva ainda fica muito aquém dos padrões médio europeus.

Na verdade, esta candidatura apresente grandes desafios e grandes oportunidades para a Europa, tanto em termos de gestão do processo de adesão como no hipotético período pós-adesão, existindo razões para acreditar que ninguém sabe qual será, ao certo, o desfecho deste processo. Nenhum outro país esteve nesta posição antes. Alguns países foram rejeitados ou tiveram de enfrentar a oposição de alguns dos membros mas a saga europeia da Turquia não tem paralelo, quer em termos da sua extraordinária morosidade, quer em termos das paixões que inspira. Em todos os outros processos de adesão, a abertura das negociações afastou a questão de se saber se o candidato viria a ser autorizado a entrar. A questão da adesão turca tem de ser relacionada com questões mais amplas que se prendem com o dilema Aprofundamento vs. Alargamento. No imediato, a Turquia tem de apresentar uma solução favorável para o espinhoso problema cipriota. Nas várias declarações da Comissão sobre a adesão da Turquia, ficou claro que não haverá entrada da Turquia na UE sem uma resolução desta questão. Do seu lado, seria surpreendente que a Turquia alcançasse uma solução para Chipre sem estar certa quanto a um culminar favorável com Bruxelas. Se a Turquia quiser aderir à União Europeia, terá necessariamente de reconhecer diplomaticamente todos os seus membros.

As crises institucionais que o sistema turco conheceu desde 2007 não se traduziram numa crise do regime. A Democracia saiu mesmo reforçada. O AKP e o seu líder, provavelmente iludidos pela vitória eleitoral de 2007 e numa posição de força perante as Forças Armadas, cometeram várias imprudências, tentando impor uma alteração constitucional vista por muitos como islamista, aproximando-se dos nacionalistas no que diz respeito à questão curda e travando as reformas democráticas, nomeadamente ao recusar a elaboração de uma nova Constituição civil e cedendo a um autoritarismo que se manifesta através de pressões e processos contra alguns *media* e intelectuais que criticam a subida em força dos dogmas nacionalistas e religiosos. Por outro lado, a população turca não parece ter estes receios, uma vez que Erdogan foi reconduzido Primeiro-ministro nas eleições legislativas de 2011, embora não tenha obtido a maioria parlamentar suficiente para alterar o texto constitucional.

Devido a várias razões relacionadas com a rejeição do Tratado Comunitário (e a subsequente crise institucional que originou), a adopção do Tratado de Lisboa ou a recente crise financeira, as negociações têm vindo a progredir lenta e dificilmente: apenas foram abertos 4 dos 35 capítulos do *acquis* comunitário e apenas um deles foi provisoriamente concluído. Por outro lado, as negociações em 8 destes capítulos foram suspensas devido ao problema cipriota e outros 5 encontram-se *de facto* bloqueados por oposição francesa. Após uma interrupção de 10 meses devido a este contencioso, o processo das negociações foi retomado sob a presidência alemã, a 29 de Março de 2007, com a abertura do capítulo relativo às políticas das empresas e da indústria. Como critério para a conclusão deste capítulo, para além da aplicação do Acordo de Ankara por parte da Turquia – agora aplicado para a conclusão de qualquer capítulo – outra exigência foi acrescentada a pedido da França. O Eliseu tinha impedido a abertura do capítulo anteriormente referido, ao exercer uma pressão para incluir uma referência obrigando a Turquia a apresentar uma estratégia actualizada sobre a sua indústria. Tal obrigação, refira-se, não estava prevista na posição original da Comissão.

A Turquia não é um candidato “usual”, uma vez que a sua adesão levanta a questão das relações da União com o Mediterrâneo, o Médio Oriente, o Cáucaso, o Mar Negro e a Ásia Central. A adesão turca terá também implicações muito para além das clássicas

questões económicas e de comércio com estas regiões, uma vez que o seu papel enquanto actor internacional será substancialmente alterado. Na verdade, a Turquia é um país que desafia qualquer categorização simplista.

Tendo em consideração todas as paixões que desperta, os argumentos a favor e contra a adesão deste país têm de ser analisados com extremo cuidado, uma vez que, não raras vezes, o mesmo argumento pode ter dois lados, um favorável e outro desfavorável. Julgamos que a posição de cada um sobre a questão da adesão terá muito a ver com a forma como se encara o próprio futuro da União, preferindo assim um destes dois lados.

O argumento geográfico passa pela dúvida de se saber onde se localizam as próprias fronteiras da União. A Turquia ocupa uma extraordinária posição geopolítica entre três continentes (Europa, Ásia e África), três sistemas políticos diferentes (democracia liberal europeia, pós-comunismo das antigas Repúblicas satélites da URSS e autoritarismo característico do Médio Oriente) e duas religiões (Islão e Cristianismo). A sua posição geográfica é apresentada como oferecendo oportunidades únicas (tais como o potencial para desempenhar um papel de ponte entre civilizações diferentes), mas constitui também vulnerabilidades únicas (tais como reclamações sobre os recursos ou sobre o próprio território turco, uma população heterogénea e disputas históricas com os países vizinhos que têm diferentes culturas estratégicas ou ainda a permeabilidade das fronteiras comunitárias a elementos radicais). Por outro lado, os defensores da adesão têm sublinhado a sua enorme importância em termos geoestratégicos e o facto da Turquia ser um “hub” de energias naturais e de transporte. A procura europeia de petróleo e de gás natural poderá ver-se assegurada e diversificada através das rotas oriundas do Cáucaso, da Ásia Central, do Iraque e do Irão, que passam pela Turquia. Tal iria certamente reduzir a dependência da UE em relação aos imprevisíveis fornecimentos energéticos russos e tornará a participação das empresas energéticas europeias mais fácil na região do Mar Cáspio e na Ásia Central. A Turquia poderia assim tornar-se uma espécie de “guardião dos interesses europeus na região”.

Os cépticos em relação à adesão contra-argumentam, em linha com as declarações de Giscard d’Estaing, que, do ponto de vista geográfico, a Turquia não pertence à Europa, não podendo ser vista como estando localizada no continente europeu. A gestão das novas fronteiras constituirá um importante desafio político e necessitará de um importante investimento monetário e humano, para além dos 64 mil soldados turcos já postados neste serviço. Alguns dos actuais Estados – membros receiam que a Turquia não seja capaz de lidar com importantes questões como a gestão das migrações e dos pedidos de asilo, a luta contra o crime organizado transfronteiriço, o terrorismo internacional e o tráfico de seres humanos, droga e armas. Outro aspecto prende-se com a possível candidatura dos países do Norte de África, da Ucrânia, Moldávia e Rússia. Se a União fosse aberta à Turquia, então estaria também entreaberta aos outros vizinhos. Um número demasiadamente elevado de Estados – membros iria afectar negativamente o funcionamento das instituições comunitárias e paralisaria provavelmente o processo de tomada de decisão em Bruxelas.

Devido ao seu enorme peso e ritmo de crescimento demográfico, se a Turquia fosse admitida na União, a distribuição dos assentos no Parlamento Europeu dos actuais membros iria ser substancialmente alterada. Especificamente, e de acordo com as regras em vigor, os pequenos países e os de dimensão média teriam direito a menos assentos. No Conselho da UE, a Turquia teria uma voz importante, embora, na Comissão, o impacto não fosse tão significativo. Regra geral, alguns dos actuais Estados – membros

receiam que uma importante parte do poder de tomada de decisão caia nas mãos de um novo Estado – membro, o que poderia ter um impacto negativo no desenvolvimento comunitário e no aprofundamento do processo de integração, para além de que poderia vir a fomentar o seu próprio interesse específico. Um dos principais receios é que a adesão turca irá destruir o actual equilíbrio político entre os grandes/pequenos, ricos/pobres e países do Norte/Sul. Por outro lado, não nos podemos esquecer que a população do país, apresentando uma pirâmide etária com uma base extremamente larga (mais de 50% da população tem menos de 25 anos) poderia vir a resolver parte dos problemas europeus ligados ao envelhecimento da sua população, tornando assim a economia europeia mais competitiva nos mercados internacionais.

Em termos económicos, a Turquia encontra-se firmemente ancorada à economia europeia, através do Acordo de Ankara que é, na verdade, mais do que um simples acordo de comércio livre. O país é um dos novos mercados emergentes, apresentando uma elevada taxa de crescimento. As crescentes relações comerciais com a União e com os países vizinhos, e uma assinalável oportunidade de Investimento Directo europeu poderiam dar uma contribuição vital para o cumprimento da chamada *Agenda de Lisboa* e permitir ultrapassar a pressão concorrencial exercida por mercados como a China ou a Índia. À semelhança do que aconteceu com grande parte dos candidatos, a adesão turca iria certamente ajudar o país a estabilizar a sua própria economia, reforçando ao mesmo tempo o bloco económico europeu. Os argumentos contra a adesão, em termos económicos, prendem-se principalmente com a ideia de que um país com um rendimento *per capita* muito mais baixo do que a média comunitária, iria impor custos para o resto da União, devendo o país tornar-se o principal recebedor líquido das ajudas dos vários fundos de coesão. Por outro lado, argumenta-se que a adesão irá induzir uma vaga de emigração, o que aumentará os custos sociais, por um lado, e baixar os padrões de vida dos 27, por outro, devido às diferenças salariais praticadas. Em países como a Alemanha, com grandes populações turcas, o aumento destas reduzirá as oportunidades de emprego.

No que diz respeito à satisfação dos Critérios Políticos de Copenhaga (a nossa pergunta de partida), verifica-se que, apesar das múltiplas alterações legislativas introduzidas até ao momento, o quadro legal da Turquia ainda não se encontra alinhado com a legislação e práticas comunitárias. Passando à análise dos vários indicadores que escolhemos para analisar esta questão, podemos afirmar que:

- em relação aos Direitos Humanos, o Governo Erdogan declarou uma política de “tolerância Zero” em relação às práticas de tortura e estabeleceu provisões quanto aos direitos dos detidos, com vista a serem melhorados. Os períodos de detenção provisória foram encurtados e os prisioneiros têm agora direito ao acesso imediato a um advogado. A recente legislação tem vindo a aumentar a liberdade de expressão, de imprensa, de associação e de manifestação. Os defensores e activistas dos Direitos Humanos, apesar de reconhecerem o árduo trabalho efectuado nestes domínios, têm, no entanto, criticado a sua falta de aplicação prática, acusando o Governo de Ankara de ser demasiado permissível em relação às violações dos Direitos políticos de escritores, oposição e minorias, com especial ênfase nos curdos. Assim, muitos esforços são ainda necessários para que a Turquia possa ser considerada como alinhando com os padrões europeus e internacionais na questão dos Direitos Humanos. Por outro lado, a Turquia tem vindo a ser criticada por várias Organizações Humanitárias porque não aplica, na íntegra, os Tratados Internacionais que o país já ratificou. Os inspectores das Nações Unidas que

visitam o país continuam a expressar as suas preocupações no que diz respeito às violações dos Direitos Humanos.

- no campo da igualdade sexual, a promoção desta igualdade é posta em causa pelo facto das relações entre homens e mulheres na Turquia reflectirem, por um lado, os valores tradicionais das sociedades muçulmanas e, por outro, a premissa republicana da igualdade entre homens e mulheres.

- a questão da adesão da Turquia tem sido profundamente discutida em termos de Direitos Humanos, particularmente relacionados com a minoria curda. Com cerca de 13 milhões de pessoas, os curdos representam mais de 20% da população turca. Historicamente os curdos da Turquia têm-se concentrado no Sudeste, separados dos seus congéneres do Iraque, Irão e Síria pelas fronteiras existentes, numa região onde Ankara impôs durante muitos anos o Estado de emergência devido às actividades separatistas do PKK. A Turquia desenvolveu uma relutância extrema, persistente até à actualidade, em reconhecer os direitos, e até mesmo a existência, de minorias nacionais, criando vulnerabilidades para a integridade e a sobrevivência do Estado. Recentemente, o Governo turco levantou este estado de emergência, envolvendo habitantes locais em tarefas militares. Os aldeões transformaram-se assim em alvos para os separatistas se cooperassem com o Poder ou para os militares se recusassem cooperar. Desde 1980, mais de 35 mil pessoas foram mortas neste contexto. Estas pressões contribuíram para êxodos maciços de refugiados que procuram asilo na Europa.

- o papel das poderosas Forças Armadas turcas nos assuntos de política interna e externa foi durante muito tempo um dos principais obstáculos à adesão. Os militares têm vindo a intervir repetidamente na política (nomeadamente através de golpes de Estado militares em 1960, 1971, 1980 e ao afastar um governo islamista em 1997), exercendo por isso uma forte influência sobre os líderes civis através do Conselho Nacional de Segurança, criado no seguimento do golpe de 1980. A Democracia não foi introduzida com um *big bang*, mas de forma gradual, sob os olhares cautelosos dos militares, sentido por vezes a necessidade de intervir. Ainda assim, as Forças Armadas retiraram-se sempre para os seus quartéis pouco após as intervenções. Neste aspecto, o desenvolvimento da política turca também difere de muitos outros países muçulmanos. Para satisfazer os critérios de Copenhaga, as relações civilo-militares mudaram de orientação, para um mais apertado controlo civil, em linha com as reformas de harmonização com as directivas comunitárias; o papel do Parlamento sobre a definição do Orçamento da Defesa foi incrementado e vários militares foram afastados dos órgãos civis. Esta alteração foi recentemente sublinhada pela redução da influência em questões políticas. Os militares mantêm no entanto um grande poder através de mecanismos informais como as declarações públicas dos generais.

Desde o Verão de 2008, os oficiais militares de topo tendem a restringir a sua influência informal, reduzindo os seus discursos acerca das grandes questões domésticas: a proibição do uso do véu em locais públicos, Chipre e a UE. O que prevalece é a influência informal dos militares sobre o terrorismo do PKK. A influência das Forças Armadas turcas na política é ainda demasiadamente elevada, apesar do Parlamento turco ter rejeitado a maioria das leis não compatíveis com a UE em 2002. Entre estas estava o estatuto do Comité de Segurança Nacional. Apesar deste facto, o Governo ainda tem de ter em consideração a opinião dos militares, e estes têm uma influência directa em cerca de 10% da economia turca.

- por fim, o argumento menos referido, até porque visa sensibilidades pessoais e não objectivas, prende-se com o aspecto cultural, ou seja, religioso. Para muitos, a Turquia seria demasiadamente diferente para aderir ao projecto europeu. Do ponto de vista histórico, cultural e religioso, a Turquia não faria parte da civilização europeia, que é

fundada nas antigas civilizações grega e romana, e no Cristianismo. O choque que a entrada produziria, trazendo 80 milhões de muçulmanos para o seio da União, seria demasiadamente brutal para poder ser convenientemente gerido.

No entanto, vários autores argumentam que a própria UE beneficiaria destes milhões de muçulmanos turcos que se tornariam cidadãos comunitários, demonstrando ao mundo muçulmano que a União não é um “clube cristão, mas que os seus valores estão abertos a todos.

Tais esperanças baseiam-se na noção largamente aceite do carácter não radical do Islão turco em contraste com as vertentes mais radicais que prevalecem em alguns países árabes e em algumas partes do mundo islâmico e que também tendem a proliferar em alguns Estados da União. Tal poderia servir de exemplo para a região do Médio Oriente de que a democracia ao estilo ocidental e a prosperidade económica são compatíveis num país maioritariamente muçulmano. Ainda assim, receia-se que, se a Turquia conseguir levar a bom porto a enorme transformação económica, política, social e legal que iniciou, a negação do seu direito em aderir poderá ser vista como uma afronta aos princípios de justiça que devem presidir à UE e poderá levar a Turquia a reorientar-se em direcção ao Oriente, formando novas alianças no Médio Oriente e na Ásia Central, em detrimento da Europa.

É interessante verificar que o relacionamento, durante o recente período, tem assumido um cariz bi-direccional. À medida que a Turquia tem vindo a aproximar-se das normas europeias, a relevância do modelo europeu do Século XXI, enquanto modelo de uma sociedade secular e multicultural, parece ter aumentado no contexto global da era pós 11 de Setembro durante a qual o diálogo inter-civilizacional era visto pelas elites europeias ou ocidentais como um imperativo para a paz e a segurança globais. Ao passo que a Europa tem vindo a contribuir para a transformação da Turquia, a activa inclusão deste país no futuro da Europa terá uma influência na futura forma da própria Europa, particularmente em relações tais como a sua capacidade em estabelecer uma sociedade genuinamente multicultural e se desempenhará um papel de actor global que pode influenciar os acontecimentos no Médio Oriente e noutras partes do Mundo.

Desta forma, acreditamos que, após ter analisado os vários conceitos escolhidos para enquadrar o nosso problema, a hipótese defendida pela Comissão Europeia é a que responde de forma mais satisfatória ao actual momento das negociações.

Por outro lado, acreditamos que existem argumentos que, embora não constando dos critérios de Copenhaga, poderão ditar o resultado final das negociações para a adesão. Em primeiro lugar, julgamos que o afastamento da candidatura turca, baseando esta decisão principalmente no argumento geográfico e nas diferenças culturais constitui uma opção demasiadamente redutora. Como vimos, a definição das fronteiras da União ainda constitui objecto de vivos debates. Se tal problema estivesse já resolvido, como aceitar que a ilha de Chipre, localizada ainda mais a Leste ou Malta, que é geograficamente mais próxima da costa africana do que da Europa, fossem admitidas na União? Quanto aos argumentos culturais, consubstanciando-se no factor religioso, não existe qualquer documento oficialmente emitido pelas Comunidades que condicione a adesão de um candidato a uma similitude das práticas religiosas entre os membros. Os defensores desta hipótese associam a adesão ao falhanço da integração das comunidades migrantes da Europa. A numerosa população muçulmana e o seu *background* histórico não europeu levariam assim a acreditar que a Turquia pertence a uma civilização diferente, resultando no incumprimento definitivo e inalterável dos Critérios de Copenhaga, algo que julgamos ser de difícil demonstração.

A hipótese que considera que a Turquia já satisfaz de forma suficiente os Critérios de Copenhaga também nos parece estar errada. Como vimos, apenas 4 dos 35 Capítulos relativos à adesão se encontram temporariamente concluídos e julgamos que as reformas introduzidas ao longo da última década não são ainda suficientes, não podendo conferir automaticamente ao país um lugar na União. Por outro lado, a sua implementação prática no terreno e a evolução das mentalidades neste sentido constituem ainda objecto de preocupação. Perante o argumento de que a Turquia poderia servir de elo de ligação entre dois mundos, os indicadores analisados no presente trabalho não conseguiram traduzir uma firme ancoragem aos valores europeus, implicitamente necessária ao seu projecto, carecendo portanto de confirmação posterior.

Consequentemente, a hipótese que não afasta, *per si*, a candidatura turca mas que apela a mais e melhor democracia para que esta possa acontecer é aquela que melhor satisfaz os nossos objectivos. Os vários Relatórios de Progressos analisados (2002-2010) demonstram claramente que este sentimento é partilhado pela Comissão Europeia. Nestes, sublinha-se claramente a ideia de que a Turquia tem de aproximar a sua legislação e as suas práticas diárias aos padrões comunitários, por um lado, e que ainda existe um fosso considerável entre as duas realidades. No Relatório de Progresso de 2010, defendia-se que: *“Globalmente, as revisões constitucionais constituem um passo na direcção correcta. Estas visam uma série de prioridades do Accession Partnership na área judicial, nos direitos fundamentais e na administração pública. No entanto, uma consulta pública generalizada, envolvendo todos os partidos políticos e a sociedade civil, é necessária para fortalecer o apoio à reforma constitucional”* (*op. cit* p.9, *nossa tradução*). Desta forma, o presente trabalho reconhece o facto da adesão da Turquia permanecer hoje apenas uma possibilidade. A Turquia foi considerada suficientemente qualificada para a abertura das negociações em 2005 mas o cumprimento dos critérios que regem a sua efectiva adesão é algo bastante diferente e muito mais exigente. Na verdade, podemos afirmar que os principais limites da nossa investigação prendem-se sobretudo com o facto do *momentum* das negociações ser caracterizado por factores dinâmicos, como por exemplo, a representação dos Estados-membros da UE e com o evoluir da realidade turca, algo que, de momento, é de difícil previsão.

A integração europeia é um processo gradual e interactivo. Durante o curso das negociações, as mensagens positivas por parte da UE terão a mesma importância do que as dinâmicas internas do país candidato. Devemos no entanto sublinhar que o impacto da UE é mais forte se forem concedidas perspectivas claras e credíveis ao candidato. Como se afirmou *supra*, ninguém sabe se a Turquia virá a fazer parte do chamado “projecto europeu” e, em caso de resposta positiva, quando é que tal acontecerá. Uma das razões para esta afirmação passa pelas declarações da chanceler alemã Merkel e do presidente francês Sarkozy no sentido de que a última palavra será sempre dos cidadãos, expressa através de referendos. No caso destes virem a ser conduzidos em todos os 27 Estados-membros, um voto favorável dificilmente poderia ser antecipado em qualquer um deles, nem mesmo no Reino Unido, apesar do seu governo ser o seu apoiante mais consistente. O resultado mais provável seria uma clara maioria dos Estados-membros contra a adesão da Turquia. A maioria da Opinião Pública europeia vê-la simplesmente como demasiadamente “grande, pobre, longínqua e islâmica”. Do lado turco, uma aprovação por referendo é vista como uma medida para afastar definitivamente a Turquia da União. Cresce o anseio, no seio da opinião pública turca que, mesmo se as negociações de adesão forem coroadas de sucesso, a adesão turca terá de ser aprovada

por todos os governos dos Estados-membros e pelo Parlamento Europeu, algo que dificilmente terá sucesso.

Ainda assim, perante o facto da Turquia já ter obtido a luz verde de Bruxelas, com o início das negociações, apenas persistem dois argumentos: ou a Turquia não consegue satisfazer as obrigações do *acquis*, ou as reformas provaram não serem suficientes na prática e, neste caso, a União terá de esperar pelos resultados da implementação das reformas. As negociações de adesão, que começaram em Outubro de 2005, irão prolongar-se pelo menos durante 10 ou 15 anos e podem ser consideradas tão importantes para a Turquia quanto o foi a era das reformas de modernização que se seguiu à criação da moderna República da Turquia em 1923. Os próximos anos serão certamente cruciais para definir o lugar da Turquia e da Europa no mundo do século 21.

Para concluir, gostaríamos de citar o antigo Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, que declarava a 26 de Abril de 2009: “Na batalha ideológica que é a nossa, a batalha política no mundo, estaria proibido, enquanto cidadão, de dizer definitivamente “não” à Turquia. Permaneço assim nesta posição: Sim à negociação, ponto final”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ahmad, Feroz, *The Making of Modern Turkey*, London/New York, Routledge Ed., 1993

Ahmad, Feroz, *Turkey: The Quest for Identity*, Oxford, Oneworld Publications, 2003

Akçomak, Semih and Parto, Saeed, *How Black is the Black Sheep compared to all others? Turkey and the EU*, Maastricht, United Nations University, 2006

Alexander, Yonah *et al.*, *Turkey: Terrorism, Civil Rights and the European Union*, New York, Routledge Ed., 2008

Bayramoglu, Ali, *Modernity does not tolerate Superstition – The Religious and Seculars in the Democratization Process*, Istanbul, TESEV Publications, 2009

Çarkoglu, Ali and Rubin, Barry, *Turkey and the European Union – Domestic Politics, Economic Integration and International Dynamics*, London, Frank Cass and Company Limited, 2003

Çarkoglu, Ali and Toprak, Binnaz, *Religion, Society and Politics in a Changing Turkey*, Istanbul, TESEV Publications, 2007

Comissão Europeia, *Turkey Report*, Bruxelas, 2002-2010

Cook, Steven, *Ruling but not Governing: The Military and Political Development in Egypt, Algeria and Turkey*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2007

Cornell, Svante and Karaveli, Halil, *Prospects for a Torn Turkey: A Secular and Unitary Future?*, Washington/Stockholm, Central Asia-Caucasus & Silk Road Studies, 2008

Dervis, Kemal *et al.*, *The European Transformation of Modern Turkey*, Brussels, Centre for European Policy Studies, 2004

Devrim, Deniz *et al.*, *Regaining Momentum: Turkey during the Spanish EU Presidency*, Istanbul, TESEV Publications, 2010

Düzgit, Senem, *Seeking Kant in the EU's Relations with Turkey*, Istanbul, TESEV Publications, 2006

Faucompret, Eric and Konings Jozef, *Turkish Accession to the EU – Satisfying the Copenhagen Criteria*, New York, Taylor and Francis Group, 2008

Faure, Justine & Prost, Yannick, *Relations Internationales – Histoire, Structures, Questions Regionales*, Paris, Ellipses Édition Marketing, 2004

Freedom House, *Freedom of the Press 2010*, Washington D.C., 2010

Gordon, Philip and Taspinar, Omer, *Winning Turkey – How America, Europe and Turkey can revive a Fading Partnership*, Washington, The Brookings Institution Press, 2008

Grigoriadis, Ioannis, *Trials of Europeanization – Turkish Political Culture and the European Union*, New York, Palgrave Mac Millan, 2009

Gunter, Michael M., *The Kurds Ascending – The Evolving Solution to the Kurdish Problem in Iraq and Turkey*, New York, Palgrave Mac Millan, 2008

Hägström, Per, *Turkey in Europe: Changes and Challenges*, Stockholm, Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2006

House of Commons, business and Enterprise Committee, *Keeping the Door Wide Open: Turkey and EU accession*, London, The Stationery Office Limited, 2008

House of Commons, *Turkey Today*, London, House of Commons Library, 2008

Hug, Adam, *Turkey in Europe – The Economic Case for Turkish Membership of the EU*, London, The Foreign Policy Centre, 2008

Jenkins, Gareth, *Political Islam in Turkey – Running West, Heading East*, New York, Palgrave MacMillan, 2008

Karlsson, Ingmar, *Turkey in Europe but not of Europe?*, Istanbul, TESEV Publications, 2009

Kipaldi, Pamela, *Islam and Tolerance in Wider Europe*, Budapest/New York, Open Society Institute, 2007

Lagro, Esra and Jorgensen, Knud, *Turkey and the European Union – Prospects for a Difficult Encounter*, New York, Palgrave MacMillan, 2007

Lovatt, Debbie, *Turkey Since 1970 – Politics, Economics and Society*, New York, Palgrave Publishers Ltd., 2001

Luif, Paul *et al.*, *How Common is the common Foreign and Security Policy of the European Union? Where does Turkey fit in?*, Istanbul, TESEV Publications, 2009

Moreira, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Livraria Almedina, 1996

Moreira, Carlos Diogo, *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994

Nachmani Amikan, *Turkey: Facing a New Millenium – Coping with Intertwined Conflicts*, Manchester/New York, Manchester University Press, 2003

Nas, Tevfik, *Tracing the Economic Transformation of Turkey from the 1920s to EU Accession*, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2008

Netherlands Scientific Council for Government Policy, *The European Union, Turkey and Islam*, Amsterdam, Amsterdam University Press, 2004

- Nonneman, Gerd, *Analysing Middle East Foreign Policies and the Relationship with Europe*, New York, Ed. Taylor & Francis, 2005
- Özbudun, Ergun and Gençkaya, Ömer, *Democratization and the Politics of Constitution-Making in Turkey*, Budapest/New York, Central European University Press, 2009
- Quivy, Raymond & Van Campenhoudt, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Paris, Gradiva Publicações, 1995
- Rosenblatt, Phillip and Terterov, Marat, *Turkey: A Business and Investment Review*, London, GMB Publishing Ltd., 2006
- Sampieri, Roberto Hernández *et al.*, *Metodología de la Investigación*, México, McGraw-Hill, 2003
- Santos, Victor Marques dos, *Teoria das Relações Internacionais. Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2009
- Schaefer, Sarah *et al.*, *Turks in Europe: Why are we afraid*, London, The Foreign Policy Centre, 2005
- Tocci, Nathalie, *Conditionality, Impact and Prejudice in EU-Turkey Relations*, Roma, Instituto Affari Internazionali, 2007
- Tocci, Nathalie, *Talking Turkey in Europe: Towards a Differentiated Communication Strategy*, Roma, Instituto Affari Internazionali, 2008
- Tugal, Cihan, *Passive Revolution – Absorbing the Islamic Challenge to Capitalism*, Stanford, Stanford University Press, 2009
- Turam, Berna, *Between Islam and the State – The Politics of Engagement*, Stanford, Stanford University Press, 2007
- Ugur, Mehmet and Canefe, Nergis, *Turkey and European Integration – Accession Prospects and Issues*, New York, Routledge Ed., 2005
- Various, *Journal of International Affairs – Special Issue on Turkey-European Union Relations*, Ankara, Center for Strategic Research, 2004
- Volten, Peter, *Perceptions and Misperceptions in the EU and Turkey – Stumbling Blocks on the Road to Accession*, Groningen, The Centre of European Security Studies, 2009
- World Economic Forum, *The Global Gender Gap Report 2010*, Geneva, World Economic Forum, 2010

Yavuz, Hakan, *Secularism and Muslim Democracy in Turkey*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009

Yildiz, Kerim, *The Kurds in Turkey – EU Accession and Human Rights*, London, Pluto Press, 2005

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ELECTRÓNICAS

- Akagül, Deniz, *La Candidature de la Turquie à l'Union Européenne*, 2004, <http://www.dossiersdunet.com/spip.php?article291>
- Akgönül, Samim, *La Turquie dans l'Union Européenne*, 2005, http://www.ifri.org/files/europe/PP_18_Akgonul.pdf
- Auwärtiges, Amt, *Conseil de l'Union Européenne*, Bruxelles, 2005, www.auswaertiges-amt.de/diplo/fr/Europa/Erweiterung/ErklaerungTuerkei.pdf
- Aydin, Ali Ihsan, *L'Union Européenne et la Turquie: les difficiles négociations*, 2007, <http://www.fondapol.org/les-travaux/toutes-les-publications/publication/titre/lunion-europeenne-et-la-turquie-les-difficiles-negociations.html>
- Barkey, Henri J., *Turkey's Strategic Future: A US Perspective*, 2003, www.eusec.org/barkey.htm
- Barriere, Anne-Lise, *Histoire d'une Turquie aux marches de l'Europe*, 2005, <http://eurosduvillage.blogspot.com/>
- BBC, *Negotiating Framework – Principles governing the negotiations*, 2005, http://news.bbc.co.uk/1/shared/bsp/hi/pdfs/euturkey_04_10_05.pdf
- Bilgin, Pinar, *A Return to "Civilisational Geopolitics" in the Mediterranean? Changing Geopolitical Images of the European Union and Turkey in the Post-cold War Era*, 2004, <http://www.bilkent.edu.tr/~pbilgin/Bilgin-geopolitics2004.pdf>
- Billion, Didier, *Turquie : Acteur Majeur des Relations Internationales ?* 2009, <http://www.affaires-strategiques.info/spip.php?rubrique61>
- Bouquet, Olivier, *La Turquie et l'Europe: incarnation de l'Etat et représentation de la société au XX Siècle*, sem data, http://www.ceri-sciencespo.com/publica/critique/article/ci30p25_39.pdf
- Cagaptay, Soner, *Obama's Turkey Policy: European Democracy and NATO Benchmarks*, 2009, <http://www.washingtoninstitute.org/templateC05.php?CID=2993>
- Center for European Security Studies, *Perceptions and Misperceptions in the EU and Turkey*, sem data, <http://www.cess.org/events/pdfs/Conference%20Prospectus.pdf>
- Comissão das Comunidades Europeias, *The European Union and the World*, 2001, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0529:FIN:EN:PDF>
- Comissão Europeia, *Regular Report on Turkey's progress towards accession*, 2004, http://ec.europa.eu/enlargement/archives/pdf/key_documents/2004/rr_tr_2004_en.pdf
- Comissão Europeia, *Turquie, Rapport de Suivi*, 2005, http://ec.europa.eu/enlargement/archives/pdf/key_documents/2005/package/sec_1426_fi_nal_progress_report_tr_fr.pdf
- Comission des Communautés européennes, *Avis de la Commission sur la demande d'adhésion de la République de Chypre à la Communauté*, 1993, http://www.ambafrancechypre.org/article.php3?id_article=294
- Conseil Européen de Bruxelles 16 et 17 Décembre 2004, *Conclusions de la Présidence*, 2004, <http://consilium.europa.eu/ueDocs/pressData/fr/ec/83206.pdf>
- Conseil Européen de Copenhague 12 et 13 Décembre 2002, *Conclusions de la Présidence*, 2002, www.consilium.europa.eu/ueDocs/pressdata/fr/ec/73849.pdf
- Conselho da Europa, *Presidency conclusions, Brussels European Council, 16 and 17 December 2004*, http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/turkey/presidency_conclusions16_17_12_04_en.pdf

Conselho da Europa, *Presidency Conclusions: Copenhagen European Council, 12 and 13 December 2002*,
http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/ec/73842.pdf

Conselho Europeu, *Conclusions de la Présidence*, sem data,
http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/fr/ec/032b0008.htm

Conselho Europeu, *Conseil Européen d'Helsinki, 1999 – Conclusions de la Présidence*,
http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/fr/ec/00300-r1.f9.htm

Countrystudies.us, *Atatürk and the Turkish Nation*, sem data,
<http://www.countrystudies.us/turkey/13.htm>

Dahlman, Carl, *Turkey's Accession to the European Union: The Geopolitics of Enlargement*, 2004,
http://www.colorado.edu/geography/class_homepages/geog_4892_sm06/dahlman%20turkey%20and%20eu.pdf

De Lesquen, Henry *La Question Turque et l'Indépendance de l'Europe*, 2004,
http://www.dossiersdunet.com/rubrique.php3?id_rubrique=34

Erdogdu, Erkan, *Turkey and Europe: Undivided but not United*, 2002,
<http://meria.idc.ac.il/JOURNAL/2002/issue2/jv6n2a4.html>

European Navigator, *Accord créant une association entre la CEE et la Turquie (Ankara, 12 septembre 1963)*, <http://www.ena.lu/accord-creant-association-cee-turquie-ankara-12-septembre-1963-010302580.html>

European Stability Initiative, *Sex and Power in Turkey – Feminism, Islam and the Maturing of Turkish Democracy*, 2007,
www.esiweb.org/pdf/esi_document_id_90.pdf

European Stability Initiative, *Sex and Power in Turkey*, 2007,
http://www.esiweb.org/pdf/esi_document_id_90.pdf

European Union, *EU Commission Recommends to Start Negotiations with Turkey under certain Conditions*, 2004,
<http://www.eurunion.org/News/press/2004/200400136.htm>

Europeus, *Oui, la Turquie est européenne*, 2005,
www.turquieeuropeenne.eu/article388.html

Flores, Marcela, *Turkey: Having rejected Mecca and being rejected by Brussels*, 2006, <http://www.euroculturemaster.org/pdf/flores.pdf>

Giannakopoulos, Angelos, *What Is To become of Turkey in Europe? European Identity and Turkey's EU Accession*, 2004,
<http://www.sam.gov.tr/perceptions/Volume9/Autumn2004/AngelosGiannakopoulos.pdf>

Glyptis, Leda-Agapi, *Which Side of the Fence? Turkey's Uncertain Place in the EU*, 2005, disponível em
<http://www.alternativesjournal.net/volume4/number3/glyptis.pdf>

Guignon, Catherine, *Turquie, Le Statut des Femmes*, L'Histoire, 2003,
http://www.bibliomonde.com/pages/fiche-geo-donnee.php3?id_page_donnee=282

Gunes, Turan, *La Communauté Economique Européenne et la Turquie*, sem data, <http://ressources.ciheam.org/om/pdf/b01/CI890334.pdf>

Güney, Aylin, *The future of Turkey in the European Union*, 2004,
http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6V65-4DMW38C-1&_user=10&_coverDate=05%2F01%2F2005&_rdoc=1&_fmt=high&_orig=search&_sort=d&_docanchor=&_view=c&_searchStrId=1212515865&_rerunOrigin=google&_ac

[ct=C000050221& version=1& urlVersion=0& userid=10&md5=2b95d894f9a4b04fb123c05afd915944](#)

Housez, Cédric, *L'adhésion de la Turquie à l'UE*, 2004,
<http://www.voltairenet.org/article15823.html>

Immigration and Refugee Board of Canada, *Responses to Information Requests (RIRs)*, 2004, www.irb-cisr.gc.ca/en/research/rir/?action=record.viewrec&gotorec=444478

Inaç, Hüsamettin, *Identity Problems of Turkey during the European Integration Process*, sem data, <http://www.fatihun.edu.tr/~jesr/jesr.inac.pdf>

Info-Türk, Centre d'information non-gouvernementale sur la Turquie, *La Position de la ministre de la Justice dans l'affaire Emir Kir?*, 2005, www.info-turk.be/327.htm

International Property Rights Index, *IPRI and Gender Equality*, 2007,
<http://internationalpropertyrightsindex.org/UserFiles/File/ch5ipriGE.pdf>

IslamicWorld.net, sem data, http://www.islamic-world.net/sister/the_koran_&_women.htm

Karakas, Cemal, *Turkey : Islam and Laicism between the Interests of State, Politics and Society*, 2007, www.hsfk.de/downloads/prif78.pdf

Kösebalaban, Hasan, *European Union and the Transformation of Islamic Perspectives in Turkey*, sem data,
<http://www.sipa.columbia.edu/cdtr/pdf/HKosebalabanPaper.pdf>

Kramer, Heinz, *Turkey and the EU: The EU's perspective*, 2006,
http://www.swp-berlin.org/common/get_document.php?asset_id=3789

Labosse, Lionel, *L'adhésion de la Turquie à l'UE et la Reconnaissance du Génocide Arménien*, 2005, http://www.la-gauche.org/article.php3?id_article=275

Larané, André, *La Turquie, l'Europe et l'Union*, 2004,
http://www.dossiersdunet.com/article.php3?id_article=270

Larané, André, *L'Europe a quitté ou double*, 2003,
<http://www.yevrobatsi.org/st/item.php?r=1&id=324>

Le Den, Xavier, *Chypre et les Frontières Orientales de L'Union Européenne*, 2005, http://www.eurosvillage.com/IMG/pdf/edv_-_etude_chypre.pdf

Leroy, Claude, *La Turquie doit-elle intégrer l'Union Européenne*, 2004,
http://www.dossiersdunet.com/article.php3?id_article=298

Luxembourg Institute for European and International Studies, *Turkey and the EU: 2004 and beyond*, 2003,
[http://www.ieis.lu/CONTENT%20of%20new%20Website/NEW%20Executive%20Summaries/PDF-](http://www.ieis.lu/CONTENT%20of%20new%20Website/NEW%20Executive%20Summaries/PDF-Format/exs%20,%20Turkey%20and%20EU%202004%20and%20beyond.pdf)

[Format/exs%20,%20Turkey%20and%20EU%202004%20and%20beyond.pdf](http://www.ieis.lu/CONTENT%20of%20new%20Website/NEW%20Executive%20Summaries/PDF-Format/exs%20,%20Turkey%20and%20EU%202004%20and%20beyond.pdf)
Masci, David, *An Uncertain Road – Muslims and the Future of Europe*, 2005,
<http://pewforum.org/docs/?DocID=60~>

Minority Rights Group International, *A Quest for Equality : Minorities in Turkey*, 2007, [www.avrupa.info.tr/Files/MGRTurkeyReport\[1\].pdf](http://www.avrupa.info.tr/Files/MGRTurkeyReport[1].pdf)

Narli, Nilüfer, *Turkish politics: more democracy and Europe or more Islam?*, 2008, <http://www.fride.org/publication/420/turkish-politics-more-democracy-and-europe-or-more-islam>

Nugent, Neill, *Turkey's Membership Application: Implications for the EU*, 2005,
<http://www6.miami.edu/eucenter/nugentfinal.pdf>

Önis, Ziya, *Recent Foreign Policy Attitudes in Turkey*, 2008,
<http://www.diis.dk/graphics/Publications/Briefs2008/Recent%20Foreign%20Policy%20Attitudes%20in%20Turkey.pdf>

Öztürk, Asiye, *Turkey – Europe's Bridge to the Middle East*, sem data, http://israelcfr.com/documents/issue5_turkey2.pdf

Parlamento Europeu, *Presidency conclusions: Helsinki European Council, 10 and 11 December 1999*, http://www.europarl.europa.eu/summits/hel1_en.htm

Rada, Peter, *The Security Aspects of Turkey's European Integration*, 2008, http://www.kulugyiintezet.hu/fpr/2008/018-036_FRP_2008_01_Rada_Rada.pdf

Ross-Thomas, Emma, *Turkey poll unlikely to deliver many more women MPs*, sem data, <http://www.turkishdailynews.com.tr/vote2007/article.php?enewsid=13>

The UN Refugee Agency, *Turkey: Situation of Kurds in western cities*, sem data, www.unhcr.org

Transatlantic Trends, *Key Findings 2010*, 2010, http://trends.gmfus.org/doc/2010_English_Key.pdf

Trésor de la langue française au Québec, *Traité de paix signé à Lausanne le 24 juillet 1923*, 1923, www.tlfq.ulaval.ca/axl/Asie/turtxlaus.htm

Tuaf, Atilla Darendeli, *Turkey and European Union Relations*, 2002, <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA420707&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf>

Turkish Embassy, *Turkish Business Associations and Foundations*, sem data, www.turkish-embassy.si/associations_&_foundations.htm

União Europeia (portal da), *Critères d'adhésion (critères de Copenhague)*, sem data, http://europa.eu/scadplus/glossary/accession_criteria_copenhague_fr.htm

Visier, Claire, *La Turquie: instrument de politisation, objet de politisation*, 2009, <http://ejts.revues.org/index3709.html>

Wood, Steve, *The EU and Turkey: Political Machinations in a Three-Level Game*, 2004, <http://dspace-prod1.anu.edu.au/bitstream/1885/43225/1/EU-Turkey-wood.pdf>

World Organisation Against Torture, *Violence Against Women in Turkey, A Report to the Committee against Torture*, 2003, http://www.omct.org/pdf/VAW/Publications/2003/Eng_2003_09_Turkey.pdf

Yilmaz Bahri, *The Relation of Turkey with the European Union : Candidate Forever ?*, 2008, http://www.ces.fas.harvard.edu/publications/docs/pdfs/CES_167.pdf